

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**  
**Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**FERNANDA NASCIMENTO DE ARAÚJO**

**NADANDO CONTRA A CORRENTE: A HOMEOPATIA E SEUS  
EMBATES NA BAHIA ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA DE ALFREDO  
SOARES DA CUNHA (1913 – 1936)**

**Rio de Janeiro**  
**2015**

**FERNANDA NASCIMENTO DE ARAÚJO**

**NADANDO CONTRA A CORRENTE: A HOMEOPATIA E SEUS  
EMBATES NA BAHIA ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA DE ALFREDO  
SOARES DA CUNHA (1913 – 1936)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências e da Saúde.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia Salgado Pimenta.

Rio de Janeiro  
2015

## **FERNANDA NASCIMENTO DE ARAÚJO**

### **NADANDO CONTRA A CORRENTE: A HOMEOPATIA E SEUS EMBATES NA BAHIA ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA DE ALFREDO SOARES DA CUNHA (1913 – 1936)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências e da Saúde.

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Tânia Salgado Pimenta (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Gabriela dos Reis Sampaio (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia)

---

Prof. Dr. Flavio Coelho Edler (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

#### **Suplentes:**

---

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Martha de Luna Freire (Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal Fluminense)

Rio de Janeiro  
2015

A658n Araújo, Fernanda Nascimento de

Nadando contra corrente: a homeopatia e seus embates na Bahia através da trajetória de Alfredo Soares da Cunha (1913-1936) / Fernanda Nascimento de Araújo. – Rio de Janeiro: s.n., 2015.

118 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2015.

1. Homeopatia. 2. Cura em Homeopatia. 3. História da Homeopatia. 4. Bahia.

CDD 615.532

À Fátima e Zeinho

## AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é, em muitos momentos, um processo de produção solitário, mas mesmo quando me via sozinha de frente para o computador em dias e madrugadas que pareciam fim, o apoio que muitas pessoas me deram foi de grande importância para a conclusão deste trabalho.

Primeiro eu quero agradecer a Tânia Pimenta pelas suas orientações e contribuições essenciais, por ser meticulosa em suas correções e críticas e por ser uma pessoa maravilhosa, amiga, compreensiva e doce com seus orientandos. Obrigada por me socorrer em todos os momentos de desespero, ansiedade e por me mostrar que eu conseguiria, sim, finalizar esse trabalho.

A meus pais eu devo todos os agradecimentos do mundo pela segurança de sempre e pelo incentivo de seguir meus sonhos, mesmo que isso significasse que o ninho ficaria mais vazio. Mãe, obrigada por sua energia precisa e estimulante, por toda a ajuda acadêmica, sendo a mais entusiasmada corretora de textos, mesmo que a historiografia estivesse longe da sua área. Pai, obrigada pela sua energia reconfortante, pelo apoio incondicional, pelas conversas leves e por cuidar de meus filhos de pata e rabo com tanto amor e dedicação, me dando tranquilidade para estar onde estou agora. Vocês são meus maiores amigos e minha maior inspiração!

Quero agradecer também a toda a minha família, a meu querido irmão Theo, a minha avó, a minhas tias e tios, a meus primos e afilhados pelo interesse sincero e carinho que tem por mim e por tudo que realizo.

Provavelmente não teria chegado até esse momento “sã e salva” se não tivesse a dedicação e amparo diários de Pablo. Você é minha válvula de escape, minha segurança, minha paz e meu amor. Obrigada por ter entrado na minha vida para ficar! A minha vinda e estadia no Rio não teriam sido tão tranquilas se não fosse também pela família de Pablo, que me recebeu de portas e braços abertos, me tratando sempre de forma carinhosa e me integrando como membro da família desde o começo. Portanto, agradeço a todos, de coração, pelo acolhimento!

A todos os meus amigos queridos, muito obrigada pelas trocas de ideias, pelos papos descompromissados, pela preocupação com meu bem estar e pelo carinho de sempre. Bi, Fana e Lu, a vocês agradeço especialmente pelos mais de 10 anos de amizade sincera e presente! A meus queridos da faculdade: Bela, Lari, Ruy, André Baiano, Cata e Rafael Henrique obrigada pela amizade construída, pelo riso solto e pela presença certa no bar, que tornaram os anos de faculdade muito mais divertidos! Meu muito obrigada também a todos os novos amigos feitos no Rio, principalmente aos colegas do mestrado por todas as contribuições acadêmicas e pelo apoio dado nos momentos mais desesperadores, especialmente a Bárbara, André, Lucas e Giulia, que extrapolaram o dia a dia do mestrado e se tornaram verdadeiros amigos!

Meu muito obrigada aos professores da COC por todo conhecimento que adquiri nesses dois anos, ao pessoal da secretaria pela boa vontade de sempre em nos ajudar a resolver nossos problemas.

Agradeço também a Flavio Edler e Gabriela Sampaio pelas considerações e orientações feitas na qualificação e que, com certeza, contribuíram para este resultado final. Gostaria de agradecer especialmente a Gabriela por ter sido minha querida orientadora de graduação, por ter motivado meu interesse pela história da saúde e por ter ajudado desde o comecinho com a formulação do projeto que deu origem a esta dissertação. Agradeço também aos suplentes pela participação.

Por último, agradeço ao apoio financeiro dado pela CAPES, que me possibilitou a dedicação a este trabalho.

## RESUMO

A presente dissertação se insere no campo da história da saúde e tem como objetivos principais compreender como ocorreu o processo de expansão e desenvolvimento da homeopatia na Bahia e analisar as diversas polêmicas e embates sociais que se deram em torno da consolidação desta arte de curar no estado, no período de 1913 a 1936, através da trajetória de Alfredo Soares da Cunha, um homeopata que enfrentou diversas problemáticas para que pudesse atuar como praticante da arte de curar hahnemanniana. A singularidade desta trajetória permitiu analisar diversas facetas do contexto na qual ela se inseriu. Assim, foi possível estabelecer os caminhos que a homeopatia tomou na Bahia até o aparecimento do personagem central desta pesquisa; levantar as discussões acerca da prática homeopática; investigar a conjuntura político-sanitarista do estado e as ações públicas frente à medicina popular e às práticas de cura não autorizadas; averiguar as incoerências do conjunto normativo, em que coadunavam legislações que pareciam se contradizer entre si e que podiam ser interpretadas de formas conflitantes. Através, portanto, das polêmicas travadas em torno deste indivíduo, que figuram em diversas fontes, é possível estabelecer mudanças na escala de análise que permitem compreender as transformações e processos históricos ocorridos dentro desse recorte de prática homeopática de Alfredo Soares da Cunha.



## ABSTRACT

This dissertation is included in the history of health field and its main targets are to understand how the process of expansion and development of homeopathy occurred in Bahia and analyze the several controversies and social clashes that took place around the consolidation of this art of healing in the state, around 1913 and 1936, through the path of Alfredo Soares da Cunha, a homeopath that encountered several difficulties in order to pursue as a professional in the art of Hahnemann healing. The uniqueness of this course allowed an analysis of many aspects from the context in which it was inserted. Thus, it was possible to establish the paths taken by homeopathy in Bahia until the appearance of the main character of this research; start debates about the homeopathic practice; investigate the state's political and sanitary situation, as well as the public actions against the folk medicine and unauthorized healing practices; investigate the inconsistencies in the set of laws which incorporated legislations that seemed to contradict each other and could be interpreted in conflicting ways. Therefore, through the controversies around this individual, appearing in several sources, it's possible to establish changes in the scale of analysis that enable the understanding of the changes and historical processes that occurred in the period of Alfredo Soares da Cunha's homeopathic practice.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 - Perfil de Alfredo Soares da Cunha em livreto do IHB.....	34
2 - Anúncio de laboratório homeopático e seus remédios.....	34
3 - Fotografia de curandeiros.....	63
4 - Propaganda de inauguração da nova sede do grupo, em 1931.....	108

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 - A homeopatia como missão: os caminhos da arte de curar na Bahia....</b>	<b>7</b>
1.1 Introdução da ciência de Hahnemann em território baiano.....	9
1.2 Tentativa de restauração: a nova Sociedade Homeopática Baiana.....	24
1.3 Recuperação do quadro homeopático pelas mãos de Alfredo Soares da Cunha.....	39
<b>Capítulo 2 - A trajetória de Alfredo Soares da Cunha e o exercício da homeopatia.....</b>	<b>46</b>
2.1 A liberdade da prática homeopática.....	46
2.2 Nem médico, nem curandeiro.....	57
2.3 A arte da cura desenvolvida por Alfredo Soares da Cunha.....	66
<b>Capítulo 3 - Os embates de Alfredo Soares da Cunha e suas estratégias.....</b>	<b>77</b>
3.1 Em confronto com a Diretoria de Saúde Pública.....	77
3.2 Causa perdida?.....	92
3.3 Estratégias de legitimação pessoal e de sua arte de curar.....	99
<b>Considerações finais.....</b>	<b>110</b>
<b>Referências.....</b>	<b>112</b>

## Introdução

Entrar na farmácia e laboratório do Grupo Soares da Cunha, localizados na Rua Ruy Barbosa, no centro da cidade de Salvador, é como reencontrar um pouco da realidade da primeira metade do século XX. As vitrines, os móveis, muitas das receitas, técnicas e procedimentos feitos na farmácia e laboratório são os mesmos há mais de 80 anos<sup>1</sup>. Há um inerente sentimento de nostalgia no lugar.

A família Soares da Cunha iniciou sua história de intercessão com a saúde, no início do século XX, com seu progenitor e fundador do grupo farmacêutico de sucesso, o Sr. Alfredo Soares da Cunha. O compromisso firmado por esta família foi feito com uma ciência que possuía pouca visibilidade na Bahia no momento, e que, por isso mesmo, foi alvo de inúmeras contendas: a homeopatia.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a expansão da homeopatia na Bahia, através da trajetória de Alfredo Soares da Cunha. Tendo como ponto focal e de partida este homeopata, buscou-se compreender a teia social que existia como contexto dessa história de resistência e prática de cura pela homeopatia no início do século XX.

O interesse por sua história se relaciona ao interesse pelas práticas não oficiais de cura, manifestado desde a graduação através da monografia *Ciência, Medicina e Práticas Populares de Cura* (1850 – 1889). Essa temática sempre despertou atração e curiosidade que conduziram à investigação. A aproximação com a homeopatia se deu ao pesquisar sobre a relação do espiritismo com as práticas de cura e assim deparei-me com a homeopatia e com o caso de Alfredo Soares da Cunha. Quem era ele e qual a história que existia por trás dos fragmentos que havia encontrado? Por que dedicou sua vida em defesa do seu direito de curar através da homeopatia? Em que contexto político e social a sua luta se desenrolou? Até que ponto sua luta contribuiu para popularizar essa arte de curar na Bahia?

Para compreender e responder a essas e a muitas outras perguntas procurei o livro *Charlatães de Beca ou a Ilusão do Ensino Médico* de autoria do homeopata e a leitura

---

<sup>1</sup> A farmácia da Rua Ruy Barbosa se instalou nesse endereço em 1931, no entanto, a primeira farmácia e laboratório foram fundados em 1918.

dele revelou que a trajetória realmente era rica e que se fez presente também em diversos jornais da época. A partir das pistas dadas no livro, foi feita uma pesquisa documental na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional e no Instituto Hahnemanniano em busca de outras fontes que pudessem esclarecer as questões que envolviam a trajetória deste personagem e a prática médica e homeopática. Por fim conseguiu-se reunir alguns documentos oficiais, jornais, leis, fotografias, artigos e livros que possibilitaram a realização desta dissertação. Entretanto, é fundamental que seja ressaltada a grande dificuldade de se obter fontes sobre a temática aqui discutida.

A bibliografia sobre história da homeopatia no Brasil não é extensa, tivemos conhecimento sobre estudos e informações acerca do desenvolvimento da homeopatia no Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já sobre a Bahia não há pesquisas conhecidas que envolvam essa temática. As informações que angariamos sobre a homeopatia no estado em questão são basicamente fragmentos encontrados em artigos no site do Instituto Hahnemanniano do Brasil e reportagens de tom memorialista e de exaltação da família Soares da Cunha, encontrados em uma revista de farmácia da Bahia e em dois blogs da internet. Como é possível imaginar, nenhuma dessas informações esparsas possuía qualquer tratamento historiográfico, deste modo, há uma grande lacuna que tentamos preencher um pouco com a presente dissertação.

A pesquisa sobre a história da homeopatia na Bahia, portanto, é como uma colcha de retalhos, na qual é necessária a busca por referências em diversos temas relacionados com a medicina e com a saúde pública nas primeiras décadas do séc. XX. Para que esta pesquisa, que possui como objeto uma trajetória individual, não perdesse o vínculo com os diversos contextos sociais que se vislumbraram através da narrativa individual, foi necessária a compreensão e análise do período estudado e dos movimentos sociais que se inseriram nele. Assim, esta pesquisa procurou investigar os caminhos que a homeopatia tomou na Bahia desde a sua introdução e entender como a prática homeopática era efetuada e vista pela sociedade; compreender a conjuntura das políticas públicas e de saneamento neste período; analisar as políticas públicas com relação às práticas populares e não acadêmicas de cura, principalmente com o advento de um código penal republicano influenciado pelas ideias médicas e de saneamento; desvelar as múltiplas interpretações que a engrenagem normativa poderia ter; analisar os embates

ocorridos na trajetória do homeopata Alfredo Soares da Cunha e como suas ações acabaram por permitir uma disseminação e visibilidade maior da homeopatia na Bahia.

As reformulações da história social com amplitude interpretativa e de análise deu visibilidade a atores que antes eram desconsiderados no processo histórico. Assim, indivíduos comuns como o Sr. Alfredo Soares da Cunha, passaram a ser enxergados e tornados objetos de pesquisa. Essa nova história social deu visibilidade e ênfase a biografias e estudos de casos de indivíduos que por muito tempo estiveram excluídos da historiografia, mas também continuou a dar relevância ao mais amplo, ao que norteia e constitui a sociedade como um todo, ao macro. Os embates entre os personagens históricos que permeiam esta pesquisa, portanto, permitiram que se evidenciassem algumas ações políticas do Estado na primeira República, no que concerne à saúde pública do período. Assim, pode-se compreender, por exemplo, o contexto que se desenlaçava na proibição do Sr. Alfredo Soares da Cunha de clinicar livremente, onde as ações de saúde pública do governo eram em muito direcionadas a coibir práticas de cura não acadêmicas.

A escolha de um tema que tem como objeto de estudo um indivíduo trouxe consigo a preocupação de evitar um culto ao personagem. Assim, procuramos sempre que possível estabelecer as relações contextuais de suas ações, a partir do diálogo com as fontes, procurando descortinar a viva história que se apresenta através da trajetória de Soares da Cunha, na qual o contexto não é estabelecido como “algo rígido, coerente, e que [...] serve de pano de fundo imóvel”<sup>2</sup> para um grande personagem atuar. Para a fundamentação desta dissertação, alguns arcabouços teóricos foram importantíssimos, tais como os fenômenos de modernização e higienismo, no sentido de permitir que a pesquisa não perdesse o vínculo com os diversos contextos sociais que se vislumbram através da narrativa individual.

A mudança que a micro-história trouxe também foi na utilização e escolha de fontes. A historiografia que, durante o triunfo da história social nos anos de 1970, havia se utilizado amplamente de métodos quantitativos e tinha uma forte tendência à modelização, ganhou novos ares ao passar a valorizar fontes menos serializáveis,

---

<sup>2</sup> LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 176.

interpretadas mais pela chave do simbólico<sup>3</sup>. Outra característica fortíssima dessa metodologia historiográfica, a leitura atenta e intensiva dos documentos na busca por aspectos singulares que poderiam passar despercebidos, foi muitas vezes utilizada nesta pesquisa.

A principal fonte histórica, que abriu as portas para muitas outras, é o livro escrito por Alfredo Soares da Cunha, intitulado *Charlatães de Beca ou A Ilusão do Ensino Médico*. É claro que, se tratando de um livro escrito por ele, é a sua versão dos fatos, é o seu discurso que consta nas páginas. Assim sendo, ele não pode ser tido como verdade única dos fatos e nem como única fonte histórica.

As fontes primárias para este estudo foram, principalmente, as cerca de quarenta notícias sobre Alfredo Soares da Cunha encontradas em oito periódicos, em diversas datas. Para dar continuidade ao processo de investigação em periódicos, foi consultada a “seção de periódicos raros e valiosos” da Biblioteca Pública do Estado da Bahia - BPEB -, em especial o *Diário da Bahia*, no qual vários anos que se encontravam disponíveis foram pesquisados, como forma de traçar um panorama mais geral da prática homeopática na Bahia e identificar os esforços empregados pelo governo para modernizar e higienizar o estado. Com o material obtido foi possível ter uma visão mais acertada do que ocorria no período, com a coleta de informações sobre o governo de J.J Seabra, as epidemias na Bahia, a presença de outros terapeutas não acadêmicos em Salvador, além das ações sanitárias na cidade.

Dra. Maria Amélia Soares da Cunha teve sua importância para esse projeto, pois forneceu acesso a fatos e memórias que não ficam explícitos em jornais ou no livro de autoria de Alfredo Soares da Cunha; também foi possível entender melhor as relações familiares e o tipo de vínculo que esta família, por gerações, fez com a saúde e as lutas posteriores que continuaram a travar, mesmo com o avançar dos anos. Além disso, Maria Amélia tornou acessível a entrada na antiga casa da família, localizada no bairro da Graça, em Salvador, onde se encontrava o antigo Laboratório do Grupo Soares da Cunha, com seus milhares de vidrinhos homeopáticos ainda intactos, mesmo depois de anos. O álbum da família também foi aberto para esta pesquisa; assim sendo, as

---

<sup>3</sup> LIMA, Henrique Espada, “Pensando as transformações e a recepção da micro-história no debate histórico hoje”. In OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs). *Exercícios de Micro-História*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.134.

fontes visuais também foram exploradas, permitindo, além do ilustrar dos fatos históricos, um acesso ao contexto onde as ações se desenrolaram, na busca de reconstrução visual daquele passado, através das informações subjacentes contidas nas imagens captadas e registradas pela fotografia.

A legislação da época, como a Constituição de 1891, o Código Penal de 1890 e a Lei Orgânica de Ensino Superior e Fundamental, também conhecida como Lei Rivadávia, permitiu a análise de algumas questões levantadas nesse trabalho, principalmente no que se refere à liberdade profissional e às atividades curativas. Essas leis foram utilizadas como base argumentativa principalmente para o embate entre Soares da Cunha e a Diretoria de Saúde Pública. Os dois polos opositores utilizaram-se das leis para defender seus pontos de vista. Assim sendo, foi necessário entrar em contato com o sistema normativo da época para analisar as interpretações dadas às leis por estes atores. Além destas fontes, o processo de habeas corpus impetrado por Alfredo Soares da Cunha para conseguir clinicar livremente e sem embargos da Diretoria – processo este que chegou até o Supremo Tribunal Federal, para que a instituição ajuizasse uma decisão final sobre o caso – foi significativo para entender melhor as argumentações e dados apresentados pelo homeopata.

A pesquisa também angariou algumas fontes no Instituto Hahnemanniano do Brasil e na Biblioteca Nacional, principalmente revistas ligadas ao Instituto e que puderam nos localizar melhor sobre a prática homeopática e suas conquistas internas. Neste mesmo eixo de desenvolvimento da homeopatia, o Livro do Primeiro Congresso Brasileiro de Homeopatia foi importante para estabelecer os caminhos que esta arte de curar tomou na Bahia, contribuindo significativamente para o primeiro capítulo da dissertação.

O recorte temporal desta dissertação se inicia em 1913 por ser o ano em que a batalha jurídica de Alfredo Soares da Cunha se trava e o ano em que este homem passa a ser, de fato, notório para toda a sociedade baiana, através das diversas aparições em jornais. O ano de 1936 foi escolhido como fim do recorte temporal por se tratar do ano de lançamento do livro do homeopata baiano, o *Charlatães de Beca ou A Ilusão do Ensino Médico*, identificada como última estratégia veiculada pelo homeopata para afirmar a sua prática curativa. Entretanto, cabe-nos ressaltar que as análises aqui



realizadas tiveram como principal foco o período de 1013 a 1017, onde ocorreram os grandes embates entre o homeopata, a Diretoria de Saúde Pública e a imprensa local.

A análise dos dados levou-nos a dividir esta dissertação em **três capítulos**: o **primeiro** procura analisar os caminhos da homeopatia na Bahia, da sua introdução em 1847, passando pela tentativa de restauração através da Sociedade Baiana de Homeopatia em 1884 e chegando à regeneração do quadro homeopático pelas mãos de Alfredo Soares da Cunha, em 1913; o **segundo** aborda o debate em torno da prática médica e homeopática e de quem poderia exercê-las, analisa a questão da liberdade profissional e procura compreender qual era a visão acerca de Soares da Cunha e sua arte de curar; o **terceiro** capítulo trata da análise do embate do homeopata com a Diretoria de Saúde Pública da Bahia, analisa o processo de habeas corpus e aborda as diversas estratégias utilizadas pelo homeopata baiano para manter-se praticante da medicina hahnemanniana e para divulgá-la no território baiano.

Assim, através desses 23 anos de trajetória de Soares da Cunha, é possível vislumbrar a sociedade multifacetada da primeira metade do séc. XX, com o constante diálogo entre os atores dessa trama histórica e a sociedade soteropolitana desse período. Essa trajetória individual consegue revelar uma série de embates políticos e as contradições de quem propugnava os projetos políticos modernizadores, permite verificar parte do conjunto legal brasileiro, assim como traz à tona as perseguições às práticas desautorizadas de cura, o saneamento da cidade de Salvador e o movimento de resistência que as terapias não oficiais faziam frente ao Estado e à medicina acadêmica.

Espera-se que esta pesquisa, além de cumprir o objetivo acadêmico de produzir conhecimento, possa contribuir para tornar mais claros os caminhos traçados pela homeopatia na Bahia.

## Capítulo I

### **A homeopatia como missão: os caminhos da arte de curar na Bahia**

“Já compadecido  
O céu nos ouvia,  
E dignou-se em fim  
Remédio mandar.  
Inspirou a Hahnemann  
A homeopatia,  
Para todos os males  
De todo acabar”<sup>4</sup>.

A homeopatia, desde sua concepção inicial, é permeada pela ideia de que se trata da verdadeira forma de curar e, por isso, há um sentido missionário facilmente encontrado nos relatos de homeopatas de diversos períodos da divulgação e disseminação dessa arte de cura, como pode ser visto no trecho do Hino da Homeopatia destacado. Com um discurso quase religioso, a homeopatia ganha a feição de uma verdade que precisa ser expandida para todos os lugares e pessoas, convertendo antigos adeptos da alopatia a práticos e praticantes de suas formulações sobre doença e cura.

Assumindo essa concepção de missão divulgadora, a homeopatia vai aportando em novos territórios, enfrentando diversas polêmicas e obtendo novas repercussões. Assim é que, no século XIX, a homeopatia começa a traçar seus caminhos no Brasil.

Este capítulo aborda a forma como a homeopatia se inseriu na Bahia e como ocorreu seu desenvolvimento até o início do século XX, quando há o aparecimento do homeopata personagem desta dissertação. Partimos da identificação de que os caminhos da homeopatia neste local possuíram peculiaridades que merecem estudos mais aprofundados sobre o tema.

A homeopatia, apesar de já ter sido alvo de curiosidade anteriormente<sup>5</sup>, teve sua divulgação de fato iniciada em terras verde-amarelas a partir de 1840, com a chegada de

---

<sup>4</sup> Hino à Homeopatia – Música d’Alvorada, de suposta autoria de João Vicente Martins, transcrito em GALHARDO, José Emygdio. “História da Homeopatia no Brasil”. In *Livro do 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia*, 1921, p. 400.

Benoit Mure. Vindo para implantar no país uma comunidade-modelo onde o bem estar humano seria desenvolvido através de reformas no campo econômico e social, Mure se apoiava em opções e correntes alternativas ao racionalismo: o fourerismo e a homeopatia<sup>6</sup>.

A sua comunidade utópica, no entanto, acabou não dando certo como ele imaginava, o que fez Mure iniciar novas empreitadas, tomando para si a missão de divulgar e desenvolver a homeopatia no Brasil. Conquista, assim, a importante aliança com João Vicente Martins, médico português radicado no país, que se converte à homeopatia e se torna, junto com Mure, o maior defensor desta arte de curar no Brasil.

Já desde seu início, a homeopatia suscitou diversas tensões sociais em torno de sua afirmação como legítima arte de curar. Porém, a despeito de todos os embates e enfrentamentos que teve com a medicina oficial, em especial com a Academia Imperial de Medicina, esta terapêutica conseguiu resistir, se institucionalizar e formar uma categoria organizada de profissionais de saúde ainda no Império. Vários investimentos foram alçados nesse intuito, fundando-se importantes locais para desenvolvimento da homeopatia brasileira, principalmente no Rio de Janeiro, como o Instituto Homeopático do Brasil (IHB), fundado em 1843 e a Escola Homeopática do Brasil (com aulas iniciadas em 1845).

A fim de propagar a homeopatia, o Instituto Homeopático passa a investir em divulgação em outros locais e o nordeste brasileiro ganha atenção dos componentes do Instituto. A Bahia recebe dois homeopatas – Sr. Rouen e o Sr. Laperrière – enviados pelo Instituto para instalarem o primeiro consultório homeopático gratuito em Salvador, em 1847. Com essa primeira instalação concluída, Vicente Martins, ainda em 1847, viaja à Bahia e inicia a propagação local da homeopatia.

---

<sup>5</sup> Galhardo afirma que a primeira vez que se referiram à homeopatia no Brasil foi em 1818, pelo dr. Antônio Ferreira França, professor da Escola Médico Cirúrgica da Bahia, quando ele manifestou-se sobre o novo método terapêutico que havia surgido na Alemanha. As outras notícias são sobre supostas cartas trocadas entre José Bonifácio de Andrada e Silva, o estadista e naturalista brasileiro, e Hahnemann sobre a homeopatia; e um artigo transcrito em 1836 na *Revista de Medicina Fluminense*, publicação da Academia Imperial de Medicina, escrito originalmente no *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto* e que evidenciaria uma opinião contrária à homeopatia. Informações em GALHARDO. “História da Homeopatia no Brasil”. op. cit.

<sup>6</sup> SILVEIRA, Glauca Regina. *Utopia e Cura: a homeopatia no Brasil Imperial (1840 – 1854)*. 209 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

Destacamos, no período estudado, três momentos da homeopatia na Bahia e um mais nebuloso sobre o qual não conseguimos maiores informações e nem fontes primárias que desanuviassem o estado da homeopatia nesse momento. Os estudos sobre a homeopatia no Brasil mostram que de fato esta não seguiu um percurso único no país, por isso, tentaremos desenhar neste capítulo a trajetória que a homeopatia tomou até chegarmos ao período de Alfredo Soares da Cunha, tentando capturar os momentos e esforços de estruturar e divulgar esta arte de curar na Bahia.

### **Introdução da ciência de Hahnemann em território baiano**

A introdução da homeopatia na Bahia iniciou-se com a preocupação do IHB em propagar a homeopatia no território baiano, local de grande interesse para os homeopatas porque “a Bahia era, depois da capital, o ponto mais importante do Império”<sup>7</sup>. O contato inicial com a homeopatia havia ocorrido cerca de dois anos antes do movimento de 1847, quando o IHB de fato passou a investir em divulgação de sua arte de curar na Bahia, com a vinda do dr. Chedifer à Bahia e conversão de um médico baiano conhecido como Dr. Mesquita. Há notícias vagas também de que a homeopatia já havia também sido introduzida em outros pontos da província por um naturalista chamado Sr. Porto. Para dar corpo a esse movimento, mais dois homeopatas são enviados em 1847 pelo IHB para dar maior desenvolvimento da homeopatia na província da Bahia, o Sr. Rouen e o Sr. Laperrière, homeopatas não médicos, iniciando assim os investimentos do instituto na Bahia. O Sr. Rouen estabeleceu dispensário para atendimento da população baiana, indo de encontro aos médicos locais que não haviam conferido credibilidade ao certificado deste de oficial de saúde da Faculdade de Paris. O estudo sobre história da homeopatia apresentado por Galhardo no Livro do 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia não descreve com especificidade quais as outras controvérsias que se estabeleceram em volta destes primeiros praticantes, mas dá a entender que havia enfrentamentos com os alopatas da região, pois atarefados com as

---

<sup>7</sup> O Dr. Mure, na 9ª sessão magna do Instituto Homeopático do Brasil, 10 de janeiro de 1848 transcrito em GALHARDO. “História da Homeopatia no Brasil”. op. cit., 467.

polêmicas e com o trabalho de divulgação e de cura, os primeiros homeopatas que se encontraram na Bahia tiveram que pedir ajuda ao IHB, como aponta o trecho a seguir:

Obrigados a trabalhar e combater, a tratar seus doentes, e a sustentar suas polemicas nos jornais, os homeopatas da Bahia recorreram a nós para obterem reforço. Foi então que o Sr. João Vicente Martins, nosso primeiro secretário, resolveu uma viagem, cada dia retardada pelas lutas do Rio de Janeiro durante seis meses<sup>8</sup>.

Apesar de não partir do zero, foi a vinda de Vicente Martins que iniciou a organização da arte de curar em questão na província da Bahia. Sua chegada culminou com a inauguração da Sociedade Homeopática Baiana, ainda em 1847, órgão ligado ao Instituto Homeopático, com sede no Rio de Janeiro. Assim como ocorria no Rio de Janeiro, mas com velocidade menos acelerada, os homeopatas que se encontravam na Bahia passaram a converter outros médicos à homeopatia, foram se organizando, escrevendo em jornais locais, enfrentando críticas e embates com a medicina oficial, abrindo clínicas e atendendo a população local.

A instalação da Sociedade Homeopática Baiana, ocorrida no dia 10 de outubro de 1847, contou com cinquenta e três pessoas “das classes mais distintas”<sup>9</sup> e foi conduzida por Vicente Martins e Antonio Pereira de Mesquita. A sessão foi aberta com uma frase que emblema o espírito combativo dos iniciadores da ciência hahnemanniana em terras baianas: “Quero acabar com a medicina oficial governativa”<sup>10</sup>. Os discursos proferidos tiveram caráter inaugural, já que se tratava da primeira reunião oficial dos interessados na propagação da homeopatia na Bahia, mas também foram consonantes em outros aspectos. Vicente Martins e Antonio de Mesquita (esse escolhido como presidente da sociedade) discursaram descrevendo seus passos até chegarem à homeopatia, mostrando como ocorreram suas conversões à verdadeira ciência e à causa homeopática de forma voluntária, fazendo uma espécie de memorial profissional. Os dois, por terem se iniciado no campo da saúde com atuações alopáticas, falaram acerca dessa ciência que lhes era apresentava como insuficiente e insegura, mas que era até então o único meio conhecido, pois, de acordo com Mesquita, “não havia, porém outro

---

<sup>8</sup> O Dr. Mure, na 9ª sessão magna do Instituto Homeopático do Brasil, 10 de janeiro de 1848 transcrito em GALHARDO. “História da Homeopatia no Brasil”. op. cit., p. 468.

<sup>9</sup> Jornal do Comércio por GALHARDO. “História da Homeopatia no Brasil”. op. cit., p. 434.

<sup>10</sup> Palavras proferidas pelo senador B. P. de Vasconcelos, em sessão do senado de 15 de setembro de 1847, apud GALHARDO. “História da Homeopatia no Brasil”. op. cit., 469.

recurso senão seguir os preceitos dos mestres e dos livros, lastimando, contudo a fraqueza dos meios empregados para afastar os sofrimentos dos nossos semelhantes”<sup>11</sup>.

Outros pontos interessantes que se destacam na ata inaugural, reproduzida por Galhardo no Livro do 1º Congresso de Homeopatia, são os objetivos gerais da homeopatia no Brasil, evidenciando a estreita relação que o IHB e a Sociedade Baiana mantinham entre si. O IHB convidava os presentes da inauguração da Sociedade Baiana a fazer parte da sua instituição de base “científica e filantrópica”<sup>12</sup> com a formação da Sociedade Baiana, e esta firmava seu compromisso com a assistência aos mais pobres, evidenciando “a utilidade, ou melhor, a indispensabilidade dos consultórios gratuitos”<sup>13</sup> para a medicina hahnemanniana. Como promessa de que essa finalidade seria cumprida, Vicente Martins fala:

É por isso que hei de manter e engrandecer, quanto poder, os consultórios homeopáticos gratuitos, para os pobres: é por isso que darei todos os esclarecimentos necessários a quem quer que seja em que eu reconheça de boa fé o desejo de conhecer fundamentalmente a homeopatia, quer teórica, quer prática<sup>14</sup>.

Além da assistência aos mais pobres, essa passagem revela o interesse dos primeiros homeopatas em propagar sua arte de curar aos que se interessassem, mesmo que isso significasse ensinar a leigos sem qualquer formação médica ou similar. Esta é uma das formas de propagação da homeopatia adotada pelos primeiros homeopatas e que possuía em Vicente Martins um grande defensor. Além de possuir um caráter estratégico, essa forma propagadora também possuía um claro posicionamento ideológico, na qual a ciência de Hahnemann deveria ser adotada e espalhada por toda a sociedade, reduzindo o sofrimento de todos. Esta compreensão sobre a homeopatia gerou posteriormente intensos debates entre seus próprios praticantes, que discordavam entre si sobre quem poderia aprender e praticar esta arte de curar.

Percebemos, portanto, que a Sociedade Baiana seguia os fundamentos do IHB, mantendo de fato a relação sede – filial, onde premissas básicas da sede foram adotadas e praticadas pela filial baiana, como de propagação e ensino da homeopatia, de ajuda aos mais pobres e de divulgação da sua arte de curar.

---

<sup>11</sup> GALHARDO. “História da Homeopatia no Brasil”. op. cit., p. 442.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 439.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 445.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 438.

Entre os primeiros convertidos à homeopatia na Bahia, destacam-se dois nomes: o de Alexandre José de Mello Moraes, pela inusitada mudança de paradigma científico e surpresa que essa mudança trouxe para os alopatas e pelas contribuições que esse médico fez posteriormente ao IHB; e o de Sabino Olegário Ludgero Pinho, por ser o introdutor e divulgador da homeopatia em Pernambuco, após sua saída da Bahia.

Mello Moraes havia se mostrado primeiramente como opositor a um homeopata francês que atuava na Bahia, o dr. Jernstedt. O médico baiano era envolvido com a imprensa e política local, era redator e escrevia em jornal e, a pedido do diretor da Faculdade de Medicina, escreveu um artigo em que polemizava e ironizava o pedido de Jernstedt de fazer exame em francês ou latim para receber autorização para medicar na Bahia ao invés de fazer o exame em português. A publicação de Mello Moraes, gerou uma reação de Vicente Martins para defender o seu colega homeopata foco do debate, o que acirra a polêmica, como o próprio Mello Moraes afirma:

João Vicente Martins veio-me ao encontro, porque o meu artigo apareceu no Correio Mercantil, que até ali se tinha conservado silencioso relativamente às questões sobre a homeopatia, e obrigou-me a sair a descoberto, o que foi com toda a lealdade, e nas melhores condições; o depois de uma polemica sem azedume, chegamos aos fatos, tive de ceder em presença deles e abandonando as questões políticas, tornei-me o propagandista consciencioso das doutrinas do Hahnemann<sup>15</sup>.

Cedendo então, Mello Moraes converte-se à homeopatia e se torna alvo de críticas por parte dos antigos colegas alopatas. As circunstâncias da sua conversão, professada publicamente em uma missa realizada para este fim, foram alvo de denuncia por parte de opositores que afirmavam que ele havia se declarado homeopata em troca de dinheiro. A polêmica gerou um artigo escrito por Vicente Martins no Rio de Janeiro, onde já apontava Mello Moraes como seu sucessor na propaganda homeopática, e assim dizia:

Conheço a tua superioridade à proporção do desenvolvimento que vais dando à homeopatia, e quando for chegada a hora de eu ir fazer participante a minha pátria dos bens que o Brasil goza em ter abraçado a verdadeira medicina, eu não terei de ficar cuidadoso a respeito da sorte desta divina ciência no Brasil, porque tu cá ficas. Se ti foras um homem ambicioso, se, como tantos outros, o ouro fora teu Deus, nem tu me houveras compreendido, nem jamais houveras continuado a

---

<sup>15</sup> GALHARDO. "História da Homeopatia no Brasil". op. cit., p. 553.

minha obra. Ah! que se eu pudesse encontrar no Rio de Janeiro outro Alexandre de Mello Moraes!<sup>16</sup>

Esse trecho de seu artigo no jornal mostra a incredulidade de Vicente Martins sobre a denúncia feita e também deixava claro que Mello Moraes assumiria a sua função no propagandear da homeopatia. E de fato isso ocorre, pois em 1850 Vicente Martins retorna à Bahia e leva Mello Moraes para o Rio de Janeiro em 1851, quando parte de volta à capital. No mesmo ano, o baiano assume a presidência do IHB.

A partir das informações dadas pelo Livro do 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia, conseguimos identificar alguns nomes vinculados à homeopatia na Bahia nesse primeiro momento. Pudemos perceber, assim, que a homeopatia não era praticada por um grande número de médicos, apesar das notícias dadas ao IHB serem de um tom extremamente confiante e positivo sobre os avanços da homeopatia na província baiana, como neste trecho:

O primeiro secretário perpétuo deu conta dos seus trabalhos de propaganda na Bahia, desde 10 de dezembro de 1847, em que foi instalada uma sociedade homeopática, filial do Instituto, até 20 de fevereiro de 1848, em que a propaganda foi solenemente conferida ao Dr. Alexandre José de Mello Moraes e aos mais que com ele ficaram constituindo a diretoria daquela sociedade, que fora o Dr. A. P. de Mesquita, o Dr. A. Jernstedt, A. Rouen e Custódio Joaquim da Costa, o mais prestante e dedicado amigo da homeopatia<sup>17</sup>.

O trecho sinalizado é referente a relatório enviado ao IHB, e também destaca alguns dos avanços da homeopatia no estado, muitos dos quais aparentam grande euforia, euforia esta que poderia fazer com que a situação fosse vista de forma muito mais positiva do que a realidade de fato poderia oferecer. Euforia esta que descreve um quadro homeopático na Bahia em que metade da população da cidade de Salvador estaria se tratando pela homeopatia, em que todo o clero da cidade estaria ao lado dos homeopatas e onde a faculdade de medicina teria tido seu prestígio quebrado. Não entraremos no mérito da veracidade destas informações, mas podemos problematizar as informações contidas neste relatório, já que percebemos que, mesmo no início do século XX, a homeopatia ainda contava com a ignorância de muitos setores sobre a sua prática; dessa forma, percebemos que o desenvolvimento desta arte de cura não ocorreu tão

---

<sup>16</sup> Jornal do Comércio, 11 de agosto de 1848, transcrito em GALHARDO. "História da Homeopatia no Brasil". op. cit., p. 553.

<sup>17</sup> GALHARDO. "História da Homeopatia no Brasil". op. cit., p. 504.



arraigadamente na sociedade. Os escritos encontrados na revista da Sociedade Homeopática Baiana, em 1884, dão conta de que a homeopatia ainda não contava com muitos adeptos, pois dizia que, com a morte dos seus líderes, esta arte de curar acabou tendo um desenvolvimento restrito após trinta e seis anos de entrada da homeopatia na Bahia.

No entanto, apesar dessa afirmação de um desenvolvimento mais estacionário na Bahia, o tom dos homeopatas desse primeiro período é exultante sobre a divulgação homeopática nesta província. Mure, em carta onde se despede de todos por conta da sua volta à Europa ocorrida em 1848, fala sobre a missão de Vicente Martins:

Que espetáculo grandioso não ofereceu esta sua brilhante missão na Bahia, que determinou em cinco meses uma revolução completa nos costumes e nas crenças de uma povoação inteira, e que assegurou o porvir da homeopatia dando-lhe um novo centro e um novo foco na terra de Santa Cruz<sup>18</sup>.

Notadamente, a medicina acadêmica ainda não possuía o mesmo crédito que viria a ter mais tarde com a população. No entanto, já possuía fortes bases na Bahia, constituídas pela Faculdade de Medicina da Bahia, instituto de grande prestígio nacional. Assim, a afirmação de Mure de que a missão de Vicente Martins em apenas cinco meses havia gerado uma revolução científica e de costumes na Bahia, pode aparentar até mesmo certa ingenuidade, mas também pode ser interpretada de outra forma. As fontes posteriores, como comentado anteriormente, demonstram que o quadro de desenvolvimento homeopático baiano era muito mais complexo do que gostariam os homeopatas do Instituto, então, a afirmativa de Mure, divulgada e lida por todos os homeopatas do IHB, poderia ultrapassar as raias da ingenuidade e ter a intenção de realçar as conquistas efetuadas na Bahia, como forma de mostrar uma homeopatia exitosa e fortalecida. Portanto, sua afirmativa poderia ser uma estratégia de discurso para demonstrar e afirmar a força da arte de curar de Hahnemann.

Em outra declaração, Mure acaba por contrariar em parte essa ideia de uma entrada triunfal e revolucionária da homeopatia e de ampla aceitação da sociedade baiana. Ele afirma que o período de introdução homeopática na província da Bahia foi permeado por intenso debate, muito maior do que havia ocorrido no Rio de Janeiro até então, afirmando assim que é “pela violência de nossos inimigos que medimos nossos

---

<sup>18</sup> GALHARDO. “História da Homeopatia no Brasil”. op. cit., p. 509.

progressos”. A violência dos inimigos a que ele se reporta nada mais é do que a não aceitação dos médicos baianos, provenientes de uma das mais tradicionais faculdades de medicina do Brasil, a Faculdade de Medicina da Bahia, de onde, pouco mais tarde, em 1860, se organizaria a Escola Tropicalista Baiana, grupo que ficou conhecido por seus trabalhos sobre beribéri, ancilostomíase, filariose e ainhum, doenças associadas ao clima tropical<sup>19</sup>, com produções originais e independentes das investigações europeias, tornando-se importante locus de produção científica brasileira e de relevo internacional. Assim, seria difícil que ocorresse, nesse contexto, uma aceitação da homeopatia pelos médicos oficiais baianos, na verdade, estes ofereceram oposição clara aos seus introdutores, como no exemplo da acusação de que Mello Moraes havia se tornado homeopata por dinheiro, ao recusar o diploma de Rouen para exame ou, de forma mais acintosa, ao acusar Vicente Martins de envenenamento.

As controvérsias entre homeopatas e alopatas fazem parte de um cenário comum encontrado em diversos locais e mesmo em períodos afastados no tempo. A chegada de Vicente Martins foi permeada de inúmeras polêmicas sobre sua prática e, de acordo com Mure, “todas as injúrias vomitadas pelos alopatas do Rio de Janeiro contra o nosso hábil e corajoso colega foram reproduzidas na Bahia com redobradas calúnias. O epíteto de charlatão é prodigalizado a cada passo ao Sr. Martins”<sup>20</sup>. Se, como dito anteriormente, já existiam debates protagonizados entre os primeiros homeopatas que se encontravam na Bahia, esse quadro ficou ainda mais acirrado com a chegada de Vicente Martins, provavelmente por sua figura já ter sido alvo, como apontado no trecho destacado, de outras querelas no Rio de Janeiro e por ser um destacado defensor e propagandista da cura hahnemanniana.

A acusação de charlatanismo também faz parte desse cenário comum e é frequentemente encontrado na documentação. Vicente Martins não ficou fora desta queixa, principalmente pelo fato de não possuir diploma médico regular no Brasil. A argumentação do Instituto sobre essa questão é interessante, pois antes de praticar homeopatia Vicente Martins já havia trabalhado no Hospital dos Lázaros e na Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro e viajado à Bahia, onde teria sido muito bem

---

<sup>19</sup> EDLER, Flavio. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina Tropical no Brasil. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9(2):357-85, maio-ago. 2002, p. 360.

<sup>20</sup> GALHARDO. “História da Homeopatia no Brasil”. op. cit., p. 468.

recebido pelos alopatas da província, chegando mesmo a ser convidado pelos professores a fazer intervenções cirúrgicas na Faculdade de Medicina, convite este que Vicente Martins aceitou. A falta de diploma em medicina, antes não interpelada, tornou-se, após a conversão à homeopatia, motivo de acusações. Mure questiona o entendimento que se tinha de que muitos homeopatas seriam charlatães, atribuindo aos alopatas o estabelecimento de uma relação cordial com curandeiros alopatas e também culpa por terem sido eles os primeiros a aceitar Vicente Martins no seu meio:

Oh! Se todos que exercem ilegalmente a medicina no Brasil fossem citados perante os tribunais, quanto seria pequeno o numero de homeopatas, em comparação dos inúmeros batalhões dos curandeiros alopatas que enchem esta corte e todas as províncias do Império! Se o Sr. J. V. Martins exerce ilegalmente a medicina, a culpa não deve ser atribuída a nós, mas aos alopatas que o consentirão quando este senhor era de seu credo, e tanto que até lhe deram clinica em dois hospitais<sup>21</sup>.

A questão relacionada à formação de Vicente Martins e sua prática médica chegou a ser elevada a outro patamar em 1848, já no Rio de Janeiro: virou processo por exercício ilegal da medicina com condenação de multa de dez contos de réis<sup>22</sup>, referente ao período em que atuou em hospital como médico alopata. A formação do português era em cirurgia e não em medicina, esta última seria muito mais do que a cirurgia e a primeira seria vista mais como uma “arte do saber médico”, de acordo com Luz<sup>23</sup>. A reforma de ensino de 1832 das academias médico-cirúrgicas da Bahia e do Rio permitiu que estas se transformassem em escolas de medicina, onde formavam-se médicos e não mais cirurgiões; os diplomas de cirurgião deveriam ser avaliados e a formação em cirurgia dos que haviam se diplomado no Brasil seriam complementados com exames para que recebessem o grau de doutor<sup>24</sup>. Nesse momento, portanto, há a unificação da formação em medicina e cirurgia, que passa a ser feita em curso de seis anos.

Assim sendo, a argumentação do processo em questão seria de que ele não teria direito de atuar como médico, pois sua formação em cirurgia não lhe permitiria ter exercitado a medicina no Brasil, sua prática, portanto, era considerada ilegal. O interessante é que esse empecilho só deixou de ser negligenciado no momento em que

<sup>21</sup> GALHARDO. “História da Homeopatia no Brasil”. op. cit., p. 336.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 542.

<sup>23</sup> LUZ, Madel T. *A Arte de Curar versus a Ciência das Doenças: história social da homeopatia no Brasil*. São Paulo: Dynamis Editorial, 1996, p.114.

<sup>24</sup> Informação disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escirba.htm>. Acesso em 30 de novembro de 2014.

Vicente Martins passa a atuar não apenas como homeopata, mas como um entusiasta fervoroso da ciência de Hahnemann e seu maior divulgador.

As imputações de crimes a homeopatas eram muito frequentes nesse período, no Rio de Janeiro. Mure e outros homeopatas são acusados de envenenamento, caso que dera origem ao livro *Gabriella Envenenada ou a Providência*, de autoria de Vicente Martins. As acusações sobre envenenamento eram tão frequentes e graves que é instaurada uma disciplina relacionada com essa questão na Escola Homeopática para Ensino de Toxicologia. Na Bahia, a coisa não seguiu rumo diferente e já no dia 2 de novembro de 1847, Mure avisava no *Jornal do Comércio* de que um grupo de famílias se preparava para acusar os homeopatas que atuavam nesta província de envenenamento de seus pacientes. De acordo com os escritos de Galhardo acerca desse episódio, as acusações de fato ocorreram e algumas receberam destaque pela infrutífera tentativa de derrocar a homeopatia, pois acabaram sendo desmentidas publicamente, como no caso do médico dr. Lessa que havia culpado Vicente Martins de intoxicação de uma paciente. Assim diz Mure sobre o caso:

(...) parece que o Dr. Lessa não está ao nível do papel que ambiciona: não foi capaz de sustentar sua acusação perante os tribunais, e foi alcunhado publicamente de caluniador, o que sem duvida lhe ficará como único troféu de uma empresa malograda<sup>25</sup>.

Luz<sup>26</sup> esclarece a posição da medicina de acusar homeopatas de charlatanismo ou de exercício ilegal da medicina. As acusações iam muito mais pela linha de que estes praticantes da cura ofereciam riscos aos pacientes, como no caso dos envenenamentos ou que estes não ofereciam um socorro médico real, por seus remédios não fazerem efeito, já que eram placebos ou remédios que eram diluídos de formas tão infinitesimais que de nada adiantavam para uma cura efetiva do doente. Assim, estes argumentos que podem nos parecer contraditórios – já que o remédio não curava porque era placebo, embora pudesse envenenar – eram utilizados com frequência para enfraquecer a homeopatia, de acordo com o estudo de Luz.

Mas não só no âmbito das acusações de envenenamentos que os enfrentamentos entre homeopatas e alopatas ocorreram na Bahia. A Câmara Municipal, através de seu Conselho de Saúde, também entra nesse mérito e processa os homeopatas que não

---

<sup>25</sup> GALHARDO. “História da Homeopatia no Brasil”. op. cit., p. 466.

<sup>26</sup> LUZ. *A Arte de Curar versus a Ciência das Doenças*. op. cit.

havam registrado diploma na municipalidade, onde todos os profissionais de cura oficiais deveriam se registrar. No entanto, boa parte desses homeopatas não eram médicos ou, como no caso de Rouen, não haviam conseguido autorização mesmo apresentando certificados, certificados estes que o *Jornal do Comércio*<sup>27</sup> afirma que seriam considerados valiosos se outra pessoa que não homeopata os apresentasse. Assim, estes homeopatas praticavam suas curas sem registro e autorização da Câmara, indo de encontro às posturas municipais e por isso, perseguidos por esta. De acordo com o referido jornal, o Conselho de Saúde da Câmara era composto por uma maioria de médicos alopatas, o que justificaria a ação considerada incomum pelo jornal, pois o conselho seria “surdo e mudo de nascimento, e de mais cego a todos os abusos que desonram o exercício da alopatia”<sup>28</sup>. Se, de fato, o conselho era assim condescendente com os praticantes da alopatia, a conduta dele, então, pode ter sido um tanto quanto estratégica para tentar coibir a prática homeopática, mesmo que não afetasse a todos os homeopatas, mas estivesse focada nos que não se enquadravam nas questões legais municipais. Apesar dessa tentativa de coibição, Vicente Martins afirma que a ação da câmara não teve grande efeito para os homeopatas, já para a Câmara Municipal, a decisão judicial foi de que ela pagasse as custas do processo que iniciou. A justiça não os condenou como contraventores das posturas municipais, pois não havia lei até então que regulasse a prática homeopática. Sendo assim, sem haver leis que proibissem ou que impusessem certos critérios a serem seguidos para seus praticantes, não havia ilegalidade nos homeopatas. Desse modo, define o *Jornal do Comércio* essa questão:

Os discípulos de Hahnemann exercem uma arte nova que não é ensinada nas faculdades do império, por isso estas faculdades não podem reclamar o seu monopólio. O exercício da homeopatia não é nem proibido nem consentido pela lei, cujos autores não conheciam a descoberta de Hahnemann. Tudo que a lei não proíbe é consentido a todos<sup>29</sup>.

A Sociedade Baiana de Homeopatia avançava desde a sua instalação. Não podemos afirmar que foi o avanço a largos passos que Mure anunciava, como já discutido, mas com certos dados mais diretos é possível identificar seu

---

<sup>27</sup> *Jornal do Comércio*, 29 de dezembro de 1847, apud GALHARDO. “História da Homeopatia no Brasil”. op. cit., p. 455.

<sup>28</sup> *Ibidem*.

<sup>29</sup> GALHARDO. “História da Homeopatia no Brasil”. op. cit., p. 456.

desenvolvimento, principalmente ao compararmos com o momento anterior à chegada de Vicente Martins.

O homeopata Laperrière, enviado pelo IHB antes do português, havia inaugurado um consultório homeopático gratuito em Salvador e no dia de fundação da Sociedade Homeopática faz um relato mais detalhado sobre o consultório.

Depois da abertura do consultório, nossas diversas publicações principiaram a divulgar o sistema. Já dois relatórios fizeram público o número dos enfermos tratados desde o seu estabelecimento e abertura em 25 de maio, assim como o resultado dos tratamentos. Pela soma das duas relações ver-se-á que 736 pessoas se apresentaram às consultas. Deste numero 59 não prosseguiram, 351 ficaram curados, e 308 estavam em uso de remédios a 1.º de setembro próximo passado. Tínhamos perdido 18. Já demos os motivos destas perdas. Em alguns casos a cura era desesperada, pois muitos vêm para nós já desenganados pelos médicos alopatas, alguns até são mandados por eles, como para ultimo recurso, às vezes com intenções de descrédito (...).

Dos algarismos ver-se-á que, se em 736 doentes perdemos 18, o numero de óbitos de enfermos tratados homeopaticamente não ultrapassou 2 1/2 %, em 5 meses de clinica.<sup>30</sup>

Considerados pelos homeopatas atuantes na clínica como saldos positivos e “coroados por belos resultados”<sup>31</sup>, esses dados numéricos também nos mostram como o atendimento homeopático foi sendo aceito pela sociedade, que se dispunha a conhecer um novo método clínico e se submeter a ele. O número relativo a óbitos é outro elemento interessante que se destaca nesse relato, afinal, o homeopata retira da responsabilidade da clínica gratuita todas as mortes ocorridas, já que se tratavam em sua maioria de doentes desenganados pelos médicos e que haviam recorrido à homeopatia como ultima chance de cura. Assim, retirava-se a culpa da maior parte dessas mortes de cima dos homeopatas e a colocava nos alopatas, mostrando ao mesmo tempo que, apesar disso, o número de óbitos ainda assim não havia ultrapassado 2,5% dos casos.

Pouco mais de dois meses e meio após a inauguração da Sociedade Homeopática Baiana, novos consultórios mantém funcionamento sob a responsabilidade de alguns dos homeopatas já citados até aqui e também de outros. Ao todo, eram seis consultórios distribuídos pelo recôncavo baiano, sendo que dois eram localizados em Salvador e

---

<sup>30</sup> GALHARDO. “História da Homeopatia no Brasil”. op. cit., p. 444.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 445.

estavam sob a regência dos homeopatas mais conhecidos e propagandistas, sendo eles Rouen, Eloy, Mesquita e Vicente Martins. A distribuição dos quatro foi feita em duplas e não parece ter sido feita ao acaso, já que em cada um dos consultórios se encontrava um homeopata formado pela escola oficial de medicina e um homeopata que não havia recebido o reconhecimento brasileiro como médico, como no caso de Rouen e Vicente Martins. Infelizmente, sobre esses consultórios não possuímos os mesmos dados numéricos que se obteve do primeiro consultório, mas podemos imaginar que a porcentagem de pessoas atingidas pela publicidade homeopática e pelas suas estratégias de aproximação dos setores mais pobres da sociedade aumentou consideravelmente em virtude da inauguração de mais cinco consultórios. A subdivisão dos consultórios do restante do recôncavo ficou a cargo do dr. F. J. da Silva Coelho, em Cachoeira; do dr. Carigé Baraúna, em Nazaré; do cirurgião-mor J. J. Baptista, em Santo Amaro e em Paramirim.

Diante dos avanços da homeopatia na Bahia, Vicente Martins vê, portanto, a sua missão como terminada e parte de volta ao Rio de Janeiro em março de 1848, deixando a propagação da homeopatia nesta província nas mãos de Mesquita, presidente da Sociedade Baiana e dos outros homeopatas que já atuavam no local. A propaganda da homeopatia ficou sob responsabilidade de Mello Moraes, que continua a empreender a sua divulgação através da imprensa, aproveitando a experiência que já tinha como diretor de jornal, para tornar o *Correio Mercantil* – mesmo jornal que ele já havia utilizado para promover ataques à homeopatia quando ainda não havia se convertido – em “órgão de propaganda doutrinária”<sup>32</sup>. Mais tarde, Mello Moraes juntamente com Vicente Martins e Sabino Pinho decidem formar o jornal *O Médico do Povo*, também periódico de propaganda homeopática, com intenções de ser publicado na Bahia e em Pernambuco a partir do ano de 1850.

Vicente Martins, ao partir em 1848, anuncia o progresso da homeopatia na Bahia e prevê com entusiasmo um futuro glorioso para esta arte de curar na província baiana:

Vou-me embora contentíssimo, por que vou certo de que a homeopatia não poderá jamais retrogradar nesta cidade da Bahia, nem

---

<sup>32</sup> GALHARDO. “História da Homeopatia no Brasil”. op. cit., p. 567.

mesmo nesta província, apesar dos esforços do conselho de salubridade, apesar da má vontade de todos os doutores alopatas<sup>33</sup>.

Os caminhos da história, no entanto, são incertos e a previsão de Vicente Martins não se cumpre. No ano seguinte ao lançamento da publicação do *Médico do Povo*, Vicente Martins denunciava no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro um atentado contra a vida de Mello Moraes. Dizia que com toda a certeza havia um projeto sendo arquitetado para assassinar Mello Moraes, e que este projeto já era muito conhecido na Bahia. Na busca de salvaguardar a vida do colega, o homeopata português seguiu para a Bahia novamente para buscar o amigo e levá-lo para o Rio de Janeiro, onde o baiano torna-se figura relevante para o IHB, que passou a contar com ele como propagador e defensor da homeopatia ainda no ano de 1851, intitulado-o de presidente perpétuo do Instituto.

Como firmado entre Vicente Martins, Mello Moraes e Sabino Pinho, são iniciadas as publicações do *Médico do Povo* da Bahia e de Pernambuco em 1850, com circulação feita duas vezes por semana, às quartas e sábados. Não foi possível encontrar nenhum exemplar da publicação da Bahia (apenas quando ela é retomada em 1864), no entanto, tivemos acesso às publicações do primeiro trimestre do jornal de Pernambuco, onde há a referência ao fato de haver também uma publicação similar e de mesmo nome na Bahia, sob a direção de Mello Moraes. O jornal pernambucano eventualmente citava acontecimentos da Bahia ligados a Mello Moraes, como a sua dedicação, no *Médico do Povo* desta província, em defender não apenas a homeopatia, como também a população carcerária, publicando artigos que denunciavam as condições a que essa população era submetida. Também há informações sobre o empenho efetuado por Mello Moraes em trazer as irmãs de caridade de São Vicente de Paulo para o Brasil, em trabalho efetuado junto ao arcebispo da Bahia, com o intuito de promover, assim, melhorias na situação dos órfãos carentes.

Os redatores do *Médico do Povo* desejavam publicá-lo não só na Bahia e Pernambuco, mas também no Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Lisboa e Porto, no entanto, não o conseguiram, de acordo com Galhardo<sup>34</sup>. A publicação na Bahia transferiu-se para o Rio de Janeiro com a ida de Mello Moraes para a capital. O jornal

---

<sup>33</sup> GALHARDO. "História da Homeopatia no Brasil". op. cit., p. 456.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 632.



baiano circulou por apenas dois anos, tendo retornado somente em 1864, de acordo com as informações dadas na publicação de retorno<sup>35</sup>. Essa volta do *Médico do Povo* da Bahia traz em seu primeiro volume uma interessante referência sobre o caminho que a homeopatia tomou nesta província, refletido pelo próprio Mello Moraes, onde diz:

O Médico do Povo por mais de dois anos figurou na imprensa baiana, com regularidade e vigor; e se retirou dela gloriosamente por supor a causa já ganha, e não haver mais necessidade dos seus esforços em proveito da homeopatia, cuja crença propagava e defendia; (...) nós hoje vendo que os nossos serviços são reclamados em proveito da homeopatia, ficaremos na estacada, e de animo disposto a não abandonarmos em tempo algum a sua propaganda.

Um longo armistício fez que nos descuidássemos do inimigo, porque suponhamos que adiante das verdades, que os fatos tem demonstrado, não seria mais necessário combater-lo de frente; porém agora traiçoeiro lançou mão de novas agressões, ou antes perseguições, aparecendo acobertado com o manto da lei, convém que nos apresentemos para recebermos de frente os golpes que nos queiram atirar<sup>36</sup>.

O texto não dá maiores explicações de quais teriam sido essas perseguições que motivaram o retorno, mas podemos perceber que o inimigo “acobertado com o manto da lei” trata-se da medicina oficial, sua já conhecida oponente. É interessante perceber o tom marcial que se encontra nessa apresentação da nova publicação do jornal, o que nos transporta para a ideia que esses opositores tinham de que havia um combate real sendo travado, com trincheiras inimigas onde de um lado se encontrava a medicina e de outro a homeopatia, as duas em conflito pela vitoriosa aceitação das suas práticas como a verdadeira forma de se curar a sociedade dos males que a afligiam.

Este texto, mesmo sem muitas informações a respeito, evidencia informações que corroboram com outras fontes encontradas. O fato de ter sido reconhecida uma vitória pelos homeopatas que depois acabou sendo vista por eles como uma conclusão antecipada, porque novamente as polêmicas voltaram a aparecer, nos remete à mesma sentença encontrada em 1884, quando a nova Sociedade Baiana de Homeopatia reaparece. De fato, em diversos documentos como já apontamos anteriormente, encontramos esse tom de aclamação das conquistas empenhadas pela homeopatia e sua propagação como algo certo e até mesmo já efetuado, e em outros documentos encontramos evidências de que essas conquistas não foram tão perenes assim como se

---

<sup>35</sup> A publicação de retorno era feita no Rio de Janeiro, mas aparentemente também era distribuída na Bahia.

<sup>36</sup> O Médico do Povo, 10/01/1864.

assinhalava anteriormente. Percebemos essa tendência no histórico da homeopatia na Bahia, identificada claramente em 1864, quando Mello Moraes decide retomar a propaganda homeopática, em 1884 quando os homeopatas baianos se dispõem a reorganizar-se (aprofundaremos essa reorganização um pouco mais adiante) e em 1913 quando Soares da Cunha ergue-se como um porta-voz desta arte de curar no estado.

Ademais, também podemos analisar outras questões referentes à nova publicação iniciada em 1864 do jornal *O Médico do Povo*. O jornal vai modificando claramente sua vocação primordial de ser um veículo de propaganda homeopática, a ponto de mudar seu nome para *Brasil Histórico* em 22 de maio de 1864, tendo como justificativa para tal que o jornal era

dedicado principalmente a propagação da história pátria por todas as classes da sociedade, e a arquivar os inúmeros documentos inéditos que possuo. Continuarei, porém do mesmo modo a publicar os fatos mais importantes da minha clínica homeopática, para manter a propagação desta ciência<sup>37</sup>.

O que se constata, no entanto, é que a propagação da homeopatia, que já no *Médico do Povo* estava restrita à divulgação de apenas alguns casos clínicos, rareia-se no *Brasil Histórico*, a ponto de deixar de figurar na sua publicação já na terceira edição depois da mudança de título. Infelizmente não há nada no seu conteúdo que permita compreender o porquê que há a retirada do tema homeopático da pauta do jornal. A causa não estava ganha, como é possível ver posteriormente na volta da Sociedade Homeopática Baiana, no entanto, Mello Moraes deixa de mostrar entusiasmo com a sua propaganda no jornal. De acordo com Galhardo, após uma polêmica que envolvia Mello Moraes e Vicente Martins em 1853, Mello Moraes já não apresentava grande propensão à discussão acerca da homeopatia:

O Dr. Mello Moraes, após a desinteligência com João Vicente Martins, não mais escrevera artigos de polêmica, nem mesmo sobre a homeopatia, salvo raríssimos casos em que tratou de assunto individual. Seu nome na imprensa aparecia ligado a outros estudos, relativos a índios, a corografia, etc. Publicou obras sobre homeopatia, mas artigos de propaganda ou de polemica não mais saíram de sua pena<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> *O Médico do Povo*, 22 de maio de 1864.

<sup>38</sup> GALHARDO. "História da Homeopatia no Brasil". op. cit., p. 679.

Aos poucos, assim, a Bahia vai ficando sem os principais porta-bandeiras da causa homeopática. Sem Mello Moraes que se encontrava no Rio de Janeiro, sem Sabino Pinho que estava em Pernambuco e com a morte de Mesquita e Rouen, a homeopatia vai perdendo o fôlego na província e nossas fontes pesquisadas se silenciam. O silêncio das fontes permanece até 1884, quando surge a revista da Sociedade Baiana de Homeopatia.

### **Tentativa de restauração: a nova Sociedade Homeopática Baiana.**

O ano de 1884 inaugura outro momento da homeopatia na Bahia, em que percebemos sua reativação. A homeopatia havia esvanecido em tal grau que a Sociedade Homeopática Baiana acabara deixando de existir em algum momento entre 1851 e 1884. A revista da Sociedade Baiana<sup>39</sup> explica dessa forma o percurso, que em nada teve a ver com o prognóstico otimista que Vicente Martins havia feito:

Nesta terra, cujo espírito público é variável e incerto como as estações que a regem, após o desaparecimento dos fecundos Apóstolos da verdade, bem depressa foram esquecidas as vitórias que tinha aplaudido e os benefícios que ela havia recebido, e a homeopatia tornou-se então o ludíbrio da classe médica, porque só era professada por médicos acanhados e pelo povo ignorante<sup>40</sup>.

O que podemos concluir a partir desse relato é que essa arte de curar ficou restrita nesse meio tempo a poucos praticantes. Ou seja, faltava o fôlego anterior dado pelos homeopatas que assumiam a nova ciência como uma missão de vida. Infelizmente, não conseguimos descobrir o que ocorreu com os seis consultórios da província e nem o que ocorreu com os outros homeopatas que encontramos citados no livro do 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia.

A reformulação da Sociedade acaba ocorrendo pelas mãos de uma maioria de leigos “dotados de bons instintos e possuídos de convicções inabaláveis”<sup>41</sup>. De fato, pela lista publicada na revista dos funcionários escolhidos em assembleia para trabalharem na Sociedade, temos um total de quinze funcionários, entre os quais dez

<sup>39</sup> Os exemplares encontrados da revista são apenas do ano de 1884, constando de 5 publicações.

<sup>40</sup> Revista da Sociedade Homeopática Baiana, p. 4

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 5.

não possuem o tratamento de doutores anteriormente a seus nomes, ao contrário de cinco funcionários que possuem este tratamento. Assim sendo, podemos perceber que a Sociedade foi composta predominantemente por leigos em medicina e por alguns médicos no seu corpo de funcionários.

No entanto, apesar de serem aceitos leigos, existiam algumas exigências para a sua participação como sócios dessa organização, descritas no regimento interno da Sociedade: para ser sócio titular não era necessário ser médico, e sim adepto da homeopatia que tivesse diploma em qualquer formação ou ter posição social equivalente a um título qualquer, a exemplo de sacerdotes e militares. Essa exigência permitia uma espécie de hierarquia dentro da Sociedade, em que os estratos menos privilegiados da sociedade, que não possuíam nem os títulos e nem a posição social desejada, não poderiam se tornar sócios titulares. Nesta hierarquização interna, havia algumas categorias de sócios que a compunham: os sócios efetivos, os sócios titulares, os sócios correspondentes e sócios indigentes; cada categoria dessas tinha uma exigência diferente para participar e também direitos e restrições diferenciadas dentro da Sociedade, como acesso á biblioteca e acesso a socorro médico.

A homeopatia já havia passado por uma grande contenda interna no IHB, em que os homeopatas sofreram uma cisão em dois grupos: os que acreditavam que a ciência de Hahnemann deveria ser ensinada a qualquer pessoa que demonstrasse interesse, independente de ter ou não formação médica e os que achavam que era preciso formação anterior em alguma faculdade de medicina oficial. O primeiro grupo tinha como seus maiores representantes Mure e Vicente Martins e o segundo grupo tinha Duque-Estrada. Para Silveira<sup>42</sup> esse foi o começo do fim da homeopatia utópica, que culminou com a sequência da saída de Mure do Brasil e morte de Vicente Martins em 1854. Lembramos aqui um ponto tocado anteriormente, onde Vicente Martins promete, na Bahia, que a homeopatia seria ensinada a quem quisesse aprendê-la. A discordância entre os grupos foi tão avassaladora que Duque-Estrada se retira do IHB e funda a Academia Médico-Homeopática em 1847, que tinha como requisito essencial para a admissão de sócios efetivos que fosse apresentado diploma médico conferido ou legalizado por alguma escola médica.

---

<sup>42</sup> SILVEIRA. *Utopia e Cura*. op. cit.

No século XX a polêmica sobre quem deveria praticar a homeopatia volta a reaparecer em duas importantes revistas homeopáticas: nos *Annaes de Medicina Homeopática* e na *Revista Homeopática Brasileira*. Os debatedores dessa vez são os redatores Dias da Cruz Filho e Nilo Cairo, das respectivas revistas citadas. O segundo defende que haja maior critério para a admissão de alunos na Faculdade Hahnemanniana, onde só deveriam ser aceitas pessoas que possuíssem diploma médico, sendo sua postura direcionada para o fim do charlatanismo homeopático. O primeiro rebate essa questão defendendo a posição do Instituto de que uma faculdade alopática não deveria servir como critério para a seleção dos estudantes de homeopatia<sup>43</sup>.

A nova Sociedade Baiana, recriada/refundada em 1884, tinha como tradição anterior a homeopatia idealizada, construída pelas mãos de homeopatas utópicos que acreditavam numa arte de curar que poderia ter seus conhecimentos compartilhados com qualquer pessoa desejosa em adquiri-los. Mas, por todos os indícios encontrados na sua publicação periódica, identificamos um remodelamento desta tradição. Não havia um empecilho para que se admitissem sócios leigos, mas havia o obstáculo para que não fossem aceitos como sócios titulares os que não possuíam diplomas ou títulos. A Sociedade havia encontrado, portanto, uma espécie de meio termo entre os ideais dos homeopatas utópicos e dos homeopatas dissidentes<sup>44</sup>, criando hierarquias internas que davam prerrogativas a determinados grupos.

A revista da Sociedade dizia que seu intuito era de instrução do povo e de desconstruir certas ideias estabelecidas sobre a homeopatia em médicos de boa fé que se deixavam influenciar pelo que ouviam; assim, estes poderiam passar a conhecer a arte de curar hahnemanniana, julgando-a por si próprios. Dessa forma, seguindo com o objetivo de propagar o conhecimento homeopático, a revista passa a publicar artigos com temas médico-homeopáticos e também notícias sobre fatos relacionados à Sociedade e ao avanço da homeopatia. Era a primeira vez que a homeopatia fazia uma publicação desse tipo na Bahia, no mesmo gancho que a revista do IHB, ou seja, uma revista que visava manter-se como um meio de propagação da homeopatia e de publicação médica.

---

<sup>43</sup> SIGOLO, Renata Palandri. *Nilo Cairo e o debate homeopático no início do século XX*. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

<sup>44</sup> Para maiores explicações e aprofundamento sobre as controvérsias que existiram entre esses dois grupos de homeopatas, ver a dissertação de SILVEIRA. *Utopia e Cura*. op. cit.

A revista, logo na sua publicação de inauguração, faz uma descrição detalhada da cerimônia solene de instauração da Sociedade. É possível perceber a espetacularização deste momento, com a presença de elementos luxuosos, que podem parecer pouco condizentes com o reestabelecimento de uma Sociedade que havia declinado a ponto de desaparecer e que contava com apenas “um punhado de homens” como membros, como dito por eles mesmos.

O salão achava-se atapetado, todo ornado de mui custosos cortinados, guarnecidos estes de ricas sanefas, enfeitados de lindas cestinhas cheias de odoríferas flores, cujo perfume dava mais harmonia à estrondosa festa com que queríamos, nós adeptos da homeopatia, honrar a imorredoura doutrina do imortal Samuel Hahnemann. (...) este apresentava um espetáculo atraente e deslumbrante, condigno, é verdade, do objeto de tão grande solenidade, em que se queria a realização de há muito almejado, de uma ideia grandiosa e sublime, como a criação de uma Sociedade Homeopática<sup>45</sup>.

A formação desse espetáculo não parece ser à toa. Era uma “estrondosa festa” para anunciar a realização de uma “ideia grandiosa e sublime”. Trata-se, portanto, de mais uma estratégia dos homeopatas baianos para publicizar a sua arte de curar à sociedade. Era típico dessa época que eventos solenes (tais como casamentos e até mesmo enterros) fossem divulgados em diversos periódicos diários; dessa forma, a informação alcançava um número maior de pessoas, e permitia que a solenidade ganhasse o reconhecimento social. Assim, um evento desse porte possivelmente deve ter sido anunciado em diversos órgãos de imprensa, o que não apenas divulgava a solenidade a ser feita, mas, principalmente, divulgava a refundação da Sociedade Homeopática, contribuindo assim para que todos fossem informados que a homeopatia estava retomando seu caminho nesta província.

E o caminho estava sendo retomado da forma mais pomposa possível, trazendo a todos um “espetáculo atraente e deslumbrante”. A intenção parece de fato ser a de anunciar aos quatro ventos o retorno da Sociedade e a localização escolhida para este fim também não pode ter sido aleatória, no palacete Montepio dos Artífices, encravado em área central e significativa para a cidade de Salvador deste período, onde hoje chamamos de centro histórico. Não podemos esquecer-nos de contextualizar este local, afinal no centro estavam algumas das instituições mais importantes para a organização social, religiosa e política da província, sendo também local onde famílias ricas e

---

<sup>45</sup> Revista da Sociedade Homeopática Baiana, p. 6.

poderosas se estabeleceram na cidade. Além disso, é onde ficava e ainda fica a Faculdade de Medicina da Bahia, localizada no Terreiro de Jesus, portanto, espaço onde a medicina oficial havia se estabelecido, onde ficava a sua casa e de onde saíam os maiores opositores da homeopatia. A rua onde foi feita a solenidade de inauguração, Rua do Saldanha, é perpendicular ao Terreiro de Jesus e desemboca praticamente de frente para a Faculdade de Medicina, afora que na rua paralela ficava assentada a Santa Casa de Misericórdia.

Toda a opulência do evento também parece destinada a atrair um público em específico: a elite intelectual e econômica local. Atingindo as elites, rompia-se com o processo que havia feito da homeopatia uma prática do “povo ignorante”, como dizia o trecho anterior retirado da revista. Os que compareceram ao evento e que são citados no periódico da Sociedade são pessoas com tal distinção social, cujas presenças por si só davam credibilidade à reestruturação da Sociedade. Assim, são evidenciadas a participação de categorias profissionais como médicos, professores, advogados, acadêmicos, capitalistas, empregados públicos, negociantes, militares e artistas - todos “ilustres convidados, os quais tão espontaneamente, se dignaram de honrá-la com as suas respeitáveis presenças”<sup>46</sup>. O evento dirigiu-se a esta camada social e lhes falou diretamente, adotando os comportamentos típicos das elites na espetacularização ostentada, com direito a “um profuso copo d’água, em que se fizeram vários brindes importantes, finalizando a festa com o brinde de honra feito (...) ao grande gênio Samuel Hahnemann”<sup>47</sup>.

Um salão luxuosamente decorado, uma fachada bem iluminada e atraente, sinfonias tocadas, discursos dotados dos “primores da retórica”<sup>48</sup>, profusos brindes, todos esses elementos juntos promoviam mais do que uma festa. Era um anúncio formal e intencionado de que a homeopatia havia voltado à Bahia e pelas mãos de homens cultos que podiam desconstruir a identificação entre homeopatia e a cultura médica popular.

É possível, com tudo isso, identificar que a Sociedade agregava certas características que formavam um conjunto intrincado, no qual conviviam o desejo de

---

<sup>46</sup> Revista da Sociedade Homeopática Baiana, p. 7.

<sup>47</sup> Ibidem.

<sup>48</sup> Ibidem.

aproximação de sua terapêutica às elites e de distanciamento das práticas populares de cura, o ensejo de demonstrar seu caráter médico-científico nas publicações da revista, ao mesmo tempo em que mantinha dentro do seu corpo de adeptos homeopatas leigos nas artes médicas.

Uma das primeiras providências tomadas pela Sociedade foi a de fazer a sua instalação conhecida pelas autoridades locais, para que seu funcionamento fosse legalizado. Assim, enviam os estatutos da Sociedade para aprovação da presidência da província, que lhes informa que não é necessária qualquer aprovação ou autorização do governo. A partir desse despacho do governo, o secretário-geral, dr. Barbosa Nunes, conclui que a Sociedade está funcionando de forma regular e legal, com conhecimento das autoridades locais. Essa atitude tinha o intuito de salvaguardar a organização de qualquer ataque que pudesse sofrer se fosse vista como algo deslegitimado, sendo um procedimento muito compreensivo vindo de uma organização que já havia recebido muitas investidas contrárias durante sua história.

A revista da Sociedade evidencia também o atendimento homeopático gratuito, característica típica das organizações homeopáticas e dos seus praticantes de modo geral, sendo oferecido e divulgado pela revista. Os primeiros locais a quem a Sociedade ofereceu seus préstimos foram colégios e casas de recolhimento, aos quais ofereciam atendimento e remédios gratuitos, remédios esses que eram fornecidos pelo Laboratório Homeopático. A indicação do endereço completo do laboratório assinala a ideia de uma espécie de propaganda velada. As informações sobre este laboratório, infelizmente são esparsas e não temos maiores informações sobre o seu funcionamento.

O desejo, portanto, de ajudar pessoas carentes manteve-se como um importante direcionamento da Sociedade. Mas os seus sonhos se mostraram maiores do que apenas dar amparo aos que precisavam de forma pontual e assim é publicado na revista o seu regimento interno, aprovado em 10 de fevereiro de 1884, onde consta o intento de construção de uma casa de saúde na Bahia, com o nome de Hospital Hahnemann, para onde seriam dirigidos indigentes, desvalidos e pensionistas. Escravos não seriam admitidos no hospital. Não conseguimos identificar uma justificativa para essa negativa,



já que a homeopatia sempre foi muito requerida para o tratamento de escravos, como afirma Míkola<sup>49</sup> sobre essa relação entre homeopatia e escravidão que:

Outro fato bastante interessante referente à propagação da homeopatia refere-se a esta ter sido muito aplicada aos escravos. Tanto no Instituto Homeopathico quanto pelos próprios donos dos escravos e fazendeiros através de manuais e compêndios. Alguns fazendeiros, inclusive, atestavam as curas homeopáticas através de artigos em jornais<sup>50</sup>.

De acordo com a autora, o primeiro meio que aceitou a homeopatia foi entre fazendeiros proprietários de escravos e entre padres. Através de compêndios ou do atendimento de escravos pelos homeopatas, a arte de curar foi se desenvolvendo e ganhando boa fama entre os proprietários de escravos. Dois motivos podem ter influenciado diretamente essa boa aceitação: o primeiro porque muitas vezes carecia-se de uma assistência médica oficial no interior, deixando os moradores dessas regiões à mercê de outras formas de cura e da automedicação através dos compêndios, e em segundo lugar pelo baixo investimento que a homeopatia oferecia, com remédios baratos. Os possíveis resultados positivos, é claro, só melhorariam a imagem dessa terapêutica entre os proprietários, alguns desses chegavam a atestar as curas em jornais. Segundo Sophie Liet, aluna de Mure, o número de mortes entre escravos havia diminuído sensivelmente com a adoção da homeopatia através da aplicação dos ensinamentos de Mure:

A sua obra intitulada "Prática elementar da homeopatia", teve uma tiragem demais de 10.000 exemplares e serviu para a aplicação nas plantações de cana de açúcar, onde houve uma melhora no que se refere à saúde dos escravos, com uma baixa da mortalidade de 10% para 2 ou 3%.<sup>51</sup>

Se tais dados eram aceitos como verdadeiros entre homeopatas e emitiam o sucesso de sua terapêutica curativa, o motivo pelo qual a nova Sociedade baiana passou a não aceitar escravos em seu pretendido hospital fica ainda mais nebuloso. Talvez o debate abolicionista tivesse atingido e engajado os homeopatas deste órgão, pois o tratamento dado ao escravo de fato traria benesses diretamente para o seu senhor. Infelizmente, sobre essa posição da nova Sociedade, só podemos tecer conjecturas sem

---

<sup>49</sup> MÍKOLA, Nádia. Uma "Medicina Espiritual?" Aproximações entre espiritismo e homeopatia – 1860-1910. 209 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>51</sup> Sophie Liet, apud ibidem, p. 60.

possibilidade de comprovação, tendo apenas a certeza de que a organização dos homeopatas baianos não queria mais estar vinculada à escravidão.

A única notícia adicional sobre a tentativa de instalação do hospital é um anúncio da organização de um leilão de prendas para angariar fundos para construção da casa de saúde. Depois se anuncia de fato o leilão, convocando os sócios e adeptos da homeopatia a contribuírem com algum objeto para ser leiloado e chamando a população a participar deste evento que ocorreria no dia 29 de setembro de 1884 na comemoração de um ano da instalação da Sociedade, apelando para os sentimentos filantrópicos de todos. Não temos notícias se de fato foi feito o leilão e, se sim, como que o dinheiro arrecadado acabou sendo empregado, pois não encontramos nenhuma informação acerca da construção de um hospital homeopático na Bahia.

Um dos pontos mais interessantes do estatuto era sobre o hospital e sobre os atendimentos dados aos sócios. Alguns requisitos eram impostos sobre quem poderia frequentá-lo, pois era destinado, como já dissemos anteriormente, a indigentes, desvalidos e pensionistas. Mas, para que as pessoas fossem consideradas de fato necessitadas e conseguissem atendimento no pretendido hospital, era preciso cumprir algumas exigências: poderiam ser sócios indigentes da associação, poderiam ser pensionistas, que pagariam um pequeno valor ao hospital, e poderiam ser pessoas pobres que apresentassem atestado de pobreza emitido por seu pároco, por subdelegado ou por juiz de paz. Esse documento tinha a finalidade de provar através das autoridades competentes a indigência e miséria das pessoas<sup>52</sup>. Já para ter direito a consultas dos homeopatas participantes da Sociedade com 50% de desconto e para ganhar abatimento de 25% nos remédios homeopáticos fornecidos pelo Laboratório Homeopático, os sócios precisavam estar com os pagamentos em dia. Essas informações vieram no segundo estatuto publicado e revisado, mas já havia um estatuto que tinha sido feito antes mesmo da fundação da Sociedade, no início de 1883, no qual nem todas essas condições foram estabelecidas.

---

<sup>52</sup> A informação sobre o atestado de pobreza está disponível em <http://www.fe.ufrj.br/proedes/arquivo/asylomeninos.htm>, onde se resume a ideia desses atestados, utilizados neste caso para comprovar pobreza no Asylo dos Meninos Desvalidos, localizado no Rio de Janeiro. Acesso em: 28 de novembro de 2014.

A Sociedade, para conseguir realizar os seus esforços em ajudar a população mais carente, recebia capital para a sua sustentação. Já nos referimos ao leilão, mas também havia o pagamento que deveria ser feito ao ser admitido na associação, chamado de joia e as mensalidades pagas pelos sócios. O valor da joia e da mensalidade muda de acordo com a categoria do sócio, seguindo aquela hierarquia apresentada; assim, os sócios efetivos pagavam um valor muito mais alto do que os sócios correspondentes. Além disso, poderiam ser pedidas doações, como foram feitas para a construção da biblioteca da Sociedade. Não foram divulgados, entretanto, dados relativos ao valor doado ou sobre quem fez as doações para este fim.

A preocupação com a higiene da província se faz presente também na publicação periódica da Sociedade. Em artigo sobre a cólera, há instrução para que se evite a proliferação desta doença, com foco no povo e nas instancias governamentais de controle sanitário. Na fonte há a afirmação que o povo deveria se submeter docilmente às ações do governo, e que este deveria reunir seus órgãos da saúde para agir harmonicamente sobre as questões relativas à higiene, podendo dessa forma alcançar a ordem. Esta passagem evidencia que o pensamento desses homeopatas estava de acordo com o pensamento higienista dos médicos alopatas, em que se entedia como necessária a intervenção direta sobre os costumes populares, principalmente nos hábitos e cultura da população que fazia parte das camadas mais pobres e com costumes que lhes afrontavam mais diretamente o ideário cientificista. Assim, estes homeopatas entendiam que ao governo deveria ser dado o direito de intervir e ao povo deveria ser dado o dever de obedecer de forma dócil, para que estes pudessem ser retirados da ignorância pelas mãos dos homens cultos e de poder, alcançando-se, dessa forma, a ordem desejada. Esta docilidade e submissão requerida e desejada acaba por deixar clara que a situação real costumava ser justamente contrária aos ensejos dessa elite ilustrada, afinal, basta lembrar da tradição revoltosa da Bahia contra essa mesma elite<sup>53</sup>. Em outro número da revista, fazem seção chamada de “Higiene”, onde mostram a clara posição dos homeopatas pela salubridade e saneamento das cidades, fazendo críticas ao estado sanitário que a Bahia se encontra frente aos problemas epidêmicos, afirmando que a

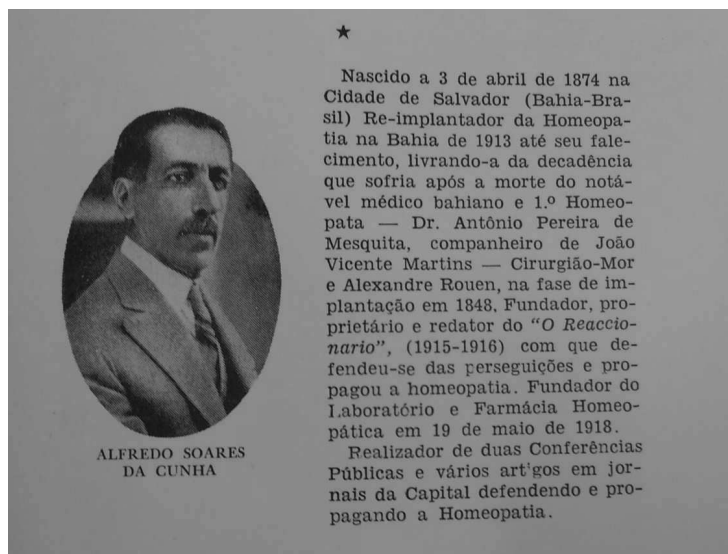
---

<sup>53</sup> Uma das mais importantes revoltas acontecidas na Bahia foi a Revolta dos Malês. Ver em: REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

varíola e outras moléstias epidêmicas surgiam a cada ano em Salvador, pela falta de cuidados com a higiene da cidade.

A Sociedade Homeopática Baiana representava os esforços dos homeopatas desta província em se reorganizarem em caráter científico, propugnando formas de atingir a sociedade com a homeopatia, desenvolvendo-a e propagando-a. A revista da sociedade está disponível no ano 1884 e possui cinco números. Abruptamente, o arquivo da revista da Sociedade se finaliza, antes mesmo de chegarmos ao momento do leilão de prendas, quando a associação faria um ano de existência. Não conseguimos descobrir se a revista teve um fim ou se simplesmente nenhuma outra tiragem da publicação foi encontrada, também não nos foi possível saber o que ocorreu com a Sociedade.

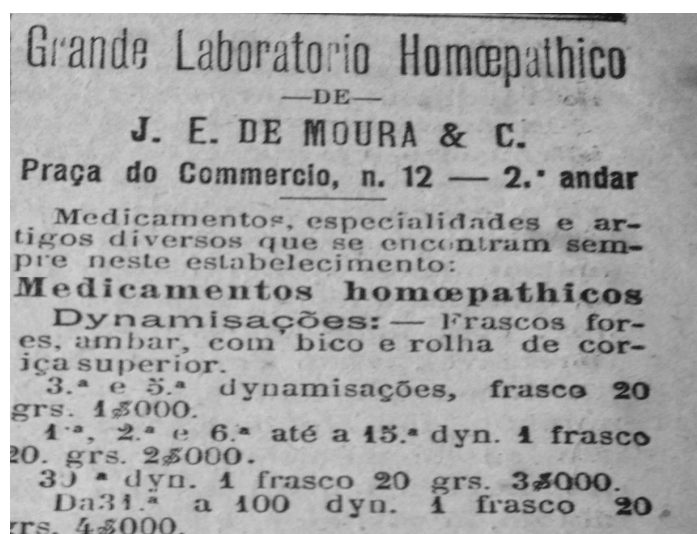
Nossas fontes nos sugerem apenas que a Sociedade se desfez em algum momento, pois no surgimento da figura do homeopata Alfredo Soares da Cunha, não havia mais a Sociedade. Também nos indicam que houve novamente certo declínio e falta de organização da homeopatia na Bahia. Há um quase completo silêncio no que diz respeito à homeopatia de 1885 a 1913. No Instituto Hahnemanniano do Brasil encontramos um livreto resumido sobre a história da homeopatia na Bahia e em Pernambuco, no qual o período da nova Sociedade que acabamos de analisar nem é citado. A homeopatia na Bahia, de acordo com este livro, teria ficado estagnada desde a partida de Mello Moraes e morte dos principais homeopatas até o aparecimento de Alfredo Soares da Cunha em 1913:



Retirada do livro: INSTITUTO HAHNEMANNIANO DO BRASIL. História da Homeopatia no Brasil: Bahia, 1973.

Podemos concluir que ela não ficou estagnada, tendo um percurso não linear, composto por períodos de entusiasmo e organização, e momentos de declínio e perda de fôlego. Rejeitamos também a ideia de que a homeopatia teria desaparecido, ressurgindo na década de 10 do século XX. Consideramos esta possibilidade de explicação insuficiente, pois já encontramos anúncios de uma farmácia homeopática e um médico homeopata anterior ao aparecimento de Soares da Cunha. No exemplo abaixo, temos anúncio de 1913, de um laboratório que já funcionava antes do homeopata personagem dessa dissertação:

Anúncio de laboratório homeopático e seus remédios.



Retirado do jornal Diário da Bahia, dos anos de 1905 e 1909.

Outro indício que nos permite afirmar que a homeopatia não desapareceu na Bahia até o surgimento de Soares da Cunha foi a tendência encontrada nos anúncios do jornal *Diário da Bahia*, nos anos de 1905 e 1909, em que se divulgavam remédios homeopáticos vindos de fora da Bahia (do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e vendidos em farmácias alopáticas comuns. Não encontramos nesse período nenhum anúncio referente a farmácias ou laboratórios exclusivamente homeopáticos na Bahia, como já aparece em 1913, mostrado na figura acima, mas o fato de ser encontrada a propaganda de remédios homeopáticos num jornal de grande circulação como o *Diário da Bahia*, nos indica que havia demanda para estes produtos. Dois anúncios destacam-se por ocorrerem quase todos os dias dos anos de 1905 e 1909 e em tamanhos consideravelmente maiores que outros anúncios, o que poderia significar que, se os donos das marcas investiam em tanta propaganda provavelmente era porque havia retorno pelo investimento na publicidade de seus remédios.

As propagandas destas marcas que possuíam anúncios vistosos, pertencente ao “homeopata professor Dr. Mauch”<sup>54</sup> e ao senhor Souza Soares, têm interessantes pontos que merecem ser analisados mais detidamente. Há uma boa variedade de formatos dos anúncios e conteúdos, não sendo necessariamente os mesmos publicados repetidamente. Nesses anúncios podemos perceber claramente que a homeopatia adotada é direcionada para a cura das doenças e não voltada para a cura do indivíduo em si, pois seus remédios eram voltados a determinados males, disponíveis para qualquer um que se interessasse em comprar nas farmácias distribuidoras os seus produtos, como no exemplo a seguir do dr. Mauch:

Estou convencidíssimo de que meu medicamento para os resfriados os cura em poucas horas, qualquer que seja o seu aspecto. Evita a gripe, a pneumonia. Garanto que o remédio para a tosse acalma e cura esta em poucas horas, seja qual for a forma, e cura radicalmente os brônquios e os pulmões<sup>55</sup>.

Assim, podemos perceber não apenas a vertente homeopática seguida, como também a incrível promessa de cura rápida e independente de todos os sintomas apresentados, assim como há uma tentativa clara de convencer o leitor do jornal e

---

<sup>54</sup> Encontrado em diversas datas do jornal *Diário da Bahia* dos anos de 1905 e 1909.

<sup>55</sup> Diversas datas, referente a anúncios do Dr. Mauch. O trecho destacado pode ser visto no Diário da Bahia em 4 de maio de 1909.

doente de que há garantias de que o método empregado funciona, pois um doutor está “convencidíssimo” de que seu medicamento é de fato curativo. Nos anúncios de Souza Soares também encontramos essa inclinação de assegurar a eficácia de seus medicamentos. Neles, Souza Soares afirma que não se deve acreditar em remédios homeopáticos sem garantias e afiança a pureza destes no fato de ter recebido prêmios e medalhas de ouro por “diversas academias e exposições”.

Outro ponto interessante encontrado tanto nos anúncios de dr. Mauch e de Souza Soares são a distribuição de obras homeopáticas. O dr. Mauch mantém sempre um aviso de que é distribuído gratuitamente a quem solicitasse o seu Guia de Saúde, apesar de não dizer exatamente do que se trata o seu guia, mas por estar sendo divulgado em um jornal popular, é certo que sua intenção era de que o público leigo adquirisse o guia, e não somente o profissional da saúde. Já Souza Soares dá maiores detalhes sobre os conteúdos de seus três livros anunciados. O livro *Auxílio Homeopático* tratava-se de uma “obra de medicina popular, muito acreditada”, que já se encontrava na sua quarta edição. No anúncio afirmava-se que haviam sido vendidos mais de oito mil exemplares. O livro *O Novo Médico* ensinava a “curar as moléstias por um sistema de específicos homeopáticos compostos”, direcionada para o público leigo, “principalmente para os senhores chefes de família, diretores de colégios e de fábricas, párocos, comandantes de embarcações”, sem necessitar de auxílio médico. E a *Nova Guia Homeopática*, livreto “útil para o tratamento das moléstias principais pelo sistema homeopático”, onde se encontravam todos os valores dos medicamentos produzidos pelo homeopata e distribuído gratuitamente. No entanto, os dois primeiros livros em questão eram vendidos a quem se interessasse em depositários da cidade. A venda de guias médicos para o público em geral era algo extremamente comum, os manuais do dr. Chernoviz, por exemplo, foram compêndios e guias médicos muito conhecidos e utilizados pelas famílias no Brasil Império. Estes guias fizeram muito sucesso, percebidas pela quantidade de edições, ao todo dezenove do Formulário ou Guia Médico e seis do Dicionário de Medicina Popular, a primeira publicação de Dicionário chegou a vender cerca de três mil exemplares entre 1842 e 1890<sup>56</sup>. Os guias homeopáticos em questão, não só podiam instruir o público leigo a lidar com a homeopatia, tornando-se “o médico

---

<sup>56</sup> GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, p. 501-14, maio-ago. 2005

de si mesmo”<sup>57</sup>, como podia lhes instruir também a utilizar os remédios de seus próprios autores, lhes rendendo bons frutos.

Luz<sup>58</sup>, em sua pesquisa sobre a história da homeopatia no Brasil, dividiu essa história em períodos. Um desses períodos tem especial interesse para que possamos compreender e analisar melhor esse momento nebuloso da homeopatia na Bahia: é período que ela chama de “Resistência”, que vai de 1882 a 1900. O referido trabalho é centrado no Rio de Janeiro e no que ocorria dentro da sede do IHB e nas polêmicas travadas em torno dessa instituição; assim, não podemos simplesmente abrigar as suas periodizações para o caso baiano. É preciso entender que o desenvolvimento da homeopatia no Brasil seguiu rumos diferenciados nos locais onde foi inserida, portanto, a ciência de Hahnemann na Bahia possuiu um curso próprio, não sendo possível simplesmente transpor as reflexões sobre o que ocorria no Rio de Janeiro. Mas também não se deve entender esse desenvolvimento diferenciado como algo marginal ao que ocorria no centro do país, pois os movimentos são interligados, mesmo que não sejam idênticos. Portanto, as conclusões de Luz nos ajudam a desanuviar um pouco esse período que tratamos da história da homeopatia na Bahia.

De acordo com Luz esse espaço de tempo entre 1882-1900 foi caracterizado por um declínio e estagnação da homeopatia. O IHB havia tentado se inserir no ensino médico oficial, requerendo duas cadeiras para o ensino de homeopatia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O pedido foi enviado para o governo imperial, que quis consultar a faculdade sobre a questão. A consequência foi um parecer de proporções catastróficas para o IHB, que acusava formalmente a homeopatia de não ser um sistema médico científico, afirmando que a terapêutica homeopática era absurda, dentre outras conclusões. O parecer inibe as possibilidades do IHB de conseguir adentrar no ensino oficial e, assim, de conquistar um espaço essencial para alicerçar-se mais profundamente na sociedade brasileira. Segundo a pesquisadora, a recusa do pedido feito ao governo imperial foi um duro golpe ao IHB, culminando numa paulatina falta de reuniões entre os homeopatas ao fim do Instituto. Luz afirma que “o desgaste e a

---

<sup>57</sup> Anúncio de Souza Soares, Diário da Bahia, 18 de janeiro de 1905.

<sup>58</sup> LUZ. *A Arte de Curar versus a Ciência das Doenças*. op. cit.



frustração fizeram com que as atividades do IHB, que vinham crescendo, reduzissem-se, mantendo-se sempre em termos de resistência, até chegarem ao grau zero.”<sup>59</sup>.

É possível que este processo, ocorrido no principal local de exercício e divulgação da homeopatia, tenha refletido de alguma forma em outros pontos do país. Isso explicaria em parte o desaparecimento da Sociedade Homeopática Baiana e o esmorecimento desta arte de curar na província e depois estado da Bahia. Infelizmente, nos faltam documentos e historiografia sobre a homeopatia na Bahia neste período, que pudessem, assim, esclarecer essas questões que levantamos e preencher essa lacuna.

O fato de termos encontrado anúncios de homeopata e farmácia homeopática antes do surgimento em cena de Alfredo Soares da Cunha, mesmo que poucos, e o fato de este ter conseguido formar clientela em pouco tempo, nos permite pensar que houve um processo na Bahia similar ao que Luz percebe no Rio de Janeiro, em que haveria resistência de alguns, reduzida a quase zero. Os esforços dos homeopatas anteriores conseguiram de alguma forma cravar raízes, mesmo que talvez não tenham sido muito profundas, na sociedade baiana e isso teria permitido que a prática homeopática tivesse terreno para resistir, mesmo que de modo bem reduzido. E resistiu não só pelos praticantes, mas também porque havia pessoas que acreditavam e se submetiam à sua terapêutica.

---

<sup>59</sup> LUZ. *A Arte de Curar versus a Ciência das Doenças*. op. cit., p. 176.

## **Recuperação do quadro homeopático pelas mãos de Alfredo Soares da Cunha.**

Como mostra a figura apresentada anteriormente, retirada do livreto do IHB sobre História da Homeopatia na Bahia, Alfredo Soares da Cunha é conhecido por ser o restaurador da homeopatia nesse estado. As suas ações possibilitaram a renovação do cenário desta arte de curar, dando-lhe propulsão para se desenvolver novamente, saindo da estagnação apresentada no período nebuloso anterior. Suas estratégias divulgadoras também permitiram uma popularização maior da ciência hahnemanniana na Bahia

A característica de ser uma ciência que gera polêmicas e que também estimula o debate com a alopatia, é retomada, com o constante diálogo entre os atores sociais dessa trama histórica e a sociedade soteropolitana do período. A trajetória deste homeopata revela uma série de embates políticos e as contradições de quem propugnava os projetos modernizadores; permite também verificar os limites do judiciário brasileiro e das ações de saneamento na cidade de Salvador, assim como traz à tona as perseguições às práticas desautorizadas de cura, o controle das epidemias e, principalmente, o movimento de resistência que as medicinas não oficiais faziam frente ao Estado e à medicina acadêmica. Esses pontos serão analisados detidamente nos capítulos seguintes.

Até 1907, Alfredo Soares da Cunha nada mais era do que um cidadão baiano comum, um comerciante bem firmado neste meio, com uma família grande para criar. A doença de sua esposa, no entanto, trouxe novos rumos à sua vida, pois, em sua opinião, a medicina acadêmica foi a responsável pela morte de sua mulher. Afinal, a alopatia não havia sido competente no diagnóstico e nem nos procedimentos médicos feitos para que a cura pudesse ocorrer. Esta constatação foi a motivação que deu início ao seu estudo da ciência Hahnemanniana. Viúvo e com filhos para criar, Alfredo Soares da Cunha procurou adquirir diploma através da Universidade Escolar do Rio de Janeiro, em um curso por correspondência e, a partir de 1912, começou a aconselhar abertamente o uso da homeopatia para as pessoas que o procuravam. O fato de Soares da Cunha não ter sido formado em medicina, que pedia seis anos de curso presencial, com aulas teóricas e práticas, foi o grande argumento para as diversas perseguições que sofreu ao longo dos

anos. Mas ele não parecia se importar com isso, dizendo em seu livro<sup>60</sup>, que existia uma grande diferença entre ser Doutor e em ser Médico, pois considerava que as faculdades de medicina davam apenas o título de doutor aos estudantes que se iludiam ao achar que se tornavam médicos. Assim, afirma:

Creio ter apresentado provas bastantes da nulidade do Ensino Médico e da descrença que reina entre aqueles que foram educados nos princípios do *Contraria, contrariis curantur*.

As provas provadas apresentadas são bastantes para que qualquer espírito medianamente cultivado, avalie da fraqueza e inutilidade de tal ensino [...].<sup>61</sup>

É a partir do fim de 1913 que Alfredo Soares da Cunha, antigo comerciante de tecidos, passa a ser personagem de constantes notas e artigos jornalísticos, além de motivar ações por parte da Diretoria de Saúde Pública da cidade. O *A Tarde*<sup>62</sup> é o primeiro a dar notoriedade ao caso Soares da Cunha, com notícia sobre multa dada ao homeopata pela Diretoria de Saúde Pública, sob a alegação de que este exercia ilegalmente a medicina. A guerra travada entre Soares da Cunha e o diretor de Saúde Pública, o Dr. Pinto de Carvalho, se inicia, mas, longe de acabar com brevidade, o caso estende-se para além da multa, o que será visto com detalhes no terceiro capítulo.

O código penal de 1890 formalizava o combate às práticas não acadêmicas, incorporando várias categorias de terapeutas como praticantes do exercício ilegal da medicina. Com base nesta norma, Soares da Cunha foi processado. O argumento utilizado pelo homeopata em seu pedido de habeas corpus era de que ele exercia legalmente as curas, e para isto baseava-se na Constituição republicana, que garantia livre exercício profissional. A sua defesa era, portanto, baseada no ideário positivista e estruturada nas bases da lei maior do país e não no código penal, explicitando certa incongruência entre as duas leis. Para o homeopata, não era possível que o código penal trouxesse em seu corpo a proibição de que outros setores exercessem a medicina, se a Constituição permitia o livre exercício das profissões e se havia a Lei Rivadávia de

---

<sup>60</sup> Livro publicado por Alfredo Soares da Cunha, onde conta os embates que enfrentou para se estabelecer como homeopata. CUNHA, Alfredo Soares da. *Charlatães de Beca ou A Ilusão do Ensino Médico*. Salvador: Editora A Graphica, 1936.

<sup>61</sup>Ibidem, p. 408.

<sup>62</sup> A Tarde, 28/11/1913.

ensino, que acabava por retirar a exclusividade das faculdades de medicina de ensinar e de definir quem poderia ser considerado médico.

Soares da Cunha era um polemista nato e a cada vez que uma reportagem difamatória sobre ele era feita, logo procurava dar uma resposta a ela, às vezes na edição seguinte do mesmo jornal ou em outro que lhe dava espaço para resposta. Assim, percebe-se que Alfredo Soares da Cunha achava importante estar em constante diálogo com seus oponentes de forma pública. Esse debate com certeza não passou despercebido para os leitores da imprensa, o que deve ter gerado repercussão. Infelizmente, não temos como saber se a repercussão foi boa ou não para a homeopatia, mas o fato é que esta se tornava cada vez mais notória a todos.

Como forma de estimular o debate, Soares da Cunha iniciou um projeto independente em 1914, a escrita e distribuição de um periódico que ele nomeou de *O Reacionário*, com duração de quase um ano, onde fez críticas e chacotas aos alopatas e ao estado da saúde pública da cidade. Este tipo de investida, mesmo imbuído de um caráter agressivo e até mesmo pessoal, acabava servindo aos ideais de consolidação da homeopatia na Bahia, já que expunha as deficiências da alopatia e enaltecia a arte de curar hahnemanniana.

Suas polêmicas não acabam aí e em 1916 reúne coragem suficiente para se expor ao público, decidindo fazer conferências abertas, e envia convites a jornais, a médicos, ao governo, a polícia, a Diretoria de Saúde Pública e a Faculdade de Medicina da Bahia. As conferências foram intituladas de “Alopatia – Homeopatia”, feitas em duas datas, num clube da cidade de Salvador, chamado de Club Caixeiral. As conferências tinham um tom altamente provocativo e contaram com as presenças de J.J. Seabra, ainda na sua primeira gestão do governo da Bahia, e um procurador da república que havia se curado com o homeopata.

Uma das maiores contendas ocorridas foi entre Soares da Cunha e o *Jornal Moderno*<sup>63</sup>. As notícias dadas pelo jornal tinham um intuito acusatório, denunciando supostas violações das leis que o homeopata fazia. Assim seus artigos buscavam criminaliza-lo e clamavam às autoridades que agissem contra o charlatão que se dizia

---

<sup>63</sup> Contenda ocorrida entre 11 a 30 de maio de 1917, com diversos artigos sobre Alfredo Soares da Cunha publicados pelo jornal, escritos por Methode Coelho.

médico e que colocava a saúde de todos que se submetiam a seus tratamentos em risco. Por muitos dias o jornal manteve as denúncias contra Soares da Cunha, mas, como já se pôde perceber, este não era um homem que se encolhia na sua trincheira e foi a campo aberto para o embate, reagindo às ações do *Moderno* com a distribuição pela cidade de poesias-ataques ao periódico. Mais uma polêmica para a conta do homeopata e mais uma polêmica que, para bem ou para o mal, colocava a homeopatia a olhos vistos.

Soares da Cunha estruturou uma rede de apoio que foi essencial para sua manutenção como homeopata. Contava com o apoio do procurador da República, sr. Manoel Durval, cunhado de J.J. Seabra, e o apoio do próprio governador. O procurador havia se curado com Alfredo Soares da Cunha, mesmo tendo sido desenganado por diversos médicos e este caso deixou o homeopata ainda mais célebre, sendo a maior prova pública de sua competência.

Como consequência, sua clientela aumentava cada vez mais. Pela versão do homeopata, uma parcela dos doentes da cidade passou a optar pela cura homeopática por ele oferecida. De acordo com sua versão:

As curas se iam operando, e os curados exaltavam a minha competência, a ponto de eu muitas vezes pedir para baixarem um pouco o diapasão dos elogios, sob pena de em breve me tornarem em um novo messias<sup>64</sup>.

O homeopata agia de acordo com os preceitos que haviam caracterizado a arte de curar hahnemanniana desde seu início, tais como atendimento gratuito à população mais carente e trabalho ativo em momentos de epidemia. Vários laboratórios e anunciantes de produtos em todo o Brasil tiveram picos de vendas nas épocas de epidemias, com a venda de remédios que prometiam a cura<sup>65</sup>. Enquanto alguns aproveitaram os momentos de epidemia para vender o máximo possível, os Soares da Cunha aproveitaram esses momentos de outra forma. Transformaram uma parte do laboratório, fundado em 1918, em dispensário e nele trataram e deram remédios de graça aos que desejassem se submeter a sua forma de curar, aumentando o seu raio de ação e o da homeopatia em Salvador. Poderia haver, sim, uma ideia solidária nessas ações, mas também não podemos deixar de esquecer o lado prático delas, afinal, atender

---

<sup>64</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca. op. cit.*, p. 77.

<sup>65</sup> BERTUCCI, Liane Maria. No Delírio da Febre. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, jan. 2007.

gratuitamente a população de menos recursos sempre foi uma estratégia de legitimação e de popularização da homeopatia.

Mais uma vez afirmamos aqui o desenvolvimento não linear da homeopatia no Brasil e a peculiaridade histórica do desdobramento desta arte de curar em cada local onde ela foi propagada. Concordamos com a ideia de Beatriz Weber, em afirmar que “a história do Brasil poderia ser rica em excepcionalidades, se fosse possível abandonar os modelos contra os quais as províncias são julgadas”. Seguindo esta perspectiva, procuramos abandonar modelos estabelecidos por estudos focados no Rio de Janeiro de desenvolvimento da homeopatia, para entender o contexto local diferenciado na Bahia. Mas o método comparativo não deve ser abandonado por isso, assim, procuramos também estabelecer sempre relações com outros contextos. A conjuntura do Rio de Janeiro nos dá especial contribuição, afinal, trata-se nesse momento da capital da república e sede do Instituto Hahnemanniano do Brasil.

Luz de novo nos ajuda a compreender esse contexto da capital. O mesmo período em que Soares da Cunha atua é definido por Luz como “período áureo” de desenvolvimento da homeopatia no Brasil – de 1900 a 1930. Devemos ter muito cuidado sobre qual Brasil ela fala, já que sua atenção está centrada mais no sudeste Rio de Janeiro. Este é o tipo de modelo que não devemos adotar para outras partes de forma absoluta e acrítica, mas que também não deve ser ignorado. Assim, vemos uma capital republicana onde a homeopatia também saía das raias da estagnação e passava a se reorganizar e legitimar frente à sociedade, investindo diretamente no seu reconhecimento institucional, entrando assim em muitas esferas da saúde e do ensino que até então não havia ocorrido. O momento no Rio de Janeiro é de intenso trabalho da homeopatia, reestruturando seu instituto, firmando uma escola homeopática com o reconhecimento de uma escola de medicina oficial, instaurando dispensário e hospital para atendimento de um bom número de pessoas – nos Anais de Medicina Homeopática, fala-se em 53.169 consultas feitas no ano de 1921. A homeopatia também ganha espaço em locais oficiais e públicos de intervenção, saindo dos espaços privados, “uma vez que a prática privada dos homeopatas em consultórios particulares e em farmácias homeopáticas já era um fato estabelecido há muito”<sup>66</sup>. Era preciso mais do que angariar médicos que se “alistassem” no rol dos homeopatas, era preciso mais do

---

<sup>66</sup> LUZ. *A Arte da Cura versus a Ciência das Doenças*. op. cit., p. 190.

que criar institutos, era também preciso mais que conquistar clientela fiel. Iniciou-se uma aposta na inserção da homeopatia no meio público, procurando formas de aprofundar cada vez mais esta prática na vida cotidiana da sociedade brasileira. Para Luz o período aqui trabalhado foi o mais rico na consolidação da homeopatia no Brasil, pois esta atingiu conquistas nos espaços institucionais públicos, mas “também, aproveitando-se da conjuntura política republicana favorável, conseguiu legalizar suas conquistas, oficializando sua manutenção e expansão”<sup>67</sup>.

No entanto, é preciso mais uma vez destacar o fato de que um país vasto como Brasil dificilmente teria um movimento homogêneo de consolidação da homeopatia. A homeopatia na Bahia não seguiu o curso descrito por Luz. Enquanto nessa mesma época alguns lugares contavam com dispensários e enfermarias especiais para os tratamentos homeopáticos, Hospital Homeopático e muitos consultórios e farmácias exclusivamente dedicada a esta prática curativa, na Bahia os tratamentos homeopáticos eram restritos a pouquíssimos médicos, que os faziam de forma particular.

Todos os pontos levantados aqui serão trabalhados nos capítulos que seguem a este. Analisaremos, assim, de forma aprofundada muitas das questões suscitadas aqui, dissecando o caso Soares da Cunha para que possamos compreender os caminhos que esta arte de curar tomou na Bahia. A singularidade desta trajetória permite analisar a reestruturação de uma terapêutica na Bahia e, também, permite compreender aspectos reveladores da conjuntura político-sanitária do estado. Através, portanto, das polêmicas travadas em torno de Soares da Cunha e de suas ações, que figuram em diversas fontes, há uma viva história que se descortina, pela qual é possível compreender as transformações e processos históricos ocorridos dentro desse período.

Nossa análise a partir dos próximos capítulos será centrada em uma metodologia micro-histórica e a utilização desta como fio condutor da pesquisa se deve à necessidade de situar o objeto de estudo como protagonista do processo sem, contudo, perder as conexões com as demais escalas que compõem a trama histórica que se pretende analisar. O diálogo entre as dimensões social, cultural, política e econômica da história do Brasil na Primeira República são de fundamental importância para a compreensão das questões que determinaram a existência do fato histórico que

---

<sup>67</sup> LUZ. *A Arte da Cura versus a Ciência das Doenças*. op. cit., p. 214.

investigamos, a partir da análise do contexto da época. Pretendemos assim, escapar de generalizações ao buscar realizar uma análise investigativa de cunho “microscópico”, que possibilite a revelação de personagens e fatos que outras abordagens poderiam ignorar.



## Capítulo II

### A trajetória de Alfredo Soares da Cunha e o exercício da homeopatia

Ser Homeopata ou Alopata  
A cousa é a mesma no fim.  
Morre? É o remédio que mata!  
Salva? É o Senhor do Bonfim!<sup>68</sup>

No capítulo anterior pudemos desenhar um pouco como se estabeleceram os caminhos da homeopatia na Bahia, desde a sua introdução até o aparecimento do homeopata Alfredo Soares da Cunha, perpassando pelos recorrentes esforços de estabelecer e fortalecer essa arte de curar. Neste capítulo faremos uma análise da trajetória do homeopata em questão, com ênfase no sujeito e na profissão exercida por ele.

#### A liberdade da prática homeopática

Em novembro de 1913 o doutor Mario Andréa dos Santos, vai até um consultório localizado no Comércio de Salvador. Já no consultório, pede atendimento do homeopata que lá medicava e revela sentir um mal que precisava ser curado. Não se tratava, no entanto, de um desenganado da medicina oficial ou um recém-convertido à arte de curar hahnemanniana, mas sim de um representante da Diretoria de Saúde Pública da Bahia, que ocupava o cargo de inspetor. Ao receber a receita dada pelo homeopata, de nome Alfredo Soares da Cunha, o paciente revela quem é e multa em flagrante o suposto infrator por praticar ilegalmente a medicina, a mando do diretor da Saúde Pública, o doutor Pinto de Carvalho.

---

<sup>68</sup> Poema de Generino Magalhães apud CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p. 214-218.

No dia 28 de novembro de 1913 o jornal *A Tarde*, prestigiado periódico da Bahia, noticiava a multa. A notícia dava notoriedade a um caso que poderia ter passado despercebido, se não fosse o empenho do homeopata em se defender publicamente e por meios legais para que pudesse dar continuidade a sua prática curativa. A insistência de Soares da Cunha era evidente, já que manteve por sete dias uma coluna neste mesmo jornal com o título de “Exerço a Medicina Legalmente”. Nesta coluna argumentava sua posição de que exercia a medicina dentro da lei, pois estaria de acordo com a Constituição Federal de 1891, que dava plena liberdade profissional e afirmava ter entrado com habeas corpus para manter o direito que ele considerava possuir de medicar.

Estava dada a partida da contenda entre o homeopata e a Diretoria de Saúde Pública da Bahia, que será melhor aprofundada no terceiro capítulo, e que inflamaria os ânimos do primeiro por tanto tempo que 23 anos depois ele ainda dedica de forma irônica o seu livro *Charlatães de Beca ou a Ilusão do Ensino Médico* ao dr. Pinto de Carvalho.

Analisaremos este caso tendo como metodologia norteadora a micro história, pois a mudança de escalas nos permite evidenciar uma história individual, única, que nos ajuda a descortinar o contexto da homeopatia no estado baiano. A trajetória profissional deste personagem será esmiuçada de acordo com a pesquisa empírica, propondo-se a seguir numa tendência historiográfica que Revel descreve como

Atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos. Pois a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular - de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve<sup>69</sup>.

Procuraremos, assim, estabelecer essa escala de observação que preza pelo individual em consonância ao social e seu macro contexto, contribuindo para uma compreensão mais sólida do desenvolvimento da ciência de Hahnemann no Brasil, através de Soares da Cunha.

---

<sup>69</sup> Revel, Jacques (org). *Jogo de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 21.

O ano de 1906 trouxe grandes mudanças na vida do comerciante de tecidos, Alfredo Soares da Cunha. A doença de sua esposa deu novos rumos à sua vida, pois, em sua opinião, a medicina acadêmica foi a responsável pela morte dela. Afinal, a alopatia não havia sido competente no diagnóstico e nem nos procedimentos médicos feitos para que a cura pudesse ocorrer. Além disso, sua mulher haveria contraído impaludismo em um passeio feito pelo casal a algumas praias de Salvador que estariam mal saneadas e infestadas por mosquitos. Estas constatações motivaram o início de seu estudo da ciência hahnemanniana. Viúvo e com oito filhos para criar, Alfredo Soares da Cunha afirma que viu na homeopatia um conforto na sua dor de perder a esposa e começou a estudar a arte de curar. Procurou adquirir diploma através da Universidade Escolar do Rio de Janeiro, em um curso por correspondência e, a partir de 1912, começou a aconselhar abertamente o uso da homeopatia para as pessoas que o procuravam. Assim, Alfredo Soares da Cunha afirmava que:

sentia a necessidade de bradar aos quatro ventos a prova alveçareira da verdadeira medicina, que naturalmente iria impedir que outros sofressem as mesmas torturas, por que eu havia passado e arrancar das garras da morte outros entes queridos. (...) Assumi, de motu-proprio, a obrigação de vulgarizar em minha terra a sublime Doutrina de Hahnemann<sup>70</sup>.

Soares da Cunha conta que já havia entrado em contato com a homeopatia anteriormente, pois seu pai já se interessava pelo tema e chegara a fazer algumas curas através da homeopatia. Isso levanta mais uma vez a questão suscitada no capítulo anterior, de que a homeopatia poderia ter entrado em declínio em alguns momentos, mas não teria desaparecido da Bahia, afinal, se havia interesse de alguém leigo por esta arte de curar, há poucas possibilidades de que ela tenha simplesmente sumido deste estado.

O aprendizado de Soares da Cunha sobre homeopatia foi feito de forma autodidata, por meio de estudos de livros herdados de seu pai e adquiridos para esse fim. A Universidade Escolar, pela qual ele havia recebido diploma, não era uma faculdade de homeopatia, mas tratava-se de um curso de medicina elétrica, de acordo com informações encontradas em anexo aos autos do processo de habeas corpus<sup>71</sup>, o que

---

<sup>70</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p. 30.

<sup>71</sup> Arquivo Nacional, recurso de habeas corpus de Alfredo Soares da Cunha ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil, julgado em 15 de abril de 1914.

lhe outorgaria a praticar a profissão que desejasse, de acordo com o conceito de liberdade profissional, conceito este que era alvo de grande discussão na época.

Um dos argumentos utilizados pelo homeopata para sua prática profissional sem habilitação específica na matéria é de que não haveria como a homeopatia ser aprendida de outra forma na Bahia, a não ser com a dedicação autodidata. Aparentemente não havia homeopatas presentes na Bahia neste período que se dispusessem/preocupassem em passar seus ensinamentos e converter outras pessoas em novos praticantes, assim como a divulgar e expandir esta arte de cura no estado. Além disso, não havia no momento de sua formação, uma instituição nacional que ensinasse a homeopatia, pois a Faculdade Hahnemanniana só foi reinaugurada em 1912, ano em que Soares da Cunha já praticava a homeopatia. A criação de uma faculdade homeopática, que mais tarde, em 1921, se tornaria inclusive equiparada às faculdades de medicina existentes, foi uma das maiores conquistas efetuadas pela homeopatia, onde seu saber poderia ser ensinado oficialmente e onde seus formandos teriam o respaldo das normas sobre sua prática curativa. Luz<sup>72</sup> analisa esse período e afirma que este tipo de medida não passou incólume e logo inúmeras queixas foram feitas sobre o ensino da faculdade do IHB e do seu hospital, com boatos lançados sobre as atividades da faculdade e o atendimento médico feito por eles, tendo sido feitas várias inspeções nos locais sem que nada houvesse sido comprovado.

O fato de Soares da Cunha não ter sido formado em um curso de medicina, que pedia seis anos de curso presencial, com aulas teóricas e práticas, foi o grande argumento para as diversas perseguições que sofreu ao longo dos anos. Mas ele não parecia se importar com isso, dizendo em seu livro<sup>73</sup>, que existia uma grande diferença entre ser “Doutor” e em ser “Médico”, pois considerava que as faculdades de medicina davam apenas o título de doutor aos estudantes que se iludiam ao achar que se tornavam médicos. Assim, afirma:

Perdoe-me V.S a falta de modéstia, necessária, porém, para que V.S fique compreendendo, que não é só na Faculdade de Medicina da Bahia ou do Rio, que se estuda a arte de curar. Não, na solidão do

---

<sup>72</sup> LUZ. *A Arte de Curar versus a Ciência das Doenças*. op. cit.

<sup>73</sup> Livro de autoria de Alfredo Soares da Cunha, intitulado *Charlatães de Beca ou a Ilusão do Ensino Médico*, obra citada anteriormente, em que o homeopata conta a sua versão sobre os embates que enfrentou ao longo dos anos.

gabinete, lugar ermo e apto para que se possa assimilar as belas lições dos grandes mestres, muito se estuda, e muito mais talvez que nas Faculdades, onde os pistolões fazem sair muito bons doutores<sup>74</sup>.

Assim, deixava clara sua rejeição ao ensino médico acadêmico e à sua exclusividade como escola da ciência da cura, afirmando que o seu ensino era fraco e inútil e que os seus profissionais formados eram despreparados. O homeopata se esforçava em demonstrar que havia grande incompetência nos médicos oficiais, com inúmeros erros, pacientes desenganados e jovens médicos inseguros e mal preparados, dando como exemplo dessa má formação, em seu livro de 1936, os próprios filhos médicos quando eram recém formados pela Faculdade de Medicina da Bahia. O homeopata afirmava:

Creio ter apresentado provas bastantes da nulidade do Ensino Médico e da descrença que reina entre aqueles que foram educados nos princípios do *Contraria, contrariis curantur*.  
As provas provadas apresentadas são bastantes para que qualquer espírito medianamente cultivado, avalie da fraqueza e inutilidade de tal ensino [...].<sup>75</sup>

Seu posicionamento visava claramente desclassificar a medicina acadêmica e enaltecer a homeopatia como verdadeira arte da cura, mesmo que o aprendizado desta ocorresse por meios não oficiais de ensino. Afirmando que a arte de curar poderia ser aprendida de outras formas e questionando o pretense monopólio das faculdades de medicina, Soares da Cunha demanda a prática profissional livre e a aceitação de seu título na Universidade Escolar do Rio de Janeiro como formalidade para cumprir com a burocracia necessária para ter reconhecimento como médico homeopata.

O pleito de Soares da Cunha era de que seu título serviria para cumprir a etapa necessária de possuir diplomação para medicar. Ele afirmava que a lei orgânica de Ensino Superior e Fundamental da República<sup>76</sup>, em seu primeiro artigo, retirava os privilégios dados aos institutos criados pela União. Isso significaria, pela interpretação de Soares da Cunha, que as escolas de medicina não deteriam mais monopólio de titulação. Assim, o diploma do homeopata serviria como prova de suas habilitações necessárias para exercer a medicina homeopática.

---

<sup>74</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p. 111.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 408

<sup>76</sup> Esta lei data de 5 de abril de 1911 e foi aprovada pelo presidente Hermes da Fonseca e conhecida como lei Rivadávia, que dava início a uma reforma do ensino.

Este mesmo diploma, contudo, é ridicularizado pelo *Jornal Moderno*, que afirma ser este sem valor acadêmico, apenas fruto de pagamento, e por isso apelida Soares da Cunha de doutor 60\$, como referência ao valor pago à Universidade pela qual o homeopata havia recebido seu título. Neste jornal é possível encontrar mais de uma referência pejorativa aos diplomas adquiridos por faculdades pagas e é possível perceber que o caso de Soares da Cunha não é isolado, pois eventos similares haviam ganhado destaque no jornal, sobre um advogado, um médico e um engenheiro. Os senhores são criticados por pleitear a mesma liberdade profissional que o homeopata pede, por terem adquirido diploma de nível superior exatamente pela mesma instituição. O jornal critica as diplomações feitas devido à reforma Rivadavia de ensino e propõe um tipo de boicote à Universidade Escolar, afirmando:

E, enquanto os novos “doutores” estão incubando prudente e silenciosamente a honraria, à espera que o tempo lhe faça esquecer a origem fácil, há por ai muita gente honesta que se irrita e se lamenta, considerando uma afronta indigna aos nossos brios de povo inteligente a importação do singular instituto oriundo das plagas norteamericanas.

Nós julgamos, entretanto, que o mal não é muito fundo, nem será muito longo. Durará talvez apenas o fugitivo tempo da administração Rivadavia. (...) enquanto o senhor Rivadavia não se decide a prestar ao ensino do Brasil o inolvável benefício de sua retirada do ministério (...), só uma coisa temos a fazer, para apressar a extinção, a dissolução, o apodrecimento daquela vergonha universitária: mandemos dinheiro, muito dinheiro à Universidade Escolar Internacional, compremos-lhe títulos, muitos títulos, não para nós, mas para os nossos porteiros, os nossos jardineiros, os nossos copeiros e nossas cozinheiras<sup>77</sup>.

A reforma Rivadavia de ensino, de espírito positivista, baseou-se também no artigo constitucional de liberdade profissional, buscando a desoficialização do ensino, ou seja, a retirada dos privilégios dados aos institutos estatais. De acordo com Cury<sup>78</sup>, “o exercício profissional, dentro da lógica da Lei, deveria ser controlado pela população, discernindo entre os bons e maus profissionais”. A reforma, portanto, garantia liberdade de ensino baseada no preceito de liberdade profissional e para isso também teria efetuado uma “caça aos diplomas”, pois a partir da nova lei bastava que os institutos de ensino dessem um certificado de conclusão para garantir ao estudante a sua

<sup>77</sup> *Jornal Moderno*, 4 de março de 1913.

<sup>78</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil: a reforma Rivadavia. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 30, nº 108, p. 717-738, outubro de 2009.

liberdade profissional, não sendo mais necessário um diploma de doutor emitido pelas faculdades oficiais. Rivadávia Corrêa criticava com grande ênfase essa priorização da diplomação que os institutos oficiais tinham, ironizando o que ele chamava de *doutorice*:

*A doutorice* constituiu o lado ridículo das instituições brasileiras (...). O feitiço especial da *doutorice* é desatender às realidades, tudo conceber a priori e querer organizar e reger o mundo pelas regras dos compêndios (...)Tais diplomas, pela presente organização, são substituídos por modestos e democráticos certificados, atestando a assistência e o aproveitamento nos respectivos cursos<sup>79</sup>.

As afirmações do ministro da Justiça e Negócios Interiores – Ministério responsável pela pasta da educação – portanto, nos remete à argumentação feita por Soares da Cunha. O próprio nome e conteúdo de seu livro permite uma significativa consonância de pensamentos, onde a “Ilusão do ensino médico” é evidenciada.

A liberdade era tema recorrente na República, já que esta deveria ser característica fundamental do novo sistema político e a liberdade profissional estava em meio a essas discussões. Sampaio<sup>80</sup> mostra que a questão da liberdade do exercício da medicina estava sendo fortemente discutida no final da década de 1880. Médicos e positivistas debatiam essa questão e, ao contrário do que se possa imaginar, alguns médicos chegavam a apoiar a liberdade das artes de curar. Os positivistas se posicionavam contra o monopólio da medicina e em 1887 o Centro Positivista do Brasil distribuiu publicação em que esclarece seu ponto de vista, motivado pela perseguição que havia ocorrido de um indivíduo que medicava sem possuir diploma. Os positivistas tinham a firme posição de que todos deveriam ter livre arbítrio para confiar em um médico ou em um curandeiro, não cabendo ao Estado interferir nas escolhas dos indivíduos. Como afirma Sampaio, o Centro Positivista acreditava que o governo “deveria deixar livre o exercício da profissão médica, pois o charlatanismo só seria evitado através da moralização e da instrução das classes iletradas e não com a imposição de novas leis, ou com o aumento da repressão”<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> Rivadávia Corrêa apud CURY. A desoficialização do ensino no Brasil. op. cit., p. 730.

<sup>80</sup> SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 96.

Essas discussões apontadas mostram que a questão da liberdade profissional, principalmente médica, estava em jogo no fim do Império, e que não perde seu lugar como ponto de debate na República, como percebemos através do caso de Soares da Cunha. Weber<sup>82</sup>, ao analisar as artes de curar na República rio-grandense mostra como esse debate ainda se fazia presente, a ponto de, no Rio Grande do Sul, ter sido vitoriosa a posição pela liberdade, seja ela religiosa ou profissional, pois o discurso positivista tinha forte influência nesse estado. A ideia prevalecente era de que caberia ao governo incentivar a educação da sua população, esclarecendo-a através das disposições racionais e positivas, para que assim a sociedade se submetesse aos preceitos científicos. Dessa forma, o governo não deveria intervir nas decisões dos indivíduos, pois estes ao se esclarecerem passariam de forma autônoma a adotar a cientificidade. A proposta era, portanto, de dar liberdade de escolha e decisão, o que se refletiu em diversas áreas da sociedade rio-grandense, incluindo a saúde, que passou a contar com um grande número de terapeutas e práticos de diversos tipos, “permitindo uma variação de práticas de cura combatidas em outras regiões”<sup>83</sup>

No Paraná, Nilo Cairo mostrou-se um importante interlocutor entre a homeopatia e o positivismo, “estreitando os laços entre a doutrina de Comte e a de Hahnemann”<sup>84</sup>. Dentre as diversas correspondências feitas entre as doutrinas e analisadas por Sigolo, a que gostaríamos de salientar mais uma vez é a questão da liberdade profissional em saúde, por manter diretamente relação com nosso personagem. Cairo mostrava-se de acordo com o pensamento positivista contrário ao monopólio médico e seus privilégios no ensino e na prática profissional e favorável à livre concorrência e à liberdade do indivíduo em escolher a forma de cura que lhe conviesse. Sigolo mostra que o médico também levava em conta questões sociais e culturais ao reiterar sua opinião sobre a liberdade de escolha terapêutica e do exercício curativo. Afirmava, por exemplo, que condenava as perseguições aos curandeiros, pois considerava uma falta de compreensão do “momento sociológico”<sup>85</sup> em que o país se achava e também reconhecia a importância que esses terapeutas tinham, ao atuar em regiões afastadas onde não havia médicos.

---

<sup>82</sup> WEBER, Beatriz. *As Artes de Curar: medicina, religião, magia e positivismo na república Rio-grandense (1889 – 1928)*. Santa Maria: Editora da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>84</sup> SIGOLO. *Nilo Cairo e o debate homeopático*. op. cit., p. 39.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 98.



Mais uma questão pode ser somada aqui sobre a liberdade profissional, mas com foco na prática homeopática em específico, que é a discussão já citada no capítulo anterior feita por Dias da Cruz Filho através da revista do IHB, chamada de *Anaes de Medicina Homeopática*, na qual ele era redator, e Nilo Cairo através da *Revista Homeopática Brasileira*, em 1912. Este período correspondeu ao ano em que entrou em funcionamento a Faculdade Hahnemanniana, portanto, foi o momento em que abriu-se diálogo e discussão em torno da prática homeopática, e quais os requisitos que seriam exigidos para que alguém pudesse fazer parte do IHB e ingressar na faculdade. Não pesquisamos diretamente a *Revista Homeopática Brasileira*, mas através dos *Anaes* pudemos identificar partes interessantes desse debate, pois muitos artigos se tratam de réplicas a artigos escritos na outra revista. Dias da Cruz Filho mostrava-se um ferrenho defensor de que a homeopatia fosse praticada por qualquer pessoa que se interessasse em aprender, assim como alegava que esses leigos praticantes da homeopatia poderiam ser filiados do IHB, afirmando que

O IHB só tem de que se vangloriar por conter em seu seio pessoas que se interessam vivamente pela causa sacrossanta da homeopatia, e que por esse fato não se transformara em Clube de leigos, mas continuará em suas cogitações científicas, acrescido sim da dedicação, esforço e trabalho dos não diplomados, contingentes esses valiosos e úteis ao desenvolvimento de qualquer sociedade, científica ou não<sup>86</sup>.

Fica evidente nesta passagem, e em todo o artigo de conteúdo contra argumentativo que foi escrito como resposta ao que Nilo Cairo havia feito anteriormente, o esforço de Dias Cruz Filho em valorizar o trabalho dos leigos dentro do IHB, mas sempre exaltando a cientificidade do órgão. Era importante reafirmar a missão da homeopatia como ciência médica, mesmo que esta afirmação fosse um diálogo entre os próprios homeopatas. Este, no entanto, não era um debate exatamente novo, pois desde sua entrada no país discutia-se quem poderia praticar a homeopatia. Parte dos seus adeptos queria que a homeopatia se tornasse uma terapêutica licenciada apenas aos que fossem médicos, enquanto os homeopatas utópicos, representados principalmente por Mure e João Vicente Martins, desejavam que a arte de curar fosse passada a qualquer pessoa que se mostrasse interessada em aprendê-la, socializando a ciência de Hahnemann<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup> *Anaes de Medicina Homeopática*, vol. XIII, nº 9, junho de 1912, p. 298.

<sup>87</sup> SILVEIRA. *Utopia e Cura*. op. cit.

O debate que aparecia aqui, portanto, evidencia uma situação aparentemente contraditória sobre o posicionamento de Nilo Cairo. Ele, um defensor da liberdade profissional propugnada pelo positivismo, mostrava-se com restrições à entrada de leigos na faculdade hahnemanniana que acabara de se estruturar. A sua argumentação era baseada na ideia de que a legitimação da faculdade como centro de um saber científico poderia ser comprometida com a entrada dos leigos. Este momento é muito bem destrinchado por Sigolo<sup>88</sup>, explicando-o da seguinte forma:

De fato, era de se estranhar que Nilo Cairo, assumido adepto de Comte e da liberdade profissional, adotasse uma postura tão rígida em relação à exigência de um aparato legitimador para a prática homeopática. No entanto é preciso lembrar que, mesmo em suas defesas do livre exercício da medicina, o homeopata paranaense deixava claro a transitoriedade da liberdade profissional, alegando ser uma necessidade dos tempos pelos quais passavam. Parece que esses tempos já estavam acabando para Nilo Cairo (...)<sup>89</sup>.

A defesa dos homeopatas não diplomados continua a aparecer em outros números da revista do IHB e é possível identificar o mesmo posicionamento de Dias Cruz Filho em outros homeopatas do Instituto. Em um dos números dos Anaes publica-se o artigo escrito por Licínio Cardoso para o *Jornal do Comércio*<sup>90</sup> do Rio de Janeiro, que suscita o debate em torno dos privilégios das faculdades alopáticas, a questão da liberdade profissional e também aborda por quem deveria ser feita a prática homeopática. Assim, afirmava que a forma como procedia a Diretoria Geral de Saúde Pública criava:

(...) um privilégio para essas faculdades: privilégio que não se coaduna com o espírito da Constituição da República, nem com o espírito da última de reforma de ensino; privilégio que constitui um óbice à liberdade das profissões que se acham relacionado com a arte médica.

(...) Os médicos homeopatas, porém, não são unicamente diplomados pelas faculdades oficiais: há outros nessa capital. Há os médicos homeopatas formados pela antiga Escola de Medicina Homeopática (...); há os médicos homeopatas formados pelas faculdades homeopáticas da América do Norte; há os médicos homeopatas formados pelas faculdades alopáticas da Europa, e que se não diplomaram aqui; há os médicos homeopatas práticos sem diploma,

<sup>88</sup> SIGOLO. *Nilo Cairo e o debate homeopático*. op. cit. p. 191-213.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 198.

<sup>90</sup> A publicação original no *Jornal do Comércio* é de 12 de dezembro de 1912, apud Anaes de Medicina Homeopática, ano XIV, vol. XV, n°2, novembro de 1912.

cujo direito de clinicar, diante da Constituição da República é igual aos diplomados<sup>91</sup>.

Esse discurso de Licínio Cardozo é consonante a toda argumentação utilizada por Alfredo Soares da Cunha em 1913, quando o homeopata passa a se defender publicamente das multas recebidas pela Diretoria de Saúde Pública da Bahia. Seu argumento principal, vislumbrado como título de seus artigos publicados no Jornal A Tarde, que dizia “Exerço a Medicina Legalmente” coaduna perfeitamente com o trecho destacado acima, em que os homeopatas, mesmo que não fossem portadores de diploma médico, deveriam ter o direito de clinicar livremente, pois essa era a posição da Constituição de 1891 e da lei Rivadávia de ensino 1911.

A questão sobre quem poderia praticar a homeopatia, já presente desde o século XIX, se mantinha acesa mesmo posteriormente à época de Soares da Cunha. Weber<sup>92</sup> analisa essa questão no Rio Grande do Sul, nas décadas de 1940 e 50, onde, por ter tido a liberdade profissional como um de seus pilares sociais, o estado exibia grande quantidade de homeopatas que não possuíam diploma de medicina. Essa situação passou a incomodar colegas homeopatas diplomados, que viam a homeopatia como uma doutrina terapêutica dentro da medicina, ou seja, uma especialidade que deveria ser estudada e praticada apenas por médicos de formação.

As interpretações sobre quem poderia praticar homeopatia, portanto, eram variadas e esta percepção fica clara no caso Soares da Cunha. O código penal de 1890, sem especificar qual era a habilitação necessária para ser homeopata, deixava uma margem de dúvidas sobre quem poderia ser assim considerado. Assim, a Diretoria classifica Soares da Cunha como um pretense médico homeopata, ou seja, fazendo a vinculação entre homeopatia e medicina. A habilitação necessária para se tornar homeopata, de acordo com essa perspectiva, era a própria formação em um curso superior de medicina, tornando a homeopatia como uma subespecialidade da própria medicina.

Na data de 05 de dezembro de 1921 a Faculdade Hahnemanniana havia ganhava a equiparação às faculdades de medicina por ato do ministro da Justiça e Negócios

---

<sup>91</sup> Anaes de Medicina Homeopática, ano XIV, vol. XV, nº 2, novembro de 1912, p. 74 e 76.

<sup>92</sup> WEBER. *As Artes de Curar*. op. cit.

Interiores, mas não contou só com esta vitória na legitimação da arte de curar. O decreto legislativo nº 3540, de 25 de setembro de 1918, estatua que:

Além dos médicos formados pelas escolas oficiais ou equiparadas, a clínica homeopática será exercida pelos profissionais habilitados pelo Instituto Hahnemanniano.

Nenhuma farmácia homeopática poderá funcionar sem a direção técnica de farmacêutico habilitado pelo Instituto Hahnemanniano, ou pelas escolas oficiais ou equiparadas<sup>93</sup>.

Assim a homeopatia havia sido oficialmente reconhecida no Brasil e o IHB ganhava o pleito de poder definir quem poderia ser considerado homeopata. No entanto, apesar desses ganhos, o decreto acaba por impedir que a alopatia fosse praticada também pelos homeopatas sem diploma das faculdades de medicina, aumentando o fosso entre homeopatas e alopatas.

### **Nem médico, nem curandeiro.**

Nesse imbróglio sobre o exercício da homeopatia, podemos acompanhar parte dessa discussão através da análise sobre a contenda ocorrida entre Soares da Cunha e um órgão da imprensa baiana, o *Jornal Moderno*.

O *Jornal Moderno* já havia noticiado sobre Soares da Cunha dando enfoque às multas que ele havia recebido da Diretoria, em 1913. Em maio de 1917 as críticas ao homeopata são reiniciadas e o conteúdo que elas trazem merece ser analisado de forma mais detida, em seus dezesseis dias de publicação, por permitir nos aproximar de outra visão sobre o homeopata.

Todas as notícias se caracterizam pelo mesmo tom de denúncia e apelo às autoridades para que não permitissem que Soares da Cunha continuasse a medicar e colocar a saúde da população desavisada em risco. A primeira publicação, assim como outras, havia tido como motivação inicial a acusação de um senhor que tinha sido paciente do homeopata.

---

<sup>93</sup> Texto de lei reproduzido em exposição feita pelo Barão de Ramiz Galvão no Conselho Superior de Medicina em julho de 1921, apud Anaes de Medicina Homeopática, ano XX, nº 1 – 6, agosto de 1921.

O senhor tinha em mãos um contrato de cura, assinado por ele e por Soares da Cunha, em que há estabelecido o valor inicial de um tratamento (400\$000), o valor total, caso a cura ocorresse como esperado (1:000\$000) e a estimativa de tempo para que o processo curativo se finalizasse e a saúde do paciente fosse restabelecida (seis meses). O paciente se responsabilizava por tomar os medicamentos indicados e o homeopata se responsabilizava por assisti-lo durante o tratamento. Havia também cláusula contratual de que nenhuma das partes poderia reclamar se algo não fosse cumprido por algum deles.

O paciente, em poucos dias, desiste do tratamento, alegando que, ao invés de melhoras, o seu quadro havia declinado consideravelmente<sup>94</sup>, além de que o remédio lhe queimava no lugar da aplicação e o estava deixando transtornado. Decide então pedir de volta a quantia inicial de 400\$000, o que lhe é negado, pois havia cláusula de que não haveria reclamação se uma das partes não cumprisse o trato, o que o paciente havia feito, já que estava desistindo do tratamento. Descontente com a resposta dada, o senhor vai até a delegacia e acusa o homeopata, assim como procura o *Jornal Moderno*. Chamado à delegacia, Soares da Cunha afirma que não iria devolver o dinheiro, pois havia contrato que lhe garantia esse direito. Dessa forma, se havia um lugar para isso ser discutido era a justiça.

O caso havia sido como fagulha que principiou logo diversas outras acusações de forma ainda mais inflamada. Não nos interessa aqui julgar qual lado estava correto, se o homeopata ou o paciente, se a posição do homeopata ou do *Jornal Moderno*, esse não é o trabalho do historiador. No entanto, o jornal em questão aponta para indícios interessantes sobre como uma parcela da população devia pensar sobre a presença de um homeopata que não era médico formado atuando livremente. Convém destacar que, a essa altura, o recurso do habeas-corpus impetrado de Soares da Cunha já havia sido julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o que não impediu que sua prática continuasse a ocorrer. Assim comenta o homeopata sobre a decisão do Supremo e o parecer de um dos juízes sobre o caso:

---

<sup>94</sup> O fenômeno de agravamento de sintomas no tratamento homeopático é descrito por Hahnemann, no *Organon*, o descrevendo como um processo comum e previsível na terapêutica homeopática, no parágrafo 157 do livro: “Um medicamento homeopático causa geralmente discreta piora imediatamente após sua ingestão e que dura de uma a algumas horas. Esta ação do remédio é tão semelhante à doença original que parece que o paciente piorou da sua própria doença”. Apesar deste fenômeno ser comum, o paciente afirmava que os sintomas continuavam agravados mesmo dias após o início do tratamento.

Em toda essa lama, em que chafurdam a lei, levantou-se, porém a voz altiva e firme de um juiz do Supremo Tribunal Federal, a rogar que não matassem a lei, que respeitassem os princípios republicanos, que não colocassem o nosso país no rol dos que não cumprem as suas leis<sup>95</sup>.

Os autos do processo de decisão do STF não possuem um parecer detalhado sobre o que cada juiz que o assina pensava a respeito da multa recebida pelo homeopata e seu habeas corpus impetrado com o pedido de que sua prática profissional fosse permitida sem os embargos da Diretoria de Saúde Pública. O que sabemos, no entanto, é que a decisão feita pela cúpula de juízes de alto escalão não foi suficiente para que houvesse um arrefecimento da sua prática curativa, apegando-se ao fato de que um dos juízes havia se colocado favorável a ele. Tudo isso será mais bem analisado durante o terceiro capítulo, até então basta saber que suas ações de cura continuaram, o que propiciou as tentativas de difamação do homeopata, como as estabelecidas pelo *Jornal Moderno*.

Mas um fato notável nas reportagens deste jornal é a variedade de denominações que são dadas a Soares da Cunha. O título da maioria delas o chama de “pseudo médico”, os subtítulos, no entanto, são bem menos gentis e o chamam de “charlatão”, “embusteiro”, “atrevido curandeiro”, “impostor”, “explorador”, “velhaco”. No texto corrido das notícias existem termos ainda mais depreciativos. Todas essas caracterizações que dirigem ao homeopata tem o mesmo intuito de atribuir criminalidade, ilegalidade à sua prática curativa. Ele é sempre vinculado a alguma categoria prevista no código penal como criminosa e enganadora.

A maior aproximação feita pelo jornal para descreditar Soares da Cunha se refere ao curandeirismo e ao charlatanismo. Os ofícios de cura populares, como curandeiros, espíritas, feiticeiros, benzedores, sangradores, cartomantes foram transfigurados em nefastos ofícios que exploravam a credence pública, usualmente chamados de forma generalista de charlatães. Sampaio<sup>96</sup> analisa essa desclassificação das terapêuticas populares, estabelecendo a correlação entre ela o discurso médico no período imperial, onde os médicos

---

<sup>95</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p. 77.

<sup>96</sup> SAMPAIO. *Nas Trincheiras da Cura*. op. cit.

(..) viam a necessidade de agir, protestar, exigir providências das autoridades, usando as armas que tivessem para não naufragar nesse mar de medicinas – e conseguir estabelecer sua prática como hegemônica. Por isso, foi necessário criar essa abrangente categoria, o charlatão, denominação que englobava as mais diferentes atividades. Em oposição a essa figura hostil, ia sendo construída a identidade do médico (...)<sup>97</sup>.

Já no Brasil imperial a perseguição a práticas de cura havia se iniciado, desautorizando antigas e tradicionais terapêuticas que já estavam bastante enraizadas nos hábitos da sociedade. Assim, com a criação das faculdades de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1832, e instauração da Junta de Higiene Pública, em 1850, algumas categorias foram sendo desautorizadas e tornadas ilegais, como curandeiros e sangradores, o que mostra a mudança de pensamento que ocorre durante o século XIX, onde muitas das artes de cura foram consideradas charlatanismo em contraposição à medicina acadêmica. As parteiras continuaram legais, mas perderam posição e espaço de atuação, pois os médicos passaram a exercer a atividade que antes cabia praticamente só a elas<sup>98</sup>. Houve também grande perseguição às práticas religiosas que curavam. Os terreiros de umbanda ou candomblé e os centros espíritas foram lançados a um obscuro e marginal espaço de atuação, o espaço da ilegalidade. O transparecer de seus rituais poderia ser motivo para multas e prisões<sup>99</sup>.

A homeopatia não passou despercebida em meio a essa busca de hegemonia da medicina frente a outras terapias. Sua chegada havia suscitado desde o início inúmeras controvérsias. Mas esta arte de cura vinha com um toque a mais: a argumentação de base científica, sempre reiterada pelos homeopatas, principalmente homeopatas positivistas, como apontado anteriormente. Não se tratava de uma terapêutica de caráter popular como outras, que por falta de fundamentação dita científica ganharam o inóspito status de práticas charlatões e enganadoras. A homeopatia atravessou o Atlântico e se instaurou no país de outra forma, através de um discurso científico passou a converter, em sua maioria, cidadãos de classe média letrada e mesmo médicos à sua arte. Assim, os homeopatas se tornaram um rol de praticantes que conseguiam enfrentar

<sup>97</sup> SAMPAIO. *Nas Trincheiras da Cura*. op. cit., p. 53.

<sup>98</sup> Ver mais sobre os terapeutas populares no Império em PIMENTA, Tânia Salgado. *O Exercício das Artes de Curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

<sup>99</sup> Sobre perseguições às práticas curativas de matriz religiosas, ver: SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa: um pai-de-santo na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009; REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

mais abertamente, e pelas mesmas vias que seus contendores, os médicos oficiais<sup>100</sup>, além disso, a homeopatia aproximava-se cada vez mais da população. Já de entrada no país se aproximou de um grupo com o qual a medicina oficial ainda não havia se ocupado em auxiliar com ênfase, os escravos. Estrategicamente, a homeopatia procurava aproximar-se das populações mais pobres, com a oferta de atendimento gratuito, e procurava interiorizar-se no país aproximando-se dos fazendeiros que buscavam assistência à saúde de seus escravos, oferecendo tratamento a esse grupo social, já na década de 40 do século XIX<sup>101</sup>.

A medicina nas primeiras décadas do século XX já possuía uma trajetória clara de embate com outras terapêuticas. Suas motivações – por hegemonia, espaço, clientela e pela sua formação e discurso científicos – a levaram a progressivamente aumentar seu poder de influência na administração pública e nos meios legais. Nas primeiras décadas do século XX, com uma medicina mais coesa e orientada para o monopólio da atividade curativa, o discurso anticharlatanismo fica mais forte e difundido pela sociedade, assim como o discurso valorativo da medicina também vai ganhando corpo e é assumido por parte da sociedade.

A homeopatia, no entanto, não era como o curandeirismo, este previsto como crime no código penal de 1890, em parte referente aos crimes contra a saúde pública, art. 158, que dizia claramente que constituía crime: ministrar, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro<sup>102</sup>. A homeopatia, neste mesmo código, já era entendida de forma diversa, prevista no art. 156 e legitimada quando o praticante tivesse habilitação, prevendo como crime: exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a

---

<sup>100</sup> Os conflitos entre médicos alopatas e homeopatas são analisados mais detidamente em: LUZ. *A Arte da Cura versus a Ciência das Doenças*. op. cit.; FARIA, Fernando Antonio. *Querelas Brasileiras: homeopatia e política imperial*. Rio de Janeiro: Notrya, 1994; SILVEIRA. *Utopia e Cura*. op. cit.

<sup>101</sup> PÔRTO, Ângela. *A assistência Médica aos escravos no Rio de Janeiro: o tratamento homeopático*. Papéis avulsos, 1988.

<sup>102</sup> Código Penal de 1890, disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.



arte dentaria ou a farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos<sup>103</sup>.

A interpretação sobre a habilitação necessária para exercer a homeopatia feita pela Diretoria de Saúde Pública da Bahia e pelo *Jornal Moderno* era de que era preciso ter titulação acadêmica em medicina, portanto, assumiam que, se Soares da Cunha não possuía diploma médico, não deveria praticar a arte de curar hahnemanniana. E se ele o fazia, era, portanto, igualmente charlatão assim como outros tantos terapeutas não médicos. E estes eram muitos. O *Jornal Moderno* deixava bem claro que a quantidade de pessoas que atuavam no universo curativo sem possuir licença para isso era enorme. E também deixa claro que os órgãos que deveriam controlar e investir contra essas práticas não davam conta delas ou agiam com permissividade, como mostra um diálogo reproduzido no jornal entre um repórter e um médico:

(...) Mas julga o senhor que somente esse charlatão abusa da simplicidade popular em nosso meio urbano? Outros e outros ignorantes e inabilitados como ele praticam a mesma fraude. O serviço de verificação de óbitos, diretamente observado, mostraria quão espalhada se acha a velhacaria funesta dos intrujões inimigos da saúde pública (...) <sup>104</sup>.

Assim, o *Jornal Moderno* deixava transparecer como era o quadro curativo da Bahia, permeado por inúmeros terapeutas populares, longe da hegemonia desejada pela medicina e longe dos critérios de saneamento propugnados e sonhados pelas elites médicas e intelectuais. A figura a seguir é bem emblemática dos questionamentos efetuados pelo jornal acerca das práticas de curativas e a forma como estas eram fiscalizadas. Na foto há a presença de dois negros de pés descalços, com a legenda: “estes são chefes de candomblé, exercitam o ofício de curandeiros. Porque às vezes os perseguem, deixando livres os burlões mais ousados e ignóbeis?”<sup>105</sup> (grifo meu)

<sup>103</sup> Código Penal de 1890, disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

<sup>104</sup> *Jornal Moderno*, 23 de maio de 1917.

<sup>105</sup> *Jornal moderno*, 30 de maio de 1917

Fotografia de curandeiros.



Retirado do Jornal Moderno, 30 de maio de 1917.

A foto e sua respectiva legenda são pistas importantes de que havia perseguição às práticas curativas não oficiais, apesar do jornal interpretar que estas ocorriam de forma intermitente e sem esforço sistematizado. O trecho de outro artigo do mesmo jornal ratifica essa questão, afirmando que:

De vez em quando prendemos e processamos um receitador de drogas e raízes aí pelos subúrbios, quando o clamor dos prejudicados chega até os nossos ouvidos. Mas como não sistematizamos este esforço, como não perseveramos no combate à trama dos fraudulentos enganadores, estes se resguardam e acautelam, para continuar a infame exploração muita a seu salvo<sup>106</sup>. (Grifo meu).

Entretanto, a situação dos candomblés na Bahia, apesar do que afirmava o Jornal Moderno, não era de pouca perseguição. Pereira<sup>107</sup>, ao analisar habeas corpus impetrado por um advogado que defendia um quitandeiro e praticante de candomblé da Bahia, “em boa parte das situações os praticantes do candomblé eram obrigados a fugir, mudando

<sup>106</sup> Jornal moderno, 23 de maio de 1917.

<sup>107</sup> PEREIRA, Flavia Lago de Jesus. Entre a Constituição e o Código Penal: repressão aos candomblés na Bahia republicana. Anais do VI Encontro Estadual de História – Anpuh/BA, Bahia, 2012.

junto com os próprios terreiros para regiões mais afastadas dos principais centros urbanos onde pudessem vivenciar sua religião longe das batidas policiais”.

Constantemente, as publicações do *Jornal Moderno* clamam por punição exemplar ao homeopata, pois, seguindo a linha de pensamento do jornalista, ele deveria sofrer a mesma penalidade dada aos seus companheiros de crime, outros charlatães. E, principalmente, deveria ser impedido de continuar a medicar, pois, já teria prejudicado a saúde de muita gente. A situação, para o jornal, era contrastante, pois não haveria justiça se o homeopata saísse ileso, “enquanto processamos os pobres curandeiros dos subúrbios, muito menos nocivos que este ousado embusteiro de consultório assentado no centro da cidade”<sup>108</sup>.

O jornal promete uma lista de nomes dos supostos prejudicados, mas nunca a publica, cita apenas o caso do senhor pivô da denúncia e o caso de uma senhora que haveria morrido estando sob os cuidados de Soares da Cunha. O fato é que o *Moderno* não se refere a nenhuma acusação e investigação policial, o que não passaria despercebido caso houvesse.

Mas o que mais incomodava o *Jornal Moderno* e, com certeza, uma parcela da população, principalmente a elite higienista soteropolitana, era como Soares da Cunha se tornara uma chaga visível da situação da saúde pública do estado e da falta de hegemonia médica. Seu consultório localizava-se, como bem lembra o periódico em questão, no centro da cidade de Salvador, em meio aos maiores e mais importantes comércios da cidade, vizinho do porto – maior porta de entrada do estado – e incrustado no lugar onde as grandes reformas urbanas e sanitárias do governo estavam ocorrendo. Não era como os curandeiros, a quem o jornal se refere, que se encontravam no subúrbio de Salvador, ou seja, que estavam afastados da parte nobre da cidade e dos olhos dos moradores e frequentadores dessas mesmas áreas. Não, ele estava onde todos podiam vê-lo praticar a ciência de Hahnemann, estava a olhos vistos mostrando que a medicina acadêmica não estava tão enraizada na sociedade como gostariam os seus doutores.

O *Jornal Moderno*, por todos esses pontos levantados, nos remete a uma questão interessante: qual a visão que diversos grupos tinham da homeopatia exercida por

---

<sup>108</sup> *Jornal Moderno*, 18 de maio de 1917.

leigos? Soares da Cunha não era enxergado como um médico pelo jornal, pela Diretoria de Saúde Pública da Bahia e nem seria assim visto por todo o corpo de colegas homeopatas, pois, como já comentamos, havia homeopatas que não eram favoráveis à prática desta arte de curar por não diplomados em medicina. E de fato temos um indício sobre isso, ao constatar que na listagem de participantes do 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia, ocorrido no Rio de Janeiro em 1926 e organizado pelo dr. Galhardo, sob patrocínio do Instituto Hahnemanniano do Brasil, Soares da Cunha está identificado como “proprietário de farmácia”<sup>109</sup>, enquanto seus quatro filhos que o acompanharam ao congresso, que também eram donos da farmácia homeopática da família, estão identificados como médicos e farmacêuticos, as suas diplomações acadêmicas. É bastante curioso notar esse fato dentro de um congresso onde a mesa que dirigiu os trabalhos teve como presidente exatamente o defensor da presença de leigos dentro do IHB, o médico homeopata Dias da Cruz.

Apesar de ser apenas um indício, essa forma de identificação do homeopata baiano pelo IHB pode ser mais problematizada quando posta em convergência com o relato de Soares da Cunha sobre as cartas trocadas entre ele e o dr. Galhardo em 1934, que são transcritas em seu livro. Soares da Cunha havia decidido enviar um trabalho sobre uma das leis contidas no Organon<sup>110</sup> para apreciação do IHB – o trabalho era resultado de uma crítica que o homeopata baiano havia feito ao trabalho de um colega –, no entanto, ele assina o trabalho com o pseudônimo de dr. Valbonne ao invés de utilizar seu próprio nome. A partir desse primeiro envio, ele e Galhardo comunicam-se algumas vezes, sempre com palavras de admiração e lisonja, até mesmo com envio de materiais relacionados à homeopatia no Rio de Janeiro. Mas Galhardo mostrou-se desconfiado e curioso para saber a verdadeira identidade de Soares da Cunha e por fim, as cartas cessam bruscamente, de acordo com o relato do baiano, que escreve:

Se eu fosse o dr. Valbonne? Que cientista!!  
 Resumo: nada sou porque não sou doutor.  
 O dr. Galhardo não acusou a minha ultima carta; silenciou ao descobrir que o dr. Valbonne era simplesmente Alfredo Soares da Cunha<sup>111</sup>.

<sup>109</sup> Livro do 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia, p. 3.

<sup>110</sup> O Organon da Arte de Curar é de autoria de Samuel Hahnemann e é o livro base da teoria homeopática, escrito em 1810 em Dresden.

<sup>111</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p. 502.

O relacionamento e reconhecimento deste como médico pelos próprios colegas de profissão não parece ser dos melhores, portanto. Ele deve mais uma vez esse tipo de tratamento à falta de diplomação médica, problema que o assombrou do início ao fim da carreira. No momento em que essas cartas são trocadas, Soares da Cunha já possuía mais de 20 anos de experiência com a homeopatia, o que não parece ter sido visto como requisito suficiente para que pudesse discutir postulações científicas com um grande nome da ciência hahnemanniana do Rio de Janeiro. Não conhecemos a versão de Galhardo sobre este contato entre os dois e seu abrupto fim, mas não podemos excluir a possibilidade de que o homeopata da capital tivesse se sentido enganado por Soares da Cunha ter se utilizado de um título (ao se referir como “doutor”) e um nome que não possuía.

Mesmo sem ser reconhecido como médico por alguns setores da sociedade, Soares da Cunha não poderia ser aproximado tão drasticamente dos curandeiros, como o *Jornal Moderno* apontava. O lugar que ele ocupava na sociedade não permitia que assim se pensasse. Afinal, tratava-se de um senhor branco, letrado o bastante para aprender os ensinamentos da homeopatia em seu gabinete, para debater publicamente em jornais e para ministrar conferências, era antigo comerciante de tecidos com posses e possuía consultório em local comercial valorizado da cidade. Além disso, como abordaremos no próximo capítulo, ele possuiu uma rede de relacionamentos com pessoas que possuíam privilegiadas posições sociais. Este conjunto de características nos permite visualizar um distanciamento deste homeopata tanto dos médicos quanto dos curandeiros.

### **A arte da cura desenvolvida por Alfredo Soares da Cunha.**

A investida da Diretoria e o subsequente embate entre seu diretor e o homeopata, noticiados pela imprensa local não poderiam passar despercebidamente pela população, o que deve ter contribuído para que o nome de Soares da Cunha se tornasse conhecido pela cidade. De acordo com o homeopata, o número de pacientes que se submetia ao seu tratamento aumentava cada vez mais e tudo isso era devido à notoriedade dada ao caso,

afirmando, assim, que “clínica, nome, saber e propaganda devo ao meu benfeitor indireto; e essa própria obra, se não é filha do Dr. Pinto de Carvalho, é pelo menos... neta”<sup>112</sup>.

O jornal *A Tarde* nota a força da notoriedade que foi dada a Soares da Cunha pela Diretoria de Saúde Pública e publica:

Parece que vai em caminho da glória ou pelo menos da fortuna o sr. Alfredo Soares, médico homeopata por uma Universidade, gerada pela Lei Orgânica.

E o Sr. Pinto de Carvalho há de concordar que foi ele quem fez o reclame do Sr. Alfredo.

O rapaz ia fazendo a sua clínica, a meia jota, entre íntimos, sem estardalhaço.

Entrementes, vem a primeira multa. O homem bradou e em letra de forma, referiu-se a tratados de sumidades na matéria, citou curas e, como o seu sistema de medicar, além de simples é barato, fez clientela<sup>113</sup>.

O “sistema de medicar” a que o jornal se refere também se vê afetado pela notoriedade dada a Soares da Cunha. Não se tratava de um confronto entre dois homens que se odiavam por motivos pessoais. Era o embate entre duas formas de cura que se opunham: a alopatia e a homeopatia. Assim como era um conflito entre um paradigma científico que desejava ser hegemônico e outro paradigma que ameaçava o poderio do primeiro. Pinto de Carvalho e Soares da Cunha são protagonistas desta querela e representantes de duas esferas que – mesmo não sendo homogêneas por dentro, com suas próprias disputas internas – já haviam se estabelecido, desde o início, como oponentes que se encontravam vez por outra nas arenas de batalha e disputavam o mesmo território: o campo de atuação na saúde.

E a homeopatia, arte de curar que volta a ter notoriedade neste momento, é fortalecida junto com este homem. Seu nome também é levantado junto com o dele, por também, como o jornal evidencia, mostrar-se como um sistema simples e barato, atraindo clientela .

O tratamento homeopático ganhava muitos adeptos de todos os estratos sociais. E diversas são as justificativas para isso. De um lado, era uma forma de cura de veios científicos, o que aproximava os mais céticos. De outro, era uma arte de curar que

<sup>112</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p. 77.

<sup>113</sup> Jornal *A Tarde*, 21 de dezembro de 1913.

integrava em si concepções de saúde e doença que tinham muito a ver com as concepções mais antigas e tradicionais da população, pois seu princípio da força vital que anima os corpos e que quando desestabilizada gera doenças, aproximava uma população que mantinha suas crenças na origem da doença como um fenômeno extra físico. Por isso também, houve uma vinculação entre homeopatia e religiões, primeiramente aproximando-se do catolicismo e depois do espiritismo<sup>114</sup>.

A forma com que os homeopatas tratavam seus pacientes poderia ser um diferencial, pois a homeopatia tem como pressuposto ser uma medicina do sujeito, em que o paciente é visto e atendido como “um sujeito envolvido no processo histórico, mas também construído por uma história peculiar, com suas vicissitudes e idiossincrasias, que modulam suas respostas ao meio em que vive”<sup>115</sup>. Assim, a subjetividade individual e a biografia do sujeito contam no diagnóstico e tratamento. Esse tipo de conceituação do paciente e da doença que o acomete, vistos como específicos, tornam o cuidado do doente até mesmo mais íntimo, o que agradava muita gente, como no exemplo de um agradecimento publicado em jornal à Soares da Cunha, onde o paciente afirma ter

(...) vindo hoje, pelas colunas deste conceituado órgão da imprensa (...) agradecer o modo carinhoso e dedicado e sem viso de interesse monetário algum, que para comigo teve o illm. Sr. Alfredo Soares da Cunha, zeloso apóstolo da medicina do imortal Hahnemann, quando fui vítima de um terrível e perigoso panarício (...) que, graças à sua reconhecida competência, livrou-me, em poucos dias, do terrível mal, sem ser necessária a intervenção cirúrgica<sup>116</sup>.

Esta individualização da homeopatia é a perspectiva de cada doente é um ser único e integral, uma unidade que não pode ser dividida em membros e órgãos e entre físico e psíquico<sup>117</sup>. Assim, o atendimento ao paciente, o diagnóstico e tratamento estão diretamente vinculados a essa concepção.

Não parece ser à toa a publicação de um agradecimento a Soares da Cunha logo após notícia publicada pelo *Jornal Moderno*, quase que como uma resposta a ela, para rebater as acusações de que o homeopata era um tipo de receitador de remédios e que o

<sup>114</sup> MÍKOLA. *Uma 'Medicina Espiritual'?* op. cit.

<sup>115</sup> ROSEMBAUM, Paulo. *Homeopatia: medicina interativa, história lógica da arte de cuidar*. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 125.

<sup>116</sup> Jornal de Notícias, 5 de setembro de 1914.

<sup>117</sup> SIGOLO. *Nilo Cairo e o debate homeopático*. op. cit., 45.

fazia de forma imperita e indiscriminada. O agradecimento, que vinha de alguém com nome, sobrenome e função expostos, dizia justamente o contrário e colocava Soares da Cunha em alta consideração. O autor da publicação descrevia o mal que o havia cometido, a gravidade deste e como o método homeopático utilizado foi eficaz. Além disso, exaltava o cuidado e zelo com que foi tratado.

A Bahia não viveu, como analisado no primeiro capítulo, um desenvolvimento organizado e progressivo da homeopatia ao longo dos anos. Foi um movimento dotado de intermitência e não linear, sem um grupo que assumisse, desde sua entrada no estado – quando este ainda era província imperial – até nosso recorte histórico, a organização e a busca por legitimidade desta arte de curar na Bahia, como o que ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo, interfaces comparativas para compreender o desenvolvimento da ciência hahnemanniana. Assim sendo, é possível vislumbrar a força que o caso de Soares da Cunha teve para não só alçar este personagem como grande homeopata na Bahia, mas para alçar a medicina homeopática no estado.

A percepção de Soares da Cunha sobre toda a contenda em volta de sua prática curativa era de que esta não era pessoal. Tratava-se de uma perseguição por espaço, por competição, exposto pelo homeopata ao afirmar que o inspetor estaria “mandando ridicularizar-me por ter notado em mim um forte competidor da sua profissão”. Em suas próprias palavras, ele não era um competidor do inspetor, mas era sim um competidor da profissão do inspetor, médico de formação acadêmica. Como praticante da homeopatia e, nesse momento, como o mais visível desse campo na Bahia, é possível perceber que a competição profissional a que Soares da Cunha se refere é, também, uma competição entre paradigmas científicos de concepções distintas.

O homeopata afirma que o maior motivo para o embate que ele vinha enfrentando era o desconhecimento da homeopatia, por falta de investigação e descrença que os médicos tinham, principalmente, sobre a eficácia do tratamento. Assim, ele fala:

Os médicos alopatas, desconhecedores da homeopatia, fecham os olhos e dizem obstinadamente: ‘não creio, é água pura!’. Não



investigam, não examinam, não experimentam, contentando-se apenas em dizer: 'não presta'<sup>118</sup>.

Não experimentavam e automaticamente negavam a eficácia da homeopatia porque não lhes era plausível esse tipo de terapêutica. A medicina acadêmica já empregava sua cruzada para tornar-se a maior representante e norteadora da modernidade brasileira. Não sem suas próprias controvérsias internas, evidenciadas num longo processo que, no fim do século XIX, permitiu que as elites médicas consolidassem a sua profissão e estabelecessem, a partir disso, unicidade estratégica, maior prestígio e intervenção nas políticas de saúde<sup>119</sup>.

A medicina, apresentando-se agora de forma mais uniforme, procurava deter mais eficazmente outras formas de cura, que eram vistas de forma ameaçadora. Luz<sup>120</sup> afirma que o combate acontece através:

da aplicação de leis, de pareceres acadêmicos, de procedimentos de exclusão institucional, de contestação judiciária ou de repressão policial (...). É também por este motivo que, desde o período de implantação da homeopatia no Brasil, a corporação médica silenciou sobre os desafios dos homeopatas, seus pedidos de confrontação clínica e suas solicitações para implantação de enfermarias nos hospitais ou demais serviços públicos de saúde (...).

Assim, era pouco provável que a medicina acadêmica nesse momento abrisse guarda para a homeopatia, como desejava Soares da Cunha. O homeopata já havia repetidamente solicitado que o Diretor da Saúde Pública baiana buscasse conhecer sua perícia e já havia anteriormente – e novamente nessa publicação do *Correio da Manhã* – pedido para que o diretor escolhesse uma forma em que pudesse comprovar suas habilidades como médico homeopata. Soares da Cunha havia dado as seguintes opções de provar publicamente sua competência: apresentar qualquer dos doentes desenganados pela medicina oficial e que por ele haviam sido curados; aceitar qualquer doente que o diretor escolhesse, para que ele diagnosticasse e medicasse, explicando quais as ações que os remédios homeopáticos teriam no organismo da pessoa; tomar sob sua responsabilidade alguns doentes desenganados que estivessem no hospital e que ele

---

<sup>118</sup> *Correio da Manhã*, 10 de setembro de 1914.

<sup>119</sup> SAMPAIO. *Nas Trincheiras da Cura*. op. cit.

<sup>120</sup> LUZ. *A Arte de Curar versus a Ciência das Doenças*. op. cit., p. 30.

considerasse capaz de tratar e de fato curá-los<sup>121</sup>. Mas assim como Luz apontou nos seus estudos, a medicina acadêmica silenciou diante dos desafios de Soares da Cunha.

Outra questão também interessante que se encontra na explanação de Soares da Cunha é sobre a procedência da sua clientela. Ele afirma ter como pacientes pessoas das classes mais cultas e abastadas de Salvador,

Composta de bacharéis altamente colocados na administração pública; sacerdotes de capacidade e inteligência comprovadas; negociantes de alto e fino trato; empregados públicos e do comércio<sup>122</sup>.

Mostrar que seus pacientes eram pessoas bem vistas e que ocupavam funções importantes, constituía uma forma bem clara de evidenciar competência e adquirir certa proteção através do prestígio social de que seus pacientes gozavam. Se essas pessoas, “de capacidade e inteligência comprovadas”, optavam por seu tratamento, de certa forma ele provava não ser, como ele mesmo diz, “um nulo”. Na sociedade brasileira, estabelecer contatos e conexões com as elites sempre havia sido uma forma de manter-se seguro. Aprofundaremos melhor essa e outras estratégias utilizadas pelo homeopata para continuar sua prática curativa no terceiro capítulo.

Certo é que a homeopatia, desde sua entrada no Brasil, havia se inserido nos mais vastos meios sociais. Nos primeiros momentos de desenvolvimento desta arte de curar no país os tratamentos eram direcionados às camadas mais desprivilegiadas da sociedade, como Porto<sup>123</sup> mostra em seu texto, buscando diminuir os sofrimentos dos que eram relegados a uma situação de esquecimento e marginalização social. Esse direcionamento de formação utópica do início da homeopatia teve reflexos ao longo de sua história, pois permitiu sua inserção nessa parte da sociedade.

As epidemias que, vez por outra, assolavam o território brasileiro, sempre trouxeram à população o pânico de contrair as doenças que se alastravam sem fronteiras sociais ou econômicas. A homeopatia, em vários estados, ganhou visibilidade com as epidemias, como nas de cólera de 1855 e 1856 no Rio de Janeiro e Belém, pois os homeopatas ofereciam formas de tratamento gratuitos, que se aproximavam das

---

<sup>121</sup> Essas opções haviam sido descritas detalhadamente meses antes, no jornal *A Tarde* de 12 de dezembro de 1913.

<sup>122</sup> *Correio da Manhã*, 10 de setembro de 1914.

<sup>123</sup> PÔRTO. *Assistência médica aos escravos*. op. cit.

concepções de doença e de cura populares, ao considerar elementos não físicos em seu diagnóstico e terapêutica, tornando-se uma escolha viável para os doentes<sup>124</sup>.

Na Bahia não foi diferente e os Soares da Cunha passaram a desenvolver remédios homeopáticos que, de acordo com Alfredo Soares da Cunha e seu filho, Muryllo, se mostraram extremamente eficazes contra a epidemia de gripe espanhola, em 1918, de varíola em 1919<sup>125</sup> e contra a epidemia de tifo<sup>126</sup>, em 1925 e 1926. Vários laboratórios e anunciantes de produtos em todo o Brasil tiveram picos de vendas nas épocas de epidemias, com a venda de remédios que prometiam a cura<sup>127</sup>. Enquanto alguns aproveitaram os momentos de epidemia para vender o máximo possível, os Soares da Cunha aproveitaram esses momentos de outra forma. Transformaram uma parte do laboratório em dispensário e nele trataram e deram remédios de graça aos que desejassem se submeter a sua forma de curar, aumentando o seu raio de ação e o da homeopatia em Salvador. Poderia haver, sim, uma ideia solidária nessas ações, mas também não podemos deixar de esquecer o lado prático delas, afinal, atender gratuitamente a população de menos recursos sempre foi uma estratégia de legitimação e de popularização da homeopatia<sup>128</sup>. Mantendo as tradições homeopáticas para além dos momentos de epidemia, Alfredo Soares da Cunha e seus filhos continuaram a atender gratuitamente aos pobres todas as terças e sextas e, ainda hoje, o grupo<sup>129</sup> mantém essa política.

O direcionamento inicial a escravos e pessoas carentes, no entanto, não impediu que a homeopatia se lançasse em outras esferas sociais, aumentando o número de consultórios homeopáticos particulares, que eram sustentados pelo pagamento de pessoas das classes média e alta, que passaram a também optar por esse tipo de tratamento. Mesmo com os constantes debates e embates com a medicina acadêmica, a arte de curar hahnemanniana ganha adeptos de todas as procedências econômicas e

---

<sup>124</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. "Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera de 1855" in NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul. *Uma História Brasileira das Doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

<sup>125</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p. 408.

<sup>126</sup> CUNHA, Muryllo Soares da. "Tratamento Homeopático do tifo na Bahia, durante a epidemia de 1925 e 1926", in *Livro do 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia*, Instituto Hahnemanniano do Brasil, Rio de Janeiro, 1928.

<sup>127</sup> BERTUCCI. *No Delírio da Febre*. op. cit.

<sup>128</sup> LUZ. *A Arte de Curar versus a Ciência das Doenças*. op. cit.

<sup>129</sup> Hoje o grupo é denominado de Farmácia e Laboratório Homeopático Irmãos Soares da Cunha.

sociais. De acordo com Silveira<sup>130</sup> essa é a característica de uma ciência que havia privilegiado uma aliança com a população. De acordo com a autora, essa aliança é devida a uma escolha de campo de atuação, tendo como alvo de tratamento as populações desfavorecidas, e ao posicionamento da carte de curar frente à religião, “fazendo da fé em Deus um atributo indispensável para os homeopatas brasileiros. Isto aparece em vários momentos, como, por exemplo, no Juramento feito pela primeira turma de formandos (02/07/1847) da Escola Homeopática”<sup>131</sup>.

Além de conseguir muitos adeptos através das estratégias apontadas, a homeopatia conquistava também pelo apelo de ser uma ciência que incorporava “práticas da medicina afro-brasileiras e da fitoterapia indígena”<sup>132</sup>, ou seja, conseguia ser uma arte de curar que se aproximava do que já era conhecido e praticado há gerações pela população. A homeopatia buscava novos remédios dentro da flora brasileira<sup>133</sup>, e mostrava interesse nos cultivos e usos que a população local dava a ela, o que pode ser facilmente visto na revista *Anaes do IHB*, onde descreviam-se botanicamente e de forma medicinal essas plantas, como no caso da carnaúba, que é detalhada mais de uma vez na revista, com seus efeitos sobre o gado que se alimenta dela ou como no caso de notícia sobre livro chamado *Notas sobre Plantas Brasileiras*, um catálogo com mais de trezentas plantas descritas, com suas respectivas doses homeopáticas usadas, a preparação dos medicamentos feitos com elas e o emprego clínico. Essa preocupação também se evidencia na matéria farmacêutica escrita por Soares Dias, homeopata do IHB e redator da revista no momento, onde é evidenciada a necessidade de que a produção dos remédios homeopáticos saísse da empiria para tornar-se de fato uma produção científica, dizendo que “se isso acontecer teremos, quem sabe, dentro em breve uma conscienciosa patogenesia das plantas que superabundam na flora medicinal brasileira”<sup>134</sup>.

Esta característica homeopática é perceptível também na família Soares da Cunha, com a instalação de seu laboratório e farmácia em 1918, saindo do atendimento

<sup>130</sup> SILVEIRA. *Utopia e Cura*. op. cit.

<sup>131</sup> SILVEIRA. *Utopia e Cura*. op. cit., p. 46.

<sup>132</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida Privada e Ordem Privada no Império” in NOVAIS, Fernando A (dir). *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 44.

<sup>133</sup> Salientamos que não se trata de um comparativo entre homeopatia e alopatia, pois a alopatia também buscou elementos naturais para uso de remédios em sua ciência.

<sup>134</sup> *Anaes da Medicina Homeopática*, ano XX, nº 11, novembro de 1921.

apenas feito em consultório. A família procurou produzir e registrar remédios próprios, como a tintura mater chamada Souci e a pomada de Mandragore e Narciso, filho de Alfredo, mostrara-se atento a questões relacionadas à flora brasileira. Sua formação primeira em farmácia parece ter lhe orientado para esse caminho, pois escreveu até mesmo livros com descrição de ervas baianas, intitulado *De Von Martius aos Ervanários da Bahia*, com a descrição botânica de diversas plantas encontradas na Bahia. Podemos imaginar que a utilização de compostos encontrados nas tradições populares de cura da Bahia pode ter tido um papel ainda mais importante para o sucesso da família Soares da Cunha nesse estado, afinal, trata-se de uma sociedade composta por grupos de costumes e tradições étnicas variadas e de forte presença de uma cultura popular de concepção mágico-religiosa curativa, com intenso uso de plantas.

Essa aproximação com crenças e tradições da população, sejam elas crenças médicas ou de cunho religioso, foi um dos motivos pelo qual a homeopatia se tornou uma ciência que sofreu maior resistência da medicina oficial do que da sociedade. Como dito anteriormente por Mikola, a homeopatia aproximou-se na sua chegada do catolicismo e depois do espiritismo, passando a ser amplamente praticada dentro dos seus centros religiosos. Muitos homeopatas se declaravam abertamente espíritas, como o próprio Alfredo Soares da Cunha o fez em seu livro, afirmando ser um espírita conhecedor de suas leis. Galhardo afirma, em conferência de 1933 publicadas na revista da Liga Homeopática Brasileira, que o povo julga os homeopatas como espíritas de antemão e tenta identificar as causas disso para além da aproximação feita de início pelos próprios homeopatas antecessores, afirmando que:

O povo julga serem espíritas os homeopatas, porque a homeopatia é realmente um conhecimento positivo, resolvendo com absoluta segurança os problemas subordinados à sua finalidade, isto é, a escolha do remédio e o prognóstico do caso.

É a previsão da homeopatia que torna espírita o homeopata no conceito popular.

Não há ciência sem previsão, como não há arte sem ação: a homeopatia é ciência e o homeopata é artista<sup>135</sup>.

Assim, Galhardo afirma que esta aproximação se deve ao fato de a homeopatia conseguir ir diretamente ao ponto, ao foco da doença, dando-lhe um prognóstico eficaz, o que confundiria as pessoas comuns, que fariam assim uma identificação entre o

---

<sup>135</sup>Revista da Liga Homeopática Brasileira, março de 1933, p. 268.

homeopata e o espírita. Dessa forma, num mesmo discurso, Galhardo afirma a positividade e cientificidade da homeopatia, apesar das aproximações religiosas feitas.

Sigolo<sup>136</sup> afirma que o discurso religioso utilizado no momento de introdução da homeopatia no país foi deixado de lado no século XX. A preocupação maior neste momento era de ser entendida e efetivada no âmbito da medicina e não na “crendice popular”. Para isto, apoiara-se na teoria positivista, que lhe oferecia aparato teórico e sustento para o seu discurso científico, longe da interpretação religiosa.

E mesmo sendo espírita declarado, Soares da Cunha também manteve-se fiel à aspiração científica da homeopatia e tentou efetuar essa separação entre religião e ciência que Galhardo e Nilo Cairo apontaram. Assim, criticou o seu maior opositor, o médico alopata e diretor de saúde pública da Bahia, Pinto de Carvalho, quando este se aproximou de um guru indiano para a cura de sua esposa doente. Afirmou:

O homem da ciência deve tudo explicar.

(...) Que o povo na sua superstição, julgue um homem com o poder extraordinário de curar todas as moléstias, com um simples olhar ou um “passe” fluídico – admite-se; mas que um cientista também isto acredite... não se pode e nem se deve tolerar.

Aos homens inteligentes deu-lhes deus as faculdades desenvolvidas, para servirem de “guia” aos “pobres de espírito”, mas se esse homem se deixa arrastar pela crendice popular, esse homem inteligente passa a ser um criminoso<sup>137</sup>.

A homeopatia, portanto, em busca do reconhecimento de sua cientificidade, passou a estabelecer essa desvinculação. E Soares da Cunha refletiu diretamente essa atitude, empregando crítica audaz contra um grande representante da medicina oficial da Bahia, portanto um representante da medicina que pretendia-se científica. E essa medicina alopática também empregava suas forças para combater essas mesmas crendices populares e superstições, assim como se esforçava para tornar-se reconhecidamente como única e verdadeira ciência, hegemônica em sua prática e sem concorrentes diretos.

Assim sendo, a partir do que foi tratado neste capítulo, é possível perceber que a trajetória de Alfredo Soares da Cunha consegue estabelecer as diretrizes sobre a ciência homeopática, sua prática e seus praticantes. É possível realçar essas linhas a partir da

---

<sup>136</sup> SIGOLO. *Nilo Cairo e o debate homeopático*. op. cit.

<sup>137</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p 344.

mudança de escalas efetuada, partindo do micro para o macro histórico como forma de compreender a história da saúde na Bahia de forma mais aprofundada, dando visibilidade a uma prática de cura até então pouco valorizada como objeto de pesquisa. No próximo capítulo continuaremos efetuando essa metodologia e trabalharemos os embates e enfrentamentos do homeopata baiano, analisando suas estratégias de resistência como praticante de uma arte de curar, o que termina por torna-lo célebre propagandista desta ciência na Bahia.

## Capítulo III

### Os embates de Alfredo Soares da Cunha e suas estratégias

A história da homeopatia nos seus primeiros dias entre nós, bem poderia se intitular: Martirologia dos Homeopatas Brasileiros<sup>138</sup>.

Nos capítulos anteriores pudemos entrar no mundo da homeopatia na Bahia, analisamos o processo de introdução desta arte de curar na então província baiana, identificando seus movimentos de expansão no século XIX, e analisamos a prática homeopática no século XX através do homeopata Alfredo Soares da Cunha. Nesse capítulo nossos esforços para compreender a trajetória deste homeopata estão focados em seus embates e estratégias utilizadas nos confrontos que permitiram que ele pudesse se tornar um profissional reconhecido no campo da saúde e que permitiram também que a própria ciência hahnemanniana ganhasse visibilidade junto com ele. Assim, nesse capítulo procuramos analisar a maior querela enfrentada pelo homeopata, na qual a sua prática curativa esteve ameaçada por embargos da Diretoria de Saúde Pública e dos tribunais. Também procuramos investigar como essa batalha mobilizou Soares da Cunha a acionar um conjunto de estratégias para manter-se como ativo praticante da homeopatia.

#### **Em confronto com a Diretoria de Saúde Pública.**

Em parte do prefácio do livro do homeopata baiano personagem central desta dissertação, parte esta escrita em 1930, há a descrição do sentimento tenso e tumultuado que parte das pessoas tem por ele. Assim ele escreve:

---

<sup>138</sup> Anaes de Medicina Homeopática, ano XX, n° 7 – 9, setembro de 1921.



O número de inimigos gratuitos que possuo é tal que me apavora. Há quem me odeie por ser homeopata; há quem me odeie através da luta titânica que travei com o dr. Pinto de Carvalho; por ter eu vencido na luta, pela minha ousadia, e há também quem me odeie sem nunca me ter lido, sem nunca me ter falado, sem nunca me ter visto, só pela fama que o meu nome tem<sup>139</sup>.

Parte da “culpa” por ter angariado tanto ódio é atribuída a seu embate com a Diretoria de Saúde Pública, representada por Pinto de Carvalho naquela época. A posição da Diretoria era balizada por um discurso médico-acadêmico que não aceitava facilmente as investidas de outros terapeutas em seu campo, além de ter suas ações baseadas pelo discurso da Higiene. A Bahia vinha, galgando avanços na administração da saúde pública, desde que Joaquim José Seabra havia assumido o governo do estado em 1912, e utilizava seu prestígio e sua experiência como ministro na capital do país para empreender esforços em reforma sanitária. As suas tentativas de reforma tinham como esteio a modernização empreendida no Rio de Janeiro e assumia para o estado a responsabilidade de inspecionar edifícios públicos e privados e de vacinação<sup>140</sup>.

A Bahia possuía uma Diretoria de Saúde Pública com médicos sanitaristas à frente, como o dr. Pinto de Carvalho, que era médico e professor da Faculdade Medicina da Bahia. O vínculo era grande entre a Diretoria, de pretensão reformadora desde 1912, e a medicina oficial. Mais do que isso, é possível perceber a Diretoria como um órgão governamental que atuava também em função da proteção dos interesses da medicina. E era interesse dos médicos afastar ou, de preferência, eliminar as práticas de cura alternativas à sua.

A Diretoria, portanto, órgão representante deste ideário, viu-se frente a um caso como o de Soares da Cunha, um homeopata – o que por si só já poderia constituir motivo suficiente para receber antipatia do órgão – não diplomado por qualquer faculdade de medicina e clinicando livremente na cidade. A solução encontrada para tentar barrar a prática do homeopata foi a sanção legal através de multa.

<sup>139</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., prefácio.

<sup>140</sup> CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. “Poder, Ideologias e Saúde no Brasil da Primeira República: ensaios de sociologia histórica” in HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

O jornal *A Tarde*<sup>141</sup> é o primeiro a dar notoriedade ao caso Soares da Cunha, com notícia sobre multa dada ao homeopata pela Diretoria de Saúde Pública, sob a alegação de que este exercia ilegalmente a medicina. Os jornais, nesse momento, apresentavam os fatos mais do que se posicionavam veementemente contra Alfredo Soares da Cunha. Até mesmo o *Jornal Moderno* publicou apenas uma pequena nota no ano de 1914, sobre a segunda multa dada a Soares da Cunha, um “falso médico” que “distribuía receitas”<sup>142</sup>, dando assim, pouca atenção ao caso do homeopata que, alguns anos mais tarde, iria ser alvo de muitos de seus artigos. Quanto ao *A Tarde*, o veículo informativo que mais noticiou o caso, pode-se perceber até mesmo uma pequena inclinação favorável a Alfredo Soares da Cunha.

A multa é recebida por Soares da Cunha de forma combativa. Não aceitou pagá-la e não aceitou a acusação contida nela. Mas não parou nisso; o homeopata procurou os jornais e fez a sua defesa pública, afirmando que não praticava ilegalmente a medicina. Escolheu jornais de grande circulação para denunciar o que ele considerava como uma injustiça sem bases, mostrando sua indignação com a atitude da Diretoria. É quando ele passa a escrever de forma regular a coluna no jornal *A Tarde* de título “Exerço a Medicina Legalmente”.

Logo em seu primeiro artigo constava a defesa veemente da sua liberdade profissional baseada na Constituição e na reforma do ensino, mas é possível analisar outros elementos também presentes. É interessante perceber a forma como o homeopata se referia à ciência que praticava, chamando-a de salvadora água e afirmando que havia três anos a praticava sem que qualquer incidente ocorresse, com nenhum paciente saindo prejudicado. Afirmava que demonstraria e provaria posteriormente como a homeopatia possuía um “poder extraordinário”<sup>143</sup>, pois já havia salvado através dela pacientes condenados à morte, desenganados pela alopatia e “erguidos do leito das dores, voltando a vida radicalmente curados”<sup>144</sup> com seu tratamento. Alfinetava assim a medicina oficial, assim como acusava especificamente o órgão estadual de controle da saúde de privilegiar uma classe em contraste com as normas do país, o que constituiria, de acordo com ele, uma infração à lei. Deste modo, o primeiro artigo já dava mostras do

---

<sup>141</sup> A Tarde, 28 de setembro de 1913.

<sup>142</sup> Jornal Moderno, 2 de setembro de 1914.

<sup>143</sup> Jornal A Tarde, 2 de dezembro de 1913.

<sup>144</sup> Ibidem.

caráter aguerrido que o embate entre Soares da Cunha e a Diretoria de Saúde Pública enveredaria.

Por diversos dias o jornal publica a coluna de Soares da Cunha sob o mesmo título, e a partir do segundo dia há também a publicação do habeas corpus impetrado por ele. Na primeira publicação com este conteúdo, o homeopata iniciou seu texto apregoando a necessidade de se justificar publicamente, afirmando mais uma vez que não exercia ilegalmente a medicina, mas que não tinha esperanças de vencer na justiça, pois o seu “adversário fechou em suas mãos a Bahia inteira, com a capa de Saúde Pública”<sup>145</sup>. É possível que aqui o homeopata se refira especificamente a Pinto de Carvalho, mas também é possível que ele não tenha citado o nome deste por querer de fato aludir que o seu inimigo que havia fechado a Bahia em suas mãos era muito mais que simplesmente o diretor, mas provavelmente o próprio órgão do governo, representante dos exclusivismos da medicina oficial e vestido “com a capa” dos preceitos higiênicos e da saúde pública.

Suas críticas à saúde pública continuavam, assim encontra-se no jornal o seguinte trecho:

Pobre público!! Quem se importa com a tua Saúde?! A febre amarela, a varíola, tifo-malária, a tuberculose, a disenteria grassam espantosamente nos vossos lares e bem sabeis qual o remédio que vos dão!!! Interdição para os vossos lares, danificação dos vossos móveis e... multa e cadeia aos que não se sujeitam.  
 Todavia para o vosso consolo, tendes as ruas imundas, os álveos cheios de arbustos, e os esgotos a derramarem matérias fecais em todo o litoral da nossa terra.  
 E viva à Saúde Pública!!<sup>146</sup>

Esse trecho emite críticas muito interessantes sobre a situação da saúde pública na Bahia e a conduta de seu órgão de controle. As doenças e epidemias são suscitadas, assim como a postura dos governos frente a elas, com controle e interferência sobre a população e punição a quem não se submetesse às suas decisões. No entanto, mesmo com toda essa preocupação de saneamento presente na Saúde Pública, Soares da Cunha alegorizava uma cidade pouco higienizada, levantando assim um quadro típico das cidades na primeira república.

---

<sup>145</sup> Jornal A Tarde, 3 de dezembro de 1913.

<sup>146</sup> Ibidem.

A Bahia se encontrava em uma situação de acanhado desenvolvimento da saúde, pois as ações nessa área eram direcionadas basicamente a Salvador. O interior, até a década de 20, ainda era mantido à parte das investidas efetuadas no litoral baiano e “o sistema de saúde permaneceu limitado basicamente à capital. A grande maioria dos municípios baianos não dispunha de serviços de higiene pública, e os poucos que os tinham contavam apenas com uma organização rudimentar”<sup>147</sup>.

A situação do interior não era boa, mas a da capital também estava muito longe dos vislumbres de progresso e modernidade que tinham como modelo a Europa, especialmente a França. Souza<sup>148</sup>, em seu estudo sobre a gripe espanhola na Bahia, afirma que, mesmo com as intervenções urbanas que ocorreram a partir de 1912, Salvador ainda era considerado um lugar insalubre pela opinião pública, que via a cidade como um local permeado de becos e cortiços, onde não havia preocupação mínima com a higiene nem nas casas e nem nas ruas e onde havia parco abastecimento de água e esgotamento sanitário. A autora evidencia uma cidade enferma, com taxas altas de mortalidade e morbidade, e cenário ideal para que doenças, como as assinaladas por Soares da Cunha, tomassem proporções quase endêmicas. A própria conformação da cidade é assinalada por ela como fonte de contribuição para a propagação de doenças como a febre amarela e a malária, pois “por toda a área urbana e periférica de Salvador abundavam córregos, charcos, valas, brejos, sem falar no Dique, em cujas margens mal drenadas e cobertas de vegetação pululavam uma fauna variada de insetos, dentre os quais os transmissores dessas doenças”<sup>149</sup>. A autora evidencia a precariedade enfrentada pelos órgãos sanitários no combate às doenças transmissíveis, – que preocupavam as elites por perceberem que estas também lhes atingia – com problemas de gestão financeira do município para promover obras, falta de recursos para indenizar proprietários de casas para que se pudesse interditá-las e demoli-las e também a problemática enfrentada com o confronto com os costumes da população, que acabava por não contribuir com os direcionamentos dados pela autoridades da saúde pública.

---

<sup>147</sup> CASTRO SANTOS. *Poder, Ideologias e Saúde*. op. cit., p. 278.

<sup>148</sup> SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A Gripe Espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Salvador: Edufba, 2009.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 52.

Leite<sup>150</sup> ao remontar o processo de modernização da Bahia também dissecou o quadro saneador de Salvador e chama atenção para um ponto semelhante ao discurso de Alfredo Soares da Cunha, que é a situação enfrentada pela população sobre a questão de moradia e interdição de suas casas pelo projeto modernizador da cidade. Havia grande carência de moradia, faltavam imóveis suficientes para abrigar a população, principalmente nos distritos centrais e mais populosos de Salvador. Esta situação tornava-se ainda mais complicada com as demolições e “bota-abaiços” que eram feitos sob a justificativa de que melhoramentos urbanos seriam realizados, como obras de saneamento, eletrificação, implantação de novos meios de transporte. E ainda havia as interdições de imóveis por más condições sanitárias, ocorridas em momentos de surtos epidêmicos como tentativa de frear o avanço da doença ou como consequência de uma política de saúde profilática. O autor evidencia o aumento do valor dos aluguéis e a tentativa de amenizar a situação dos inquilinos com uma subdivisão dos espaços alugados, alojando um grande número de pessoas em espaços partilhados. Como consequência, os prédios ficavam densamente povoados o que contribuía para o agravamento da situação da saúde pública.

O que escreveu Soares da Cunha no trecho destacado de fato dialoga com a situação da saúde na Bahia analisada pelos pesquisadores citados. A Diretoria, no entanto, não aceitou as críticas efetuadas e a divulgação do caso pelo ponto de vista do homeopata apenas. Assim, Pinto de Carvalho procurou o jornal *Gazeta do Povo* para divulgar seu expediente referente a 4 de dezembro de 1913. O diretor explicava a multa dada a Soares da Cunha e quais as bases legais que lhe outorgavam poder para ter processado o homeopata. O diretor acionava um conjunto legal poderoso, principalmente por estar de acordo com os preceitos de exclusividade e hegemonia médica e de modernização da nação.

A multa determinada pela Diretoria para Soares da Cunha vinha de um acervo normativo republicano novo que permitia, além da desautorização das práticas curativas não acadêmicas, agir contra os práticos ao processá-los como infratores de natureza penal. É possível perceber a tranquilidade que o Dr. Pinto de Carvalho demonstra no

---

<sup>150</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia Civiliza-se... ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana*. Salvador. 1912 - 1916. 161 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

jornal *Gazeta do Povo*, onde explicita os artigos com os quais se baseou para instaurar auto de infração e para multar o homeopata:

Vedes que agi no caso, como sempre procuro fazer, dentro da lei e de acordo com a razão; não havendo o mínimo constrangimento da liberdade do impetrante, se não o cumprimento exato do meu dever, como diretor geral da Saúde Pública, impedindo exercer a difícil profissão de médico quem para isto não tem competência legal nem capacidade provada<sup>151</sup>.

O diretor afirma publicamente, portanto, a validade de sua ação e a falta de legalidade da prática curativa efetuada por Soares da Cunha. Cabe aqui tentar entender um pouco melhor a legislação com a qual os dois se abrigaram para defender diferentes pontos de vista.

A Diretoria se apoiava no discurso de que Soares da Cunha praticava ilegalmente a medicina e dizia que, “na verdade, o sr. Alfredo Soares da Cunha exerce nessa capital a profissão de médico, dizendo-se homeopata; tendo sido encontrado em flagrante exercício da medicina”.

A prática ilegal da qual era acusado o homeopata era baseada principalmente no Código Penal de 1890, onde há a relação dos crimes contra a saúde pública e suas respectivas penas. Há, nesse código, a previsão de punição para quem praticasse a homeopatia sem estar habilitado. A lei, portanto, não coloca os homeopatas no mesmo rol de criminosos a que os curandeiros e espíritas foram relegados. Mas era preciso habilitação e qual seria essa se apenas em 1918 que o Instituto Hahnemanniano ganhou reconhecimento e monopólio do ensino e atividade homeopática<sup>152</sup>?

O código penal, sem especificar qual era a habilitação necessária para ser homeopata, deixava margem de dúvidas sobre quem poderia ser assim considerado. A Diretoria classifica Soares da Cunha como um pretense médico homeopata, ou seja, vinculando a prática homeopática à medicina. A habilitação necessária, nesse entendimento, para se tornar homeopata era a própria formação em um curso superior de medicina. Dr. Pinto de Carvalho recorre também à resolução estadual de 1895, nº 112, para afirmar que era preciso possuir título para exercer atividades de cura, assim como

---

<sup>151</sup> *Gazeta do Povo*, 10 de dezembro de 1913.

<sup>152</sup> PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser Médico no Brasil: o passado e o presente*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

era preciso que esse título fosse registrado junto a Diretoria Geral de Saúde Pública, o que não ocorria. Afirma assim, no expediente enviado ao juiz federal da Bahia:

Bastaria, pois, esse fato da falta de registro do título para justificar plenamente o ato desta diretoria, impedindo o sr. Alfredo Soares da Cunha de exercer a medicina entre nós.

Entretanto não é só.

O impetrante não possui título algum conferido por qualquer das faculdades de medicina da República, conforme se verifica da sua própria declaração, no pedido de habeas-corpus que vos dirigiu<sup>153</sup>.

Esse trecho deixa clara a intenção do diretor em designar Soares da Cunha como praticante ilegal da medicina. E também utiliza o argumento que mais poderia enfraquecer o homeopata: a falta de um título numa faculdade de medicina. Poderia, se não fosse o fato de que, mais uma vez, o sistema normativo estar permeado de brechas e de contradições em si.

Já o homeopata acionava, como analisado anteriormente, a lei Rivadávia de ensino e um artigo da Constituição, sendo o citado artigo até mesmo controverso, como é possível perceber no discurso de Pinto de Carvalho:

Restaria apenas ao impetrante apelar para a liberdade profissional sem peias e nem restrições, sem verificação de competência e nem exame de capacidade que supõem algum decorrer do citado par. 24 do art. 72 da Constituição Federal.

Quanto a esse assunto, porém, nada me compete vos dizer, porque, melhor do que, sabeis perfeitamente que, sobre ser absurdo e contrário ao senso comum, está essa falsa interpretação irremissivelmente condenada pela análise histórica do espírito da Constituição, como por luminosos pareceres de eminentes juristas e até por acórdãos do Supremo Tribunal Federa<sup>154</sup>.

Pinto de Carvalho também ironizava a instituição de ensino pela qual Soares da Cunha havia adquirido diploma, assim como vimos que o *Jornal Moderno* também fez, chamando o homeopata de doutor 60\$. O diretor afirmava que a Universidade Escolar Internacional do Rio de Janeiro era uma fábrica de diplomas, “uma simples casa de negócio, em que se vendem por baixo preço títulos de todas as profissões”<sup>155</sup>. Era o mesmo argumento em tom de denúncia utilizado pelo referido jornal, o que nos cabe

---

<sup>153</sup> Gazeta do Povo, 10 de dezembro de 1913.

<sup>154</sup> Ibidem.

<sup>155</sup> Ibidem.

questionar se o jornal não se valeu das informações da Diretoria de Saúde Pública para empregar campanha contra Alfredo Soares da Cunha. O homeopata questionaria mais tarde se as notícias vinculadas pelo *Jornal Moderno* não seriam angariadas através da Diretoria. O *Jornal Moderno* teria ganhado a oportunidade de noticiar sozinho a segunda multa recebida pelo homeopata, antes mesmo de esta ocorrer. Se assim de fato foi (e não achamos nenhuma outra notícia em outro jornal) podemos apenas imaginar quais os motivos que levaram a Diretoria de Saúde Pública a dar a informação só para este órgão, preterindo outros. Talvez os posicionamentos do jornal estivessem mais de acordo com a atuação da Diretoria ou, talvez a notícia tenha sido até mesmo publicada por encomenda. Essas questões, no entanto, são apenas conjecturas.

Continuando a sua defesa pública no *A Tarde*, Soares da Cunha levantava outras questões que iam para além da divulgação do seu habeas corpus. Havia a intenção de convencer a sociedade baiana que sua prática era legal e mais, havia a clara finalidade de demonstrar que sua prática curativa era mais eficiente que a alopática. Assim, dá ênfase e visibilidade à homeopatia com demonstração de casos de pacientes que haviam sido diagnosticados erroneamente por médicos e que não tinham conseguido alívio de seus males até que a sua interferência homeopática ocorresse. Soares da Cunha dava detalhes dos casos, omitindo, no entanto, os nomes dos pacientes e dos médicos envolvidos, justificando no primeiro caso publicado que iria “ocultar o nome da paciente e dos seus distintos médicos assistentes, (...) por isso ofender a quem não deseje”<sup>156</sup>. Assim, Soares da Cunha passa a empreender este esforço como forma de provar sua competência como médico homeopata, pois, de acordo com ele, “a medicina é a arte de curar; Para ser médico é necessário saber curar, sem o que deixará de ser médico para ser apenas um ‘Doutor’”<sup>157</sup>.

Nesta mesma coluna o homeopata propõe curiosa forma de comprovar sua habilidade para a Diretoria de Saúde Pública: curar o inspetor da Saúde Pública que o havia dado a multa pessoalmente por flagrante exercício ilegal da medicina, o doutor Mario Andreia dos Santos. De acordo com Soares da Cunha, ao observar o referido médico pôde perceber que este não se encontrava com a saúde em perfeito estado, afirmando:

---

<sup>156</sup> Jornal A Tarde, 6 de dezembro de 1913.

<sup>157</sup> Ibidem.



(...) me convenci que V. S está sofrendo e que torna-se necessário uma intervenção imediata, afim de que a moléstia não invada o vosso organismo e torne-se incurável. Nós, homeopatas, temos medicamentos apropriados ao caso; se V.S quiser fazer uso, éramos três a ser beneficiados: V. S porque ficava radicalmente curado; eu por poder provar a minha competência, e o Sr. Dr. Diretor da Saúde Pública, que vendo a cura, me deixaria clinicar livremente. Medicamentos e tratamento grátis e ainda o agradecimento do vosso admirador e criado, Alfredo Soares da Cunha<sup>158</sup>.

É possível notar certa ironia nessa passagem, principalmente ao fim, quando o próprio homeopata se designa como admirador e criado do médico inspetor, além de oferecer agradecimento caso este aceitasse ser tratado. No mínimo, o que Soares da Cunha desejava com esta oferta pública de cura era demonstrar a seus opositores que nada temia, que tinha convicção de suas habilidades e que poderia curar até mesmo um alopata imbuído de um ofício público de regulação das práticas curativas.

Não seria esta a única vez que o homeopata iria propor uma forma de comprovar publicamente sua capacidade de clinicar. Ao responder às acusações divulgadas pela Diretoria de Saúde Pública no dia 10 de dezembro pela *Gazeta do Povo*, Soares da Cunha rebate cada um dos argumentos utilizados por Pinto de Carvalho e por fim coloca que:

Quanto a minha competência legal, me é assegurada pelo §24, art. 72 da Constituição Federal; quanto a minha capacidade estou pronto a dá-la a S.S. como e quando queira.

Apresento três meios práticos de prova-la:

1 – A apresentação dos clientes por mim curados (alguns já desenganados), cujo número eleva-se a mais de 100.

2 – Aceitar qualquer doente que S. S. apresentar, afim de eu fazer o diagnóstico e dizer o medicamento a aplicar e porque o aplico, explicando qual a ação no organismo humano.

3 – Tomar sob a minha responsabilidade uns tantos doentes, que no Hospital estejam considerados desenganados, e após observações e diagnósticos dizer quais os que se podem curar, e cura-los apesar de estarem condenados.

Vê, pois, S. S. que não fujo a dar provas da minha capacidade, aguardando apenas a ordem de S. S <sup>159</sup>.

O homeopata, portanto, havia por mais de uma ocasião oferecido formas de provar que possuía conhecimento e capacidade curativa. Nenhuma resposta a essas propostas foi encontrada, mas muito provavelmente o diretor da Saúde Pública não

<sup>158</sup> Jornal A Tarde, 6 de dezembro de 1913.

<sup>159</sup> Jornal A Tarde, 12 de dezembro de 1913.

consideraria aceitar qualquer uma dessas ideias de Soares da Cunha, pelo simples fato de que ele não considerava a prática deste como algo legal, portanto, que não haveria nada a ser provado, mas sim punido. A concepção de Pinto de Carvalho, como já colocado, era de que a homeopatia só poderia ser praticada por doutores habilitados por institutos de medicina, como uma especialidade a ser seguida. Assim, para o diretor, se o homeopata se constituía em um leigo praticante da ciência de Hahnemann, estaria dessa forma praticando a cura de forma ilegal, não cabendo à Diretoria de Saúde Pública a permissão de que provas de competência ocorressem.

Soares da Cunha continua suas publicações, dando claras intenções de provocar Pinto de Carvalho. Publica um sonho que ele diz ter tido, no qual ele ia preso pela policia sanitária e era jogado numa cela sem higiene; de acordo com o homeopata, o sonho teria sido ocasionado por ter ele enviado uma petição à Diretoria de Saúde Pública para que ela retirasse a interdição de sua caixa d'água, que havia sido fechada por funcionários do órgão para que apenas eles mesmos pudessem efetuar a limpeza da caixa. O pedido tinha tom de denúncia, pois o homeopata dizia que o serviço público de limpeza não passava pela sua casa há quase quatro meses, assim afirmava a precariedade da situação que se encontrava a água da sua residência:

Como V. S. deve conhecer, a água que nos é fornecida, e a qual peço  
vênia a V. S. para faze-la em uma formula alopática é a seguinte:  
Água – 250 gramas  
Lama e materiais em decomposição – 750 gramas  
Para ser ministrada aos habitantes da cidade de São Salvador<sup>160</sup>. (grifo  
meu)

É possível perceber a ironia utilizada no discurso do homeopata, em que, para criticar o fornecimento e limpeza de água em Salvador, utiliza uma “fórmula alopática”. Soares da Cunha utiliza o fato de que o abastecimento de água na cidade era precário e insuficiente, com boa parte da distribuição vinda de fontes e aguadeiros que quando chegavam às casas eram armazenadas de forma imprópria<sup>161</sup>, para fazer críticas públicas à Diretoria, dizendo bem saber “que com a água e o alimento do povo não se pode fazer ‘fita’”<sup>162</sup>.

<sup>160</sup> A Tarde, 11 de dezembro de 1913.

<sup>161</sup> SOUZA. *A Gripe Espanhola na Bahia*. op. cit.

<sup>162</sup> Ibidem.

Depois de intenso confronto, o homeopata afirma em seu livro que a paz havia reinado entre ele e o dr. Pinto de Carvalho até setembro de 1914, quando Soares da Cunha recebe nova multa. Soares da Cunha continuava a medicar e a promover seu consultório, inclusive na parte dedicada aos anúncios populares do jornal *A Tarde*, com bom destaque à sua propaganda, que era relativamente grande em comparação com tantas outras, mas de um estilo simples, de acordo com o estilo característico dos anúncios de médicos, que normalmente só continham o nome, o endereço e a especialidade, sem necessitar de muitos floreios, “como se não precisasse convencer o leitor de sua competência”<sup>163</sup>. Até que o *Jornal Moderno* noticia uma multa que Pinto de Carvalho dá ao homeopata, mostrando clara simpatia com as investidas da Diretoria de Saúde Pública. Já na chamada do informe, com o título de “Um falso doutor”, a notícia afirmava que:

(..) o dr. Pinto de Carvalho requereu ao dr. Procurador dos Feitos da Saúde Pública contra o sr. Alfredo Soares da Cunha que, “sem competência nem doutoramento, exerce o sagrado officio de esculápio”.

Este *doutor* foi em flagrante delito apanhado no desempenho do officio que lhe custou tão barato (60\$000) distribuindo com magnanimidade receitas a torto e a direito<sup>164</sup>.

O tom irônico da notícia quando se refere ao homeopata é notório, o que deixa bem claro que a imprensa não tinha uma opinião homogênea sobre o caso, já que no *A Tarde* encontramos até mesmo inclinações favoráveis a Soares da Cunha, como ao denunciar a multa recebida como uma arbitrariedade feita pela Diretoria de Saúde Pública, mas com o *Jornal Moderno* a conversa já é outra. Para este órgão as ações da Diretoria de Saúde Pública estavam corretas e eram respaldadas pelas leis para impedir que o “falso doutor” continuasse a distribuir “receitas a torto e a direito”.

Três dias depois do noticiado pelo *Jornal Moderno*, Soares da Cunha recebe finalmente a multa, bem mais alta do que a primeira que havia recebido. A primeira multa tinha sido no valor de 100\$000, já a segunda constituiu-se em 1:000\$000 (um conto de réis). Oito dias depois, novamente ele é multado em mais 1:000\$000. Sobre o valor, o homeopata escreve no seu livro:

---

<sup>163</sup> PIMENTA. *O Exercício das Artes de Curar no Rio de Janeiro*. op. cit.

<sup>164</sup> *Jornal Moderno*, 2 de setembro de 1914

Dessa vez, porém, um entusiasmo enorme se apoderou de mim!!  
 Eu era finalmente alguma coisa!!!  
 Sim, franqueza, uma multa de 5\$000 avilta o multado, mas 1:000\$000  
 enobrece<sup>165</sup>.

De fato, a quantia ampliada e reincidida oito dias depois dava mostras de que o incômodo causado pela atuação de Soares da Cunha no meio curativo era cada vez maior. Era uma chaga visível de que a medicina acadêmica na Bahia não dava conta de seus intuitos monopolistas. E de que a Diretoria de Saúde Pública baiana não conseguia conter eficazmente as outras tantas medicinas alternativas à oficial e que o órgão era representante. Soares da Cunha era representante de uma, entre as várias artes de curar que existiam na Bahia e que se encontravam em momento concorrencial e de resistência às investidas de saneamento, que não apenas procuravam deixar o ambiente urbano mais limpo e saudável, como também empregavam suas forças para a repressão de costumes populares que de alguma forma contrariassem o ideal progressista.

Como de costume, o homeopata escolheu um órgão da imprensa para justificar-se perante “os que lhe conhecem, os seus clientes e o público”, O jornal que publicou sua defesa dessa vez foi o *Correio da Manhã*, cinco dias após o recebimento da multa. Algumas questões levantadas por Soares da Cunha neste artigo possuem interessantes pontos de relevância para nossa análise. Ao explicar a motivação da nova multa o homeopata afirma categoricamente:

(...) causa única é: não ter eu alisado os bancos da ciência.  
 Fosse eu um nulo (desculpem a imodéstia) e provasse pelas minhas calças que havia alisado muito os tais bancos, matasse embora a humanidade aos cardumes, passaria livre e desembaraçado de tais vexames<sup>166</sup>.

Mais uma vez Soares da Cunha atribuiu a dita perseguição que sofria ao fato de ser leigo e não ter frequentado as rodas acadêmicas de uma ciência específica, a ciência médica. Também é possível perceber novamente o caráter combativo do nosso personagem ao atribuir uma possível omissão da Diretoria em casos de morte de pacientes ocasionada por imperícia médica. Esse tipo de denúncia sobre a imperícia de médicos ocasionando a morte de pacientes era bastante comum desde o Império.

<sup>165</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p. 90.

<sup>166</sup> *Correio da Manhã*, 10 de setembro 1914.

Sampaio<sup>167</sup> mostra as diversas situações deste tipo, com médicos alopatas queixando-se uns contra os outros até mesmo em jornais. Esse tipo de acusação, aponta Sampaio, mostrava o outro lado da medicina científica, com falhas, erros e imprecisões.

O homeopata também instrumentalizava seu discurso de que não se tratava de “um nulo” com a afirmação de que possuía “um grande número de clientes” e a revelação de alguns de seus pacientes importantes. Citava o nome deles e os ofícios que atuavam, como forma de demonstrar que seu círculo de atendimentos adentrava nas elites soteropolitanas, sendo, portanto, clínico de importantes nomes desta sociedade. Faz referência ao procurador da república, Manoel Durval, ao padre Antônio Ferreira, a Alfredo Cordeiro de Castro, jornalista que havia publicado carta de agradecimento ao homeopata poucos dias antes e a Alfredo Maccagi (este último sem referência à sua ocupação). Soares da Cunha diz que poderia continuar a listar suas curas, mas que lhe faltava dinheiro para continuar a publicação no jornal e tempo para isso, mais uma vez dando mostras de que possuía grande número de pacientes e de provas de sua competência curativa.

Novamente, insistia que gostaria de dar provas públicas à Diretoria, relatava as opções anteriores que havia dado e relaciona mais uma possibilidade. Dessa vez sustentava a ideia de ser arguido “pelo mais competente médico alopata”, justificando que não apenas estudava os propugnadores da homeopatia, como também se dedicava a instruir-se através das obras de importantes médicos alopatas, “compulsando todos os dias as obras dos grandes mestres, estudando a mais de oito anos e sempre com mais afinco o modo de curar a humanidade, comparando as opiniões de alopatas e homeopatas”<sup>168</sup>. Essa possibilidade de arguição de acordo com o entendimento alopático da medicina e da cura era um fator novo no discurso de Soares da Cunha, o que não apenas poderia demonstrar sua segurança quanto ao que estudava e praticava, como poderia também servir como elemento propagandeador. Como já mencionamos, dificilmente a Diretoria aceitaria essas provas que Soares da Cunha insistia em oferecer em dar e provavelmente o homeopata também sabia disso, afinal não era algo característico desse órgão receber comprovações que não fossem diplomas e certificados de instituições reconhecidas que pudessem comprovar a titulação médica

---

<sup>167</sup> SAMPAIO. *Nas Trincheiras da Cura*. op. cit.

<sup>168</sup> Correio da Manhã, 10 de setembro de 1914.

para praticar a ciência da cura. Provavelmente ele continuava insistindo nessas propostas, mesmo com consciência de que era inútil como forma de atestar sua habilidade para a Diretoria, justamente por ser essa uma forma de minimamente alcançar os leitores dos jornais nos quais ele mencionava essas sugestões. Assim, era uma forma de fazer propaganda de seus serviços, mostrar confiança e certeza sobre sua competência, além de sugerir má vontade e perseguição da Diretoria para com ele. Ou seja, de qualquer forma a sua insistência poderia servir, sim, como prova pública, só que não para o órgão da Saúde Pública lhe dar aval, mas para a população lhe dar essa legitimidade desejada.

É possível perceber esse ensejo no texto de Soares da Cunha também pela solicitação feita à imprensa baiana de que lhe concedesse “agasalho ‘grátis’ sob o seu teto” para publicar artigos científicos sobre medicina, tratamentos de moléstias incuráveis e o ensino superior. Assim, diz que:

Será um benefício prestado a Bahia, que irá assistir talvez assombrada a desvendar de mistérios para ela inteiramente desconhecidos.  
(...) Concedam-me senhores da imprensa o obséquio que peço e o público verá que não sou o nulo que os nulificados procuram transformar-me<sup>169</sup>.

Como é possível perceber, seu anseio no pedido feito diretamente à imprensa era de demonstração ao público de que possuía conhecimento de causa da prática curativa, de que não correspondia ao nulo que queriam fazer crer que ele era. Assim, era o reconhecimento dos leitores, portanto da sociedade, que ele desejava e não necessariamente da Diretoria.

Um ponto interessante levantado pelo homeopata como argumentação específica contra a notícia veiculada pelo *Jornal Moderno* foi sobre seu “título” adquirido de doutor. Explicava o fato dizendo: “Não me intitulo ‘Doutor’. Suporto o tratamento de Doutor como suporto o de Coronel. Na nossa terra quem escapa do Doutor cai no Coronel e vice-versa”<sup>170</sup>. De forma pouco aprofundada, mas bastante elucidativa, Soares da Cunha remetia-se assim a uma questão política, social e cultural que superava apenas a forma que se dava o tratamento na Bahia, dando também os contornos do mandonismo inerente ao comportamento político das elites locais. Dessa forma, o

<sup>169</sup> Correio da Manhã, 10 de setembro de 1914.

<sup>170</sup> Ibidem.

homeopata dava mostras sutis de como era estruturada esta organização social, que havia permitido que o poder público fosse apropriado por grupos privados atuantes politicamente durante todo o Império e que agora no início da República haviam se mantido como importantes atores na vida política e pública, constituindo o coronelismo, agora adaptado às necessidades de aliança e compromisso entre o poder público e privado<sup>171</sup>.

### **Causa perdida?**

Um dos fatores mais elementares na investida efetuada por Soares da Cunha para sua legitimação como homeopata foi o seu pedido de habeas corpus. O homeopata monta seu próprio pedido de habeas-corpus e, além de mandá-lo para o juiz federal da Bahia, manda também para o jornal *A Tarde*, que o publica na íntegra, ao longo de três dias. O habeas-corpus possui forte interesse para que se possa perceber mais claramente a argumentação utilizada por Soares da Cunha para se utilizar das brechas que a legislação brasileira oferecia sobre as profissões de cura.

Se a Diretoria considerava o homeopata um contraventor penal por praticar medicina sem ter diploma de nenhuma faculdade desse tipo, o autor do habeas corpus por outro lado argumentava que possuía o direito de exercer a profissão que desejasse com base na Constituição vigente naquele momento no país, que dizia: “É garantido o livre exercício de qualquer profissão, moral, intelectual e industrial”<sup>172</sup>. De fato, há o pressuposto normativo de que a constituição seja a lei máxima de todo o conjunto legal, ela é a norteadora das outras, que devem estar em consonância com os princípios constitucionais. Assim, o sistema normativo brasileiro dessa época dava margem a controvérsia, apontada por Soares da Cunha. As leis que baseavam o discurso da Diretoria, de acordo com essa linha de pensamento, iriam de encontro à lei maior do país.

---

<sup>171</sup> IVO, Isnara Pereira. Mandonismo e contextos históricos. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, 2003.

<sup>172</sup> Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891, § 24, art. 72, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

A argumentação utilizada por Soares da Cunha realmente mostrava as brechas de um sistema que, historicamente havia se aliado aos médicos, mas que possuía uma Constituição que dava margem a múltiplas interpretações da restrição imposta sobre o exercício da medicina. Além disso, havia ainda a nova lei de ensino, a qual já analisamos no capítulo anterior e que acabava por ratificar a liberdade profissional, por dar liberdade de ensino.

Um fator interessante encontrado na petição do homeopata é que ele tinha plena noção de que em algum momento poderia lhe ser exigida a apresentação de titulação, “muito embora tenha o suplicante a seu lado a Lei Constitucional e a Lei de Ensino, todavia procurou obter um diploma que o salvaguardasse de possíveis vexames”<sup>173</sup>. Nos autos do processo há o anexo de uma certidão do diploma da Universidade Escolar em que Soares da Cunha recebia o título de médico pelo Instituto de Medicina Elétrica<sup>174</sup>, Cirurgia Dentária e Massagem, “podendo exercer qualquer sistema de medicina”<sup>175</sup> de acordo com diploma. Qualquer sistema de medicina significava aqui que a Universidade lhe outorgava a possibilidade de clinicar pela alopatia ou pela homeopatia.

Os diplomas expedidos pela Universidade Escolar não estavam sendo alvo de questionamentos apenas na Bahia. O jornal *A Noite* do Rio de Janeiro já denunciava que diplomas de 60\$, que seriam vendidos pela instituição sem terem qualquer validade para quem os comprasse. Nesta mesma notícia, falava-se especialmente do diploma de medicina elétrica que era oferecido pela instituição:

Á sombra dessa impunidade, a Universidade Escolar – que é o título da fábrica de diplomas – desenvolve o seu negócio espalhando agentes por todo o interior do Brasil, onde, pelo atraso intelectual das populações, muito maior perigo oferecem os falsos médicos, e referimo-nos apenas a estes porque para os seus erros, que ocasionam a morte, não há remédio de espécie alguma.

---

<sup>173</sup> Arquivo Nacional, recurso de habeas corpus de Alfredo Soares da Cunha ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil, julgado em 15 de abril de 1914, f. 2.

<sup>174</sup> Pouca informação é dada acerca do que se trataria a medicina elétrica. Encontramos, no entanto, um anúncio do Instituto Elétrico e Magnético Federal, no Jornal do Brasil, datado de 3 de setembro de 1908, em que era oferecido o serviço de cura de moléstias à distância, sem necessitar a presença do doente, através do tratamento magnético e hipnótico. Citam a medicina elétrica como um progresso, pois o doente rapidamente apresentaria melhoras, com o emprego de aparelhos especiais de diagnóstico, e tratamentos através de banhos de luz colorida, ar medicamentoso, ginástica respiratória, dentre outros.

<sup>175</sup> Certificação em Pública forma do diploma, encontrado no processo de habeas corpus, datado de 1 de dezembro de 1913.



(...) Como sempre, nem por sombra esperamos qualquer medida que corrija os males provenientes dessa indústria. O povo que se acautele contra os embusteiros<sup>176</sup>.

E, na mesma edição deste jornal, uma pequena nota é dada sobre a tentativa de registro de um diploma em Belo Horizonte. Um senhor teria tentado registrar seu diploma de médico, também expedido pelo instituto de medicina elétrica da Universidade Escolar, e o registro teria lhe sido negado pelo diretor da saúde do estado, que teria afirmado ter ficado “sem saber o que mais admirar, se o mercantilismo de quem expede ou o desonro de quem o recebe”<sup>177</sup>. Essa situação apontada por este jornal deixa clara que a problemática do caso Soares da Cunha era possivelmente comum por todo o território nacional.

O próprio homeopata acabava por não dar muita relevância a seu diploma recebido pelo referido instituto, pois este seria apenas um título adquirido com a finalidade de não passar por futuros entraves judiciais para exercer a homeopatia. Provavelmente por isso que o dito diploma nunca foi sequer publicado nos jornais, o que seria de se estranhar, já que o personagem tinha por hábito tornar público os seus argumentos e querelas, como já vimos até aqui. O título de médico elétrico sequer era citado pelo homeopata nos jornais ou no seu livro, tendo sido encontrada essa informação apenas nos autos do processo do habeas corpus. A formação em uma faculdade, portanto, parecia não ter tanta importância para o homeopata, sendo apenas utilizada como argumentação para o cumprimento dos requisitos legais necessários para poder exercer o seu ofício.

A sua maior argumentação não se encontrava em cima do título, mas sim em cima das leis constitucionais e de ensino, como já mencionado algumas vezes, e em cima também de pareceres de juristas e de decisões jurisprudenciais. Assim é que o homeopata utiliza no seu habeas corpus a interpretação de um famoso jurista sobre a obrigatoriedade de titulação acadêmica, o maranhense Viveiros de Castro<sup>178</sup>:

---

<sup>176</sup> A Noite, 24 de janeiro de 1913, Rio de Janeiro.

<sup>177</sup> A Noite, 24 de janeiro de 1913, Rio de Janeiro.

<sup>178</sup> Para maiores informações sobre a atuação de Viveiros de Castro, ver artigo de Carlos Martins Júnior, que tenta compreender o pensamento do jurista sobre a prostituição. Viveiros de Castro é apresentado no artigo como “o maior especialista da época no combate àquele tipo de delito e um dos principais divulgadores, no Brasil, da Nova Escola Penal, corrente do Direito Penal profundamente influenciada pelas teses antropológicas do médico italiano Cesare Lombroso”; MARTINS FILHO, Carlos. Mulheres

Tão habilitado pode ser um médico, que cursou a academia, como o indivíduo não diplomado, mas que lê, estuda, observa, na solidão do seu gabinete a obra magistral de um sábio glorioso. Demais, o diploma acadêmico é apenas uma presunção de ciência, de habilitação, mas não uma certeza. (...) Não é menos certo também que dessas academias saem laureados com o diploma científico, indivíduos crassamente ignorantes (...)<sup>179</sup>.

Procurava assim, dar substância para todo o seu posicionamento encontrado nas publicações em jornais e no seu habeas corpus, tentando provar através de argumentações que já haviam sido utilizadas por outras pessoas de que o diploma não era prova suficiente da perícia de um cientista, mais apenas uma presunção de habilitação. Utilizava-se também de outras decisões judiciais que pudessem sustentar sua tese, o que fazia transparecer o fato de que seu caso não era um ponto fora da linha. Dessa forma, procurava demonstrar ao juiz que havia decisões favoráveis anteriores a seu pedido. Primeiro demonstrou casos em que a justiça havia despachado favoravelmente ao livre exercício profissional, como no caso de um grupo de estudantes de medicina que ainda não haviam terminado seus estudos, e que portanto ainda não possuíam diplomação acadêmica, e que mesmo assim conseguiram ocupar os cargos oferecidos no concurso do Hospital Nacional de Alienados. Também expôs um caso muitíssimo parecido com o seu, mas referente a um homem que requeria o livre exercício em advocacia, formado pela mesma Universidade Escolar que Soares da Cunha havia adquirido seu título. A argumentação utilizada pelo advogado de Caruaru era muito parecida com a sua própria, utilizando-se dos mesmos pressupostos legais e afirmando, ainda, sobre o artigo constitucional que tratava do livre exercício profissional, que:

(...) quando o texto da lei é claro, quando o legislador exprime bem lucidamente seu pensamento, dar outra interpretação ao que está escrito na lei é substituir a intenção do legislador pela vontade do intérprete.

Considerando que em 1895, se sem dúvida, pela estranheza que causou a certos espíritos essa liberdade assim tão ampla, o Presidente da República lembrou ao Congresso Nacional, na mensagem em que lhe dirigiu, a necessidade de uma lei interpretativa de parágrafo 24 do art. 72 da Constituição Federal; e o Congresso não se conformou com essa indicação, deixando de votar a lei interpretativa, naturalmente por

---

'honestas' e mulheres 'impuras': uma questão de direito. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005.

<sup>179</sup> Apud Arquivo Nacional, recurso de habeas corpus de Alfredo Soares da Cunha ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil, julgado em 15 de abril de 1914, f. 3.

entender que não havia necessidade de interpretação n'um texto cheio de lucidez e concisão<sup>180</sup>.

Assim, de acordo com esse advogado, que ganha a causa no STF, a lei constitucional era clara sobre a liberdade profissional, principalmente por ela não possuir uma lei interpretativa que pudesse elucidar o artigo de outra forma. Soares da Cunha, portanto, utilizou-se da mesma argumentação que foi montada pelo pernambucano, mostrando que por fim, o próprio STF lhe dava habeas corpus e lhe permitia praticar o seu ofício sem qualquer constrangimento legal.

No dia 5 de dezembro de 1913 Soares da Cunha é chamado para uma audiência com o juiz Paulo Martins, onde lhe são feitas diversas perguntas para esclarecer as questões que envolviam o caso, questões essas que também nos ajudam a compreender melhor a trajetória do homeopata. A Soares da Cunha é perguntado o porquê de ter adquirido diploma pelo Instituto, se esta instituição possuía curso regular e se havia corpo docente devidamente habilitado e se ele havia registrado esse seu diploma na Diretoria de Saúde Pública como a lei pedia. O homeopata justificava que havia escolhido fazer o curso pelo Instituto porque no país não havia nenhum curso específico de homeopatia, portanto havia conseguido o diploma de médico através desta instituição, revelando que o curso havia sido feito por correspondência e que ao fim ele havia sido avaliado por uma banca que lhe fez questionamentos sobre terapêutica e propedêutica, tendo sido avaliado positivamente por esta banca de professores, o que outorgou a receber o diploma. Os cursos a distância já eram relativamente comuns e seu surgimento é datado de 1728, nos Estados Unidos. O seu desenvolvimento tem início a partir da metade do século XIX, em diversos estados americanos e em alguns países europeus e o séc. XX viu rapidamente várias iniciativas de criação de cursos a distancia se espalharem<sup>181</sup>.

A pergunta que gerou uma longa resposta de Soares da Cunha foi sobre o registro de seu diploma, quando o homeopata se empenha em justificar o porquê de não haver feito o registro como requerido pela legislação. De acordo com ele, o registro não tinha sido efetuado por saber de antemão que este não seria aceito pelo diretor do órgão,

---

<sup>180</sup> Arquivo Nacional, recurso de habeas corpus de Alfredo Soares da Cunha ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil, julgado em 15 de abril de 1914, f. 4.

<sup>181</sup> SARAIVA, Terezinha. Educação a Distância no Brasil: lições de história. *Em Aberto*. Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. 1996.

“porquanto ouvira o respectivo diretor, dr. Pinto de Carvalho, dizer-lhe que de balde ele, respondente, apresentaria o seu título, porque absolutamente ele diretor não o registraria”<sup>182</sup>. Aparentemente, de acordo com o homeopata, ele e o diretor já tinham querelas anteriores à multa, onde lhe foi avisado que o seu título não seria aceito para registro e onde lhe foi feita uma suposta ameaça de que se ele continuasse a clinicar multas lhe seriam dadas e o diretor lhe processaria criminalmente. O homeopata depôs que após essas advertências o diretor de fato começou a pô-las em prática:

E de fato multo-o pela primeira vez e não quis atender as considerações que ele respondente fizera mostrando que exercia a medicina escudado nos seus conhecimentos especiais e na garantia que lhe dá a Constituição da República, com o que se acha de acordo a lei do ensino.

Mais uma vez é possível identificar no discurso de Soares da Cunha a ideia de que ele deveria ser liberado a praticar a homeopatia baseado na legislação e não no seu título adquirido através da Universidade Escolar do Rio de Janeiro.

No dia 17 de janeiro de 1914 o habeas corpus do homeopata é julgado pelo juiz e não recebe parecer favorável, sendo considerado improcedente a sua petição e ainda era condenado a pagar as custas do processo. Já no dia 30 do mesmo mês Soares da Cunha entra com recurso, para rever a referida decisão, sendo assim, a sua petição passa para as mãos do STF e no dia 1º de abril é julgado o recurso. Nele assinam os juízes do Supremo dando por negado o seu pedido de recurso, afirmando que a decisão do juiz da Bahia estava “em perfeita harmonia com os julgados dentre Tribunal, segundo o qual a liberdade profissional garantida no art. 72 §24 da Constituição não significa a dispensa de provas de capacidade técnica e que a lei exige por motivos de ordem superior”<sup>183</sup>. Apenas um dos juízes aceitou como vencido o recurso, o que não alterava o resultado final, no qual a maioria havia negado.

No entanto, apesar de apenas um juiz ter dado o recurso como vencido, há o que se refletir sobre essa situação. Soares da Cunha dizia que “depois de longas horas de defesa às ordens da nossa Constituição, esmagado pelo número contrário, não se deixou

---

<sup>182</sup>Arquivo Nacional, recurso de habeas corpus de Alfredo Soares da Cunha ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil, julgado em 15 de abril de 1914, f. 14.

<sup>183</sup>Arquivo Nacional, recurso de habeas corpus de Alfredo Soares da Cunha ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil, julgado em 15 de abril de 1914, f. 31.

mergulhar no lodo da politicagem”<sup>184</sup>. Independente do conteúdo de tom raivoso do homeopata nesse trecho, de fato, é possível perceber que a questão envolvida no processo, de interpretação sobre a lei constitucional de liberdade profissional, era um tanto quanto controversa. Não havia unanimidade sequer no STF, afinal, este juiz não interpretou este ponto da mesma forma que seus colegas, assim como outros juízes também não haviam interpretado no caso do advogado de Caruaru assinalado por Soares da Cunha. O fato é que a questão levantada pela petição de habeas corpus era bem polêmica, como Weber<sup>185</sup> já havia apontado em seu livro nas discussões acerca da liberdade profissional no Rio Grande do Sul. É possível perceber, entretanto, que essa discussão ultrapassa os limites deste estado, sendo concretamente uma problemática presente também em outros locais.

Para o homeopata a decisão além de não lhe dar liberdade para sua atuação, ainda causou repercussão negativa para si através de boatos que faziam crer que a decisão da justiça não era relacionada com o seu requerimento de liberdade profissional, mas sim com a criminalização do homeopata:

Boatos corriam velozes e cada qual mais atterrador.  
O fechamento do meu consultório; a minha prisão por um ano; as multas a todos os meus clientes; eram as frases que se ouviam de boca em boca.  
Aos boatos, sucedeu o êxodo dos clientes.  
O meu consultório tornou-se um ermo e o meu contato era evitado<sup>186</sup>.

No entanto, a decisão do STF, assim como a repercussão do caso, não barraram as ações do homeopata. Soares da Cunha insistiu em continuar a sua prática curativa mesmo que de fato ela pudesse ser reconhecida como ilegal. Sem habeas corpus, a Diretoria podia acionar seus meios contra a clínica do homeopata, reconhecendo-a como prática ilegal da medicina. E foi o que acabou ocorrendo, com novas multas de valores maiores sendo empregadas contra Soares da Cunha em setembro de 1914, como vimos anteriormente.

---

<sup>184</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p. 76.

<sup>185</sup> WEBER. *As Artes de Curar*. op. cit.

<sup>186</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p.76.

### **Estratégias de legitimação pessoal e de sua arte de curar.**

A narrativa de Soares da Cunha dá destaque a esse momento de conturbação em sua trajetória profissional e desvela uma rede de relações pessoais que acabou por contribuir significativamente para o apaziguamento de sua situação:

Raríssimos foram os amigos que me encorajaram nesse transe; dentre eles permitam-me salientar o meu (...) distinto e fiel amigo dr. Manoel Durval, que vendo a impotência da sua palavra a meu favor, num íntimo rasgo de sua generosidade, escrevera ao dr. Pinto de Carvalho, cientificando-lhe que se eu fosse preso me acompanharia à prisão. Arrefeceu, desde esse momento, a fúria que se desencadeara contra mim. “Depois da tempestade é que bonança vem”<sup>187</sup>.

Manoel Durval é muitas vezes apontado pelo homeopata no decorrer de seu livro como um forte aliado que ele havia angariado através da cura efetuada pela ciência hahnemanniana a que havia empregado. A história dessa parceria foi um tanto inusitada e interessante. O juiz federal que deveria julgar seu habeas corpus havia ficado doente e de licença, então Manoel Durval havia ficado em seu lugar, que, de acordo com Soares da Cunha foi quem “recebera o meu habeas corpus, com cara de poucos amigos e um notável desprezo pela minha individualidade”<sup>188</sup>. O homeopata conta que o substituto do juiz, no entanto, também acabou ficando doente e depois de desenganado recorreu a ele, pois “a moléstia o havia vencido e o sofrimento havia substituído o orgulho”. Assim, em trinta dias de tratamento pela homeopatia, Manoel Durval já assumia novamente as suas funções no trabalho e a amizade deles começava. Esta cura também acabou por ser determinante para que mais um elo importante fosse estabelecido para Soares da Cunha, que foi a ligação iniciada com o governador J.J. Seabra, que era cunhado do procurador tratado pelo homeopata.

Durante o seu relato no livro, Soares da Cunha diversas vezes aponta e dá indícios de que era um homem bem relacionado, como ao citar nomes de curados e ao escrever que não sentia mas receio do que pudesse lhe acontecer, pois não era mais a ele que cabia defender-se, pois “os clientes disso se incumbiram”<sup>189</sup>. Também é possível

---

<sup>187</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p. 77.

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 73.

<sup>189</sup> *Ibidem*, p. 91.

perceber seus bons relacionamentos quando lhe foi cedido o espaço de Club Caixerai para conferenciar, porque já havia sido caixeiro em outra fase de sua vida, o que significava que seus contatos iam para além de seus curados, atingindo também uma categoria profissional na qual ele tinha certa influência para conseguir essa concessão. Na abertura da conferência agradecia e elogiava os caixeiros, dizendo que este profissional era um culto que “tem seu templo de difusão de luzes onde aprende uma ciência positiva – a Ciência dos Números – a Matemática”<sup>190</sup>. Também tinha relação íntima com um senhor de grandes posses chamado de Comendador Bastos; a neta deste senhor havia casado com um dos filhos de Soares da Cunha e ele chegou até mesmo a ceder um terreno seu para a construção do laboratório homeopático da família.

Todas essas relações formavam uma rede de amizades e contatos que permitiam que o homeopata obtivesse reconhecimento e também que, apesar de todas as investidas da Diretoria de Saúde e mesmo depois de ter seu habeas corpus negado, se mantivesse atuante e escudado de problemas maiores, principalmente pelo elo estabelecido com Manoel Durval e J.J. Seabra. A própria afirmação destacada acima permite que essa realidade seja evidenciada, com um procurador da República afirmando que se o homeopata fosse preso, iria junto. Em outro trecho do livro de novo esse jogo de poder é ressaltado, quando Soares da Cunha transcreve uma fala do procurador que teria dito que “foi a maior injustiça feita em nossos dias a negação do seu habeas corpus; nada tema, porém, não lhe tocarão em um só fio dos seus cabelos”<sup>191</sup>. Dessa forma, através de suas relações com o procurador e governador da Bahia, as ações da Diretoria não tomaram rumos mais radicais contra ele, nunca tendo sido instaurado o prometido processo criminal que Pinto de Carvalho havia prometido iniciar caso o homeopata continuasse com sua prática curativa.

Inclusive, o próprio relacionamento entre Pinto de Carvalho e o governador da Bahia não parecia ser dos melhores. O *Jornal Moderno* noticiava desde janeiro de 1914 que a Diretoria e o governo não estavam se entendendo muito bem e a exoneração de Pinto de Carvalho já era especulada. Em outubro de 1914, coincidentemente ou não, pouco tempo depois do diretor ter multado por duas vezes e em grandes quantias a Soares da Cunha, ele é exonerado do cargo. Em entrevista ao *Jornal Moderno*, Pinto de

---

<sup>190</sup> Ibidem, p. 150.

<sup>191</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p. 396.

Carvalho afirmava que estava feliz com a saída da Diretoria, dizia não nutrir ressentimento do governador e respondia sobre os possíveis entraves entre a política e o órgão:

(...) o que tenho a lhe dizer é que jamais me preocupei com os seus interesses, não os consultando mesmo. Os meus auxiliares aqui presentes que o digam. Ainda não sei e nem quero saber se fui obstáculo à política; tive sempre como norma de conduta a justiça no seu rigoroso sentido. A minha única preocupação, o meu único sonho era entregar-me de todo ao serviço da S. P. B., o que não era pouco<sup>192</sup>.

Assim, Pinto de Carvalho dava mostras nessa sua entrevista de saída da Diretoria que não conseguia lidar muito bem com o governo e seus direcionamentos, já que nem o consultava para agir de acordo com seus princípios. Em teoria, no entanto, é difícil de imaginar como as ações de JJ Seabra e de Pinto de Carvalho se tornaram em algum ponto desarmônicas, já que o governador era conhecido por seu projeto modernizador e higienista do estado e Pinto de Carvalho procurava perseguir as práticas não autorizadas de cura, que remetiam a um passado que não coadunava com o empreendimento modernizante do estado. Suas ações, portanto, poderiam atuar de forma afinada, mas fica clara por essa declaração que não ocorria assim.

Um dos claros exemplos desse desajuste era o tratamento dado a Soares da Cunha. É interessante refletir sobre o apoio do então governador, J.J. Seabra, conhecido no cenário nacional por suas iniciativas higienistas e pelas investidas urbanizadoras sobre Salvador, onde abriu ruas novas e amplas, derrubou cortiços e alguns prédios antigos. Esse político que atendia às expectativas de saneamento das elites baianas, não correspondeu aos desejos dos doutores em medicina no que diz respeito a Soares da Cunha. Se os médicos reconheciam no homeopata um contraventor penal, J.J Seabra não fez consonância a esse pensamento. Como era possível que um governador higienista, que se mirava nas políticas públicas em saúde da capital, fosse publicamente favorável a um homeopata que possuía tantas contendas com órgãos do governo, médicos e imprensa? J.J Seabra é eleito governador, tendo já atuado em cargos administrativos federais, como na função de ministro no governo de Rodrigues Alves (1902-1906), exercendo o comando do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, quando pôde acompanhar as reformas que ocorriam no Rio de Janeiro, na gestão do

---

<sup>192</sup> Jornal Moderno, 20 de outubro de 1914.



prefeito Pereira Passos. Nesta época foi, inclusive, personagem atuante nos episódios referentes à Revolta da Vacina de 1904<sup>193</sup>. Ou seja, era um político que havia feito parte das ações públicas que visavam a modernização da capital federal, sendo assim, era um governador versado nas reformas de higienização do espaço urbano. Esses dados, portanto, nos levam a uma interessante e surpreendente relação entre polos que poderiam ser considerados nesse contexto como, se não opostos, pelo menos divergentes, representados pelas figuras de Soares da Cunha e do governador. E nos levam também a outra surpreendente relação entre o governador e o diretor da Saúde Pública, polos esses que não deveriam ser opostos, mas que por outro lado não atuavam de forma totalmente concordante.

As estratégias de Soares da Cunha para legitimar-se frente à sociedade, portanto, angariava sua rede de relações que lhe propiciavam certo escudo frente às perseguições que sofria. Mas não foi só através dela que ele conseguiu se firmar como um grande nome da homeopatia na Bahia. Já percebemos o caráter polemista e combativo deste personagem, que respondia a todas as acusações que lhe eram feitas, dando visibilidade à sua problemática e também a sua arte de curar.

Mas não só nos jornais de grande circulação o homeopata se fez presente. As muitas recebidas em 1914 fizeram com que Soares da Cunha reagisse à alopatia e ao que via de incoerente nas políticas de saúde pública. Iniciando um projeto independente, Soares da Cunha decidiu escrever um jornal chamado de *O Reacionário*, com duração de quase um ano e que o seu autor define como “órgão independente e que não poupava os mal feitores”<sup>194</sup>. Infelizmente não foram encontradas cópias deste jornal, sendo assim, não será possível analisar o seu conteúdo detidamente. As únicas informações sobre seu conteúdo é de que nele se encontravam “piadas fortíssimas à tal ciência alopata e aos seus Illmos Snrs. Doutores” e cartas abertas direcionadas a um médico chamado Clodoaldo Andrade, que são transcritas no seu livro.

Essas cartas tiveram como objetivo discutir as afirmações que o tal médico teria feito sobre Soares da Cunha e sobre a homeopatia, ao assumir um paciente que havia sido tratado pelo homeopata. Nas cartas abertas Soares da Cunha analisava o caso, o diagnóstico, os tratamentos aplicáveis a ele, as opiniões de médicos estrangeiros sobre

---

<sup>193</sup> LEITE. *E a Bahia civiliza-se*. op. cit.

<sup>194</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p. 91.

medicina, homeopatia e sobre os remédios direcionados à cura da doença em questão, assim como se deteve em analisar os conteúdos dados durante a faculdade de medicina, estabelecendo críticas às suas abordagens. A intenção era de demonstrar que ele não se tratava de uma pessoa sem conhecimento sobre medicina e assim, procurava então afirmar a sua perícia e a sua capacidade de curar tanta quanto qualquer médico teria. E mais uma vez, o homeopata questionava a pressuposta habilidade que teria um doutor apenas pelo fato de ter se formado em uma faculdade alopática, questionava também a formação efetuada nestas faculdades e questionava o entendimento que muitos faziam de que ele seria um charlatão. Escreve:

Eu sou um “charlatão” porque não cursei a Faculdade de Medicina, muito embora estude mais que V. S., na solidão do meu gabinete; V. S. cursou a Faculdade e, por conseguinte, tem jus ao nome de “douto e competente”, muito embora a sua consciência o diga que: de medicina pouco aprendeu.

Assim, V. S e eu, seremos sempre, na opinião pública: V. S. um “douto”, um competente, um ilustrado, um médico; eu serei sempre, na mesma opinião, um charlatão, um metediço, um petulante, um ignorante!<sup>195</sup>

Fica claro por todo o conteúdo das cartas que a sua intenção era de alcançar não apenas o dr. Clodoaldo para quem elas são dirigidas, afinal, se fosse para que suas ideias chegassem apenas ao referido médico, não seriam necessárias cartas abertas publicadas em jornal. É muito provável que sua intenção fosse de que o conteúdo publicado, onde ele mostra sua capacidade de compreensão da medicina e onde questiona a formação médica ou o entendimento de que apenas os que saem do meio acadêmico possuem estudo sobre as doenças e seus tratamentos, atingisse um público maior. Frases como a que vem a seguir dão indícios da sua intenção era de fato de que suas palavras alfinetassem outros médicos e de que encontrassem eco a mais na sociedade, que não seu destinatário principal:

Mais do que nunca estou convencido das verdades, duras é verdade, dos seus colegas e encaro um doutor em medicina como um charlatão, que explora a credence pública, valendo-se da sua ignorância<sup>196</sup>.

Essa passagem é especialmente interessante, pois Soares da Cunha invertia as acusações que constantemente recebia, afirmando que os médicos que se constituíam

---

<sup>195</sup> CUNHA. *Charlatões de Beca*. op. cit., 104.

<sup>196</sup> *Ibidem*, p. 136.

em charlatães que exploravam a “crendice pública”. Não podemos nos esquecer de ressaltar que os médicos não eram tão populares e queridos pela população como desejavam, pois seus tratamentos e suas ações na saúde pública da cidade eram vistos com grande desconfiança, afinal, os hábitos e costumes da maioria da população brasileira estavam sofrendo com intervenções e controles vindos direta e indiretamente dos ideais médicos de civilidade, que tentavam moralizar os comportamentos<sup>197</sup>.

A escrita do jornal, mesmo que imbuída de certa motivação pessoal, acabava servindo para a sua visibilidade e consolidação como homeopata na Bahia, já que expunha as deficiências da alopatia e de seu ensino e enaltecia a sua competência e a eficácia do sistema de cura que ele propugnava. Não sabemos qual a tiragem desse jornal ou como e para quem que ele era distribuído, portanto, não poderemos analisar esse tipo de dado, que se mostraria muito interessante para termos noção do alcance que as suas publicações tiveram. O jornal é finalizado em julho de 1915 e o homeopata justificou o seu término por estar cada vez mais atarefado com o seu trabalho e pelo fato de que sua principal motivação para escrever e publicar havia acabado, que era a presença de Pinto de Carvalho na Diretoria de Saúde Pública, ou seja, o jornal se mostrava desnecessário para o fim de afrontar seu maior opositor.

O homeopata afirmava que a forma como os médicos passaram a se opor à sua prática havia mudado. Era o que mostrava a ação do dr. Clodoaldo, que havia acionado sua posição social como médico para desacreditar Soares da Cunha frente a seu antigo paciente. Não mais empregavam um confronto em campo aberto ao homeopata, como Pinto de Carvalho havia feito; o homeopata identificava que o movimento deles ainda era de reação, só que feito de uma maneira a difamá-lo discretamente, no boca a boca. A mudança de estratégia dos próprios médicos teria sido encadeada pela compreensão de que, quando os ataques eram claros e públicos, o homeopata acabava de certa forma a beneficiar-se disso, pois, como vimos, ele sempre respondia a todas as acusações que lhe eram atribuídas, exercendo uma contraposição clara que dava ao público a possibilidade de conhecê-lo e de conhecer e julgar por si só os lados expostos nas querelas. Assim, uma mudança na forma como se procurava resistir à prática homeopática de Soares da Cunha parecia ter se efetuado:

---

<sup>197</sup> LEITE. *E a Bahia civiliza-se*. op. cit.

Quando se encontravam em presença de um cliente meu, o interrogavam sobre a moléstia e tratamento e, zombando do que não conheciam, exclamavam:

“Admira-me como o Snr. que é um homem inteligente e ajuizado, se deixa enganar por esse trivial charlatão, que explorando a bolsa do público, ainda o reduz a um simples idiota, a quem se ministra água pura, garantindo cura-lo”.

Várias queixas chegaram aos meus ouvidos, algumas trazidas pelos meus próprios clientes a quem lhes tinham dito as frases que acabo de citar<sup>198</sup>.

A estratégia encontrada pelo homeopata para responder a todos os médicos que estavam empreendendo essas ações para detratá-lo foi de efetuar conferências públicas, intituladas de “Alopatia – Homeopatia”, feitas em duas datas no Club Caixeiral, nos dias 06 e 24 de fevereiro de 1916 . Assim, organizou o evento e distribuiu quinhentos convites a jornais, a médicos, ao governo, a polícia, a Diretoria de Saúde Pública e a Faculdade de Medicina da Bahia. As conferências tiveram um tom altamente provocativo e contaram com a presença de J.J. Seabra na primeira e de seu representante na segunda, ainda na sua primeira gestão do governo da Bahia. O fato de o governador ter comparecido foi uma grande prova pública do apoio de J.J. Seabra ao homeopata.

Fazer conferências públicas, mandar convites às autoridades mais importantes e à própria Faculdade de Medicina da Bahia, é uma forma que pode nos parecer corajosa e mesmo “suicida” de propagar a homeopatia, afinal, provocou a fúria de muita gente, principalmente pela temática ser tão vistosamente de ataque à alopatia e até mesmo à imprensa, que foi duramente criticada em sua segunda palestra. O fato é que essa ação o promoveu como homeopata, pois seu nome voltava a aparecer nos jornais da época.

O homeopata havia direcionado boa parte do seu discurso da segunda conferência à imprensa baiana, pois havia ficado indignado com o desprezo que ela havia lhe tratado: de todos os órgãos da imprensa convidados para a conferência, apenas quatro acusaram o recebimento do convite e o divulgaram em suas publicações diárias; além disso, apenas um jornal havia dado alguma notícia e opinião sobre a conferência proferida, ignorando o evento. Assim, um dos focos de suas críticas efetuadas na segunda conferência foi a imprensa baiana.

---

<sup>198</sup> CUNHA. *Charlatões de Beca*. op. cit., p. 144.

Essa atitude do homeopata mexeu com os ânimos da imprensa, que logo se manifesta, através do *Diário da Bahia*, voltando suas atenções e ataques à Soares da Cunha:

Soares se afligira com o fracasso anterior e dest'arte jurou vingar-se. Santo Deus! Foi uma desandadeira em todo mundo; na imprensa e em particular ao Diário da Bahia, porque nenhum de seus redatores se abalou a ouvir suas toleimas e parvoíces.

Desde agora, conferimos ao impagável homeopata funções de censor dos nossos atos.

Vamos e venhamos, não parece que o Cunha, de fato, enlouqueceu?<sup>199</sup>

Como de costume, Soares da Cunha rebate as críticas recebidas e publicou no jornal *O Estado* uma resposta ao artigo do *Diário da Bahia*, afirmando dentre outras coisas que: “a censura por mim feita à imprensa, é justa, e o auditório que me ouviu interrompia-me instantemente com palmas e apoiando”. Logo em seguida o referido jornal escreve mais uma matéria, em que afirmava que o homeopata pagava para que fosse elogiado em outros órgãos da imprensa, chamando-o de “conferencista das Arábias”<sup>200</sup>.

Alguns meses pós a última conferência inicia-se a contenda entre Soares da Cunha e o *Jornal Moderno*, com as acusações sobre charlatanismo e curandeirismo que analisamos no segundo capítulo. Em meio a essa conturbada situação, o homeopata se utilizou de um estilo literário até então não empregado por ele, a poesia. Assim, escreveu duas poesias como resposta ao jornal e a seu editor, Methodo Coelho, e as mandou imprimir em cinco mil cópias e distribuiu pela cidade. O homeopata afirma que espalhou pelos principais pontos da cidade, inclusive na porta do *Jornal Moderno*. Mais uma vez a rede de relações de Soares da Cunha é acionada para a distribuição do folheto, em que amigos “incumbiram-se de remeter para vários pontos do Estado e em todas as estações de estrada de ferro e agência de vapores”<sup>201</sup>. O homeopata afirma que o segundo poema chegou a fazer tanto sucesso que as cópias “eram disputadas e alguns queriam compra-las; ofereciam até 500 réis por cada. (...) Fui obrigado a mandar imprimir cinquenta mil anquinhas<sup>202</sup> para atender as encomendas”<sup>203</sup>.

<sup>199</sup> Diário da Bahia, 26 de fevereiro de 1916.

<sup>200</sup> Diário da Bahia, 29 de fevereiro de 1916.

<sup>201</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p. 309.

<sup>202</sup> Anquinhas é uma referência ao título do segundo poema, “As Anquinhas do Methodo e o Coelho”.

O ataque efetuado pelo homeopata nesses versos possui caráter agressivo, pessoal e racista, inclusive. Ao que parece, a calma de defender-se através da ciência que estudava e praticava havia acabado e o homeopata se deixa levar para um contra-ataque com características estranhas a seu método visto até então. O último poema ridicularizava a raça e a forma física do redator do jornal. Destaquemos os seguintes versos para situar essa problemática:

Tem o Coelho rotundas anquinhas  
É a prova real; descendente  
Da tal raça Etiópica. As Negrinhas<sup>204</sup>.

É possível que por assim agir é que o poema tenha surtido efeito no público, com tantos pedidos feitos. A ridicularização e o racismo claro dos poemas provavelmente despertavam o interesse de uma sociedade que coadunava com as palavras impressas por Soares da Cunha. A homeopatia nem sequer é levantada como bandeira ou defendida nesses poemas, o que mostra que, nesse caso, a estratégia utilizada por Soares da Cunha foi apenas de agir ofensivamente como forma de deter as investidas do jornal a ele. Não agia, assim, como costumava fazer, em que aproveitava todas as querelas a favor da homeopatia, dando visibilidade a esta arte de curar como uma ciência racional e verdadeira. O caso aqui era outro e a homeopatia é deixada de lado. No entanto, não podemos retirar essa ação do rol de estratégias utilizadas por Soares da Cunha para firmar seu nome. Se a distribuição dos poemas havia sido um sucesso, quem os leu e gostou do que via escrito sabia quem era o seu autor e isso de qualquer forma gerava, mesmo que nos pareça estranho pelo conteúdo racista e agressivo, uma forma de reconhecimento social.

O *Jornal Moderno* acusava o homeopata de manipular seu filho para que ele distribuísse o folhetim dentro da Faculdade de Medicina. Assim dizia:

Não hesitou ele em obrigar o próprio filho, estudante da ciência que ele inveja, difama e, contudo, arremeda e finge no seu antro de intrujice e de velhacaria, a se transformar em distribuidor, entre seus colegas, de pasquins em versos realmente dignos da estupidez de semelhante criminoso (...) <sup>205</sup>.

---

<sup>203</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p. 316.

<sup>204</sup> *Ibidem*, p. 315.

<sup>205</sup> *Jornal Moderno*, 22 de maio de 1917.

O jornal assim introduz para nós outra estratégia utilizada, não necessariamente por Soares da Cunha, mas agora pela sua família: os filhos homens do homeopata e uma das filhas haviam entrado na academia para tornarem-se médicos e farmacêuticos. Dessa forma, a família estabelecia uma nova geração de médicos e farmacêuticos homeopatas que não precisariam enfrentar grandes contendas para praticarem a ciência hahnemanniana; estariam, portanto, de acordo com os preceitos da Diretoria de Saúde Pública e com o entendimento do STF de que era necessário diploma para ser homeopata. Não à toa que, em 1925, mudava-se o nome da firma de Laboratório e Farmácia Homeopática de Alfredo Soares da Cunha para Irmãos Soares da Cunha e Cia, provavelmente salvaguardando a empresa de que mais algum ataque fosse efetuado, já que agora, quem assumia publicamente a parte clínica e laboratorial eram os filhos diplomados. Como é possível ver nessa foto de uma propaganda, mudou-se o nome da empresa, mas mantinha-se claramente a menção ao progenitor da família, aproveitando-se do reconhecimento que o homeopata já tinha no meio:

Propaganda de inauguração da nova sede do grupo, em 1931.



Propaganda encontrada nos arquivos pessoais da família.

Algo comum na homeopatia era a divulgação de seus conhecimentos em periódicos, assim, filhos e pai, passaram a escrever juntos uma pequena publicação de cunho científico chamada de Revista Homeopática da Bahia, com regularidade bimestral e contando com seis números escritos no total, o último datado de fevereiro de 1934. O corpo editorial da revista era composto por Alfredo, ocupando a função de diretor, Muryllo e Narciso, que se ocupavam das funções de redatores e Alfredo Filho, como diretor-gerente. Só tivemos acesso ao último número da revista e o conteúdo dela é voltado para a discussão e divulgação de tratamentos de doenças e de condições

físicas, como a sinusite e o estrabismo. Também são propagandeados alguns remédios produzidos pela família, como a já citada pomada de Mandragore, mas também traz a propaganda de algumas dinâmizações. A revista informa que Ivana, filha de Alfredo e já gerente e sócia da firma junto com seus irmãos e irmãs, passaria a ser a nova responsável pela farmácia e laboratório. É claro que não é o foco de discussão deste trabalho, mas este é um ponto interessante sobre o grupo familiar, que já dava às mulheres da família funções importante na administração do negócio.

Por último, destaquemos como estratégia a própria escrita e publicação do livro *Charlatães de Beca ou a Ilusão do Ensino Médico*. Publicado em 1936, quando os grandes embates com o homeopata já haviam terminado, o livro, no entanto, trazia em seu eixo a ideia de “provar a nulidade da ciência oficial e a firmeza das leis de Hahnemann”<sup>206</sup>. A publicação do livro foi propagandeada e chegou a ser também alvo de críticas por alguém que assinava com o pseudônimo de dr. Martin Capistrano a quem suspeitavam ser seu antigo opositor, Methode Coelho. Mais um poema é feito em contrapartida às críticas recebidas, no entanto não foi possível identificar a autoria dos versos, que, antes de iniciar possui a seguinte introdução:

Um canalha que se assina dr. Martim Capistrano, que com certeza é caprino, não podendo atacar o livro do Snr. Alfredo Soares da Cunha, livro que só espíritos elevados e nobres podem escrever, em pasquins nojentos lançou-se aos calcanhares do Snr. Alfredo Soares da Cunha e seus filhos, conceituados homens de brio, de inteligência e cultura<sup>207</sup>.

As estratégias levantadas aqui foram importantes formas encontradas por Soares da Cunha para continuar sua prática curativa e para firmar-se nesse meio, além de, através delas, ter dado visibilidade e enraizamento para a homeopatia na Bahia. A sua prática e a própria ciência que ele propugnava andavam juntas e os benefícios e sucesso que este personagem obteve também refletiram nos caminhos que a homeopatia tomou no estado baiano no século XX.

---

<sup>206</sup> CUNHA. *Charlatães de Beca*. op. cit., p. VIII do prefácio.

<sup>207</sup> Poema sem data e sem assinatura.



## Considerações Finais

A história da homeopatia na Bahia até então não havia sido foco de nenhuma investigação acadêmica, por isso, esse trabalho é apenas o início de um objeto de pesquisa que ainda pode desenvolver-se e encontrar novas abordagens dentro do campo da história da saúde.

O seu percurso na Bahia, como vimos até aqui, foi permeado por controvérsias características do embate entre homeopatia e alopatia, no entanto, foi possível identificar que o caminho da homeopatia na Bahia seguiu suas próprias linhas. Assim, esta pesquisa pretende ter contribuído para a compreensão de que a história da homeopatia no Brasil é complexa e recheada de peculiaridades locais, o que torna a sua abordagem rica.

A homeopatia na Bahia, portanto, seguiu um curso diferente do seu desenvolvimento identificado por Madel Luz no Rio de Janeiro e, ainda, diferente do quadro do Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, analisados por Beatriz Weber e Sigolo, respectivamente. Os caminhos foram um pouco tortuosos e com investidas até mesmo intermitentes ao longo do tempo, o que contribuiu para que a homeopatia no século XX ganhasse visibilidade através de Alfredo Soares da Cunha.

A trajetória deste personagem nos permitiu entrever uma série de problemáticas referente à arte de curar hahnemanniana, pois a sua prática ainda estava em vias de desenvolvimento no Brasil e na Bahia. Os próprios homeopatas instauravam debate sobre quem poderia praticá-la, quebrando a ideia de só os médicos alopatas agirem contra a prática curativa por leigos. A homeopatia não era tão uniforme, assim como a medicina acadêmica, com vozes e práticas muitas vezes dissonantes. Portanto, relativizar um pouco dessa pretensa uniformidade desses sistemas terapêuticos contribuiu para uma visão mais ampla do quadro de práticas de cura brasileiro, pois este não se constituía apenas pela dicotomia entre médicos oficiais e curandeiros, mas sim por uma grande gama de terapeutas que dentro do seu próprio grupo disputavam por ideias, espaço e reconhecimento.

O personagem que seguimos nesta pesquisa nos evidenciou diversas problemáticas para a afirmação da prática homeopática na Bahia e nos evidenciou também as diversas ações e estratégias utilizadas por ele para estabelecer-se como homeopata, independente dos cerceamentos sofridos. Em uma Bahia em que a ciência de Hahnemann encontrava-se pouco desenvolvida neste início de século XX, a presença de Soares da Cunha e toda a visibilidade que lhe foi dada, contribuíram para que esta arte de curar pudesse se tornar conhecida e até mesmo requerida. O ganho profissional que se efetuava para Soares da Cunha também refletia para a expansão da homeopatia no estado, era uma estrada de mão dupla, em que, quanto mais um se tornava visível e conhecido, o outro se enraizava e se estruturava e vice-versa. O fato de os negócios homeopáticos da família crescer ao longo dos anos, com investimento em laboratório e farmácia e não só em consultório clínico, nos indica que a demanda por seus serviços também aumentou proporcionalmente, ou seja, havia clientela para esses serviços oferecidos.

A partir dessas investigações acerca da trajetória de Soares da Cunha conseguimos adentrar um pouco no mar revolto das reformas de modernização e saneamento que ocorriam na primeira república. Assim como pudemos analisar problemáticas relacionadas com o sistema normativo brasileiro, com um conjunto de normas que, neste período pesquisado, não coadunavam entre si e deixavam margem pra interpretações diversas sobre a questão da liberdade profissional. Este ponto também pode ser chave para outras pesquisas, até mesmo de outros campos que não o da história da saúde.

Assim, acreditamos ter lançado mão das primeiras investigações sobre a temática homeopática na Bahia e esperamos que esta pesquisa tenha contribuído com o campo da história da saúde, assim como possa servir de ponto de partida para outros pesquisadores que desejem mergulhar em temas semelhantes ao investigado, bem como para outras pesquisas afins.

## REFERÊNCIAS

### FONTES:

#### Periódicos

*Anaes de Medicina Homeopática*: fevereiro de 1909, março de 1909, fevereiro de 1912, junho de 1912, julho de 1912, setembro de 1912, outubro de 1912, novembro de 1912, janeiro de 1913, fevereiro de 1913, março de 1913, abril de 1913, maio de 1913, junho de 1913, julho de 1913, agosto de 1913, setembro de 1913, outubro de 1913, agosto de 1921, setembro de 1921, outubro de 1921, novembro de 1921, dezembro de 1921, janeiro-fevereiro de 1922, março-abril de 1922, maio de 1922, junho de 1922, agosto de 1922, setembro de 1922, novembro-dezembro de 1922, janeiro-fevereiro de 1923, março-abril de 1923, maio-junho de 1923, julho-outubro de 1923, novembro-dezembro de 1923.

*A Noite*: 24 de janeiro de 1913;

*A Tarde*: 28 de novembro de 1913, 29 de novembro de 1913, 2 de dezembro de 1913, 3 de dezembro de 1913, 4 de dezembro de 1913, 5 de dezembro de 1913, 6 de dezembro de 1913, 11 de dezembro de 1913, 12 de dezembro de 1913, 27 de dezembro de 1913, 7 de janeiro de 1914, 12 de janeiro de 1914, 29 de janeiro de 1914, 29 de janeiro de 1916, 31 de janeiro de 1916, 2 de fevereiro de 1916, 4 de fevereiro de 1916, 18 de fevereiro de 1916;

*Correio da Manhã*: 10 de setembro de 1914;

*Correio Mercantil*: 21 de maio de 1850;

*Diário da Bahia*: ano de 1905, ano de 1909, ano de 1913, 26 de fevereiro de 1916, 29 de fevereiro de 1916.

*Diário de Notícias*: ano de 1913

*Gazeta do Povo*: 10 de dezembro de 1913, 14 de dezembro de 1913;

*Jornal Moderno*: anos de 1913 – 1914, 11 de maio de 1917, 12 de maio de 1917, 14 de maio de 1917, 15 de maio de 1917, 18 de maio de 1917, 19 de maio de 1917, 21 de maio de 1917, 22 de maio de 1917, 23 de maio de 1917, 24 de maio de 1917, 25 de maio de 1917, 26 de maio de 1917, 28 de maio de 1917, 28 de maio de 1917, 29 de maio de 1917, 30 de maio de 1917;

*Jornal de Notícias*: 5 de setembro de 1914;

*O Estado*: 08 de fevereiro de 1916;

*O Médico do Povo/O Brasil Histórico (Bahia)*: anos de 1864 – 1865;

*O Médico do Povo (Pernambuco)*: ano de 1850;

*O Mercantil*: 1 de maio de 1847, 18 de julho de 1851, 25 de junho de 1852,

*Revista Homeopática da Bahia*: fevereiro de 1934.

*Revista da Liga Homeopática Brasileira*: março de 1933;

*Revista da Sociedade Homeopática Baiana*: ano de 1884.

### **Impressas**

CUNHA, Alfredo Soares da. *Charlatães de Beca ou A Ilusão do Ensino Médico*. Salvador: Editora A Graphica, 1936.

CUNHA, Muryllo Soares da. “Tratamento Homeopático do tifo na Bahia, durante a epidemia de 1925 e 1926”, in *Livro do 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia*, Instituto Hahnemanniano do Brasil, Rio de Janeiro, 1928

CUNHA, Narciso Soares da. *De Von Martius aos Ervanários da Bahia*. Salvador: Dois Mundos, 1941.

GALHARDO, Emygdio. “História da Homeopatia no Brasil” in *Livro do 1º Congresso Brasileiro de Homeopatia*, 1921.

INSTITUTO HAHNEMANNIANO DO BRASIL. *História da Homeopatia do Brasil: Bahia*, 1973.

### **Leis**

BRASIL. Código Penal de 1890. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 20/02/2015.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 20/02/2015.

## Judicial

Arquivo Nacional. Recurso de habeas corpus de Alfredo Soares da Cunha ao Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos do Brasil, julgado em 15 de abril de 1914.

## Documentos da família

- Via de modelo de contrato feito por Alfredo Soares da Cunha;
- Cópia do primeiro poema feito por Alfredo Soares da Cunha ao Jornal Moderno, intitulado “Atenção”;
- Cópia do segundo poema feito por Alfredo Soares da Cunha ao Jornal Moderno, intitulado “As Anquinhas do Methode e o Coelho”;
- Cópia do poema sem autoria em defesa de Alfredo Soares da Cunha e seu recente livro;
- Propagandas da Farmácia e Laboratório de Irmãos Soares da Cunha;
- Propaganda da quarta farmácia, na rua Ruy Barbosa;
- Propaganda do livro Charlatães de Beca ou a Ilusão do Ensino Médico;

## BIBLIOGRAFIA:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida Privada e Ordem Privada no Império”. In NOVAIS, Fernando A (dir). *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

\_\_\_\_\_. No Delírio da Febre. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, jan. 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. “Poder, Ideologias e Saúde no Brasil da Primeira República: ensaios de sociologia histórica”. In HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

CHALHOUB, Sidney et al. (org). *Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil: a reforma Rivadávia. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 30, nº 108, p. 717-738, outubro de 2009.

EDLER, Flavio. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina Tropical no Brasil. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9(2):357-85, maio-ago. 2002.

FARIA, Fernando Antonio. *Querelas Brasileiras: homeopatia e política imperial*. Rio de Janeiro: Notrya, 1994.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, p. 501-14, maio-ago. 2005.

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Ampocs, 1998.

IVO, Isnara Pereira. Mandonismo e contextos históricos. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, 2003.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia Civiliza-se... ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana . Salvador. 1912 - 1916*. 161 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LUZ, Madel T., *A Arte de Curar versus a Ciência das Doenças*. São Paulo: Dynamis Editorial, 1996.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A Medicalização da Raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*, Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MARTINS FILHO, Carlos. Mulheres ‘honestas’ e mulheres ‘impuras’: uma questão de direito. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

MÍKOLA, Nádia. *Uma “Medicina Espiritual?” Aproximações entre espiritismo e homeopatia – 1860-1910*. 209 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs). *Exercícios de Micro-História*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

PEREIRA, Flavia Lago de Jesus. Entre a Constituição e o Código Penal: repressão aos candomblés na Bahia republicana. *Anais do VI Encontro Estadual de História – Anpuh/BA*, Bahia, 2012.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As Barricadas da Saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser Médico no Brasil: o passado e o presente*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

PIMENTA, Tânia Salgado. *O Exercício das Artes de Curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)*. 256 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_. “Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera de 1855”. In NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul. *Uma História Brasileira das Doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

PIZZETI, Sílvia. Os Fundamentos Epistemológicos e Metodológicos do Conhecimento Histórico. Algumas Reflexões entre Passado e Futuro. *Revista de História Social*, nº 10, UNICAMP, 2003.

PONTES, Adriano Arruda. *Caçando Mosquitos na Bahia. A Rockefeller e o combate à febre amarela: inserção, ação e reação popular (1918 – 1940)*. 147 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2007.

PÔRTO, Ângela. A assistência Médica aos escravos no Rio de Janeiro: o tratamento homeopático. *Papéis avulsos*, 1988.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REVEL, Jacques (org). *Jogo de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROSEMBAUM, Paulo. *Homeopatia: medicina interativa, história lógica da arte de cuidar*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Juca Rosa: um pai-de-santo na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

SARAIVA, Terezinha. Educação a Distância no Brasil: lições de história. *Em Aberto*. Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. 1996.

SIGOLO, Renata Palandri. *Nilo Cairo e o debate homeopático no início do século XX*. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

SILVEIRA, Glaucia Regina. *Utopia e Cura: a homeopatia no Brasil Imperial (1840 – 1854)*. 209 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A Gripe Espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Salvador: Edufba, 2009.

WEBER, Beatriz. *As Artes de Curar: medicina, religião, magia e positivismo na república Rio-grandense (1889 – 1928)*. Santa Maria: Editora da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.

\_\_\_\_\_. Estratégias homeopáticas: a Liga Homeopática no Rio Grande do Sul nos anos 1940-1950. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, 2011.